TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO **1**
STP - Pautas 1
CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES 1
CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 2
CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA 4
CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL 6
CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO 8
CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 10
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI 12
CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO 14
CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA 14
CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO 14
CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 14
CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY 14
CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO 14
STP - Atas 14
STP - Acórdãos 15
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA **28**
1ªSECAM - Pautas 28
1ªSECAM - Atas 28
1ªSECAM - Acórdãos 28
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA **36**
2ªSECAM - Pautas 36
2ªSECAM - Atas 36
2ªSECAM - Acórdãos 36
ATOS DE RELATORIA **36**
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 36
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 36
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 40
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 41
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 43
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 43
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 43
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 48
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 48
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 48
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 49
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 49
Conselheira Substituta MURYEL HEY 50
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 50
CORREGEDORIA-GERAL **50**
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 50
OUVIDORIA DE CONTAS **50**
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS **50**
ATOS DIVERSOS **50**
Resenhas de Distribuição 50
Editais 52
Despachos 52
Informações 55
Atos de Alerta Municipais 55
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO **55**
ATOS NORMATIVOS **55**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA **56**
GP - Despachos 56
GP - Termo de Ajuste de Gestão 57
GP - Portarias 57
LICITAÇÕES E CONTRATOS **58**
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026 ..... **59**
Tribunal Pleno 59
Primeira Câmara 59
Segunda Câmara 59
Corregedoria-Geral 59
Ministério Público de Contas 59
Conselheiros – Diretores de Gabinete 59
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 59
Inspetorias de Controle Externo 59
Administrativo 59

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

TRIBUNAL PLENO
SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 19
DE 6 DE OUTUBRO DE 2025 ATÉ 9 DE OUTUBRO DE 2025

CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

Processo: 562408/25
Entidade: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
Interessado: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL

Processo: 562416/25
Entidade: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
Interessado: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Processo: 562424/25
Entidade: MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
Interessado: MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS

Processo: 562440/25
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Processo: 566470/25
Entidade: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL
Interessado: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

Processo: 586510/25
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

Processo: 586544/25
Entidade: MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Interessado: MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Processo: 587117/25
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Interessado: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 695483/23 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO TINOCO MARCHESINI, LUCIANO ROCHA WOISKI, CHRISTIAN FERNANDES GOMES DA ROSA)
Interessado: ANTONIO MARCAL NOGUEIRA NETO, CONSORCIO GERIBELLO ECR (Procurador(es): DAVI MADALON FRAGA, ANTONIO CARLOS PAIVA BASTOS, DANIEL ALMEIDA STEIN, LUIZ FELIPE PINTO LIMA GRAZIANO, ALEXANDRE KRAUSE PERA, GIUSEPPE GIAMUNDO NETO, JULIANA MEDEIROS DA SILVA, CHRISTIAN FERNANDES GOMES DA ROSA, THAYS CHRYSTINA MUNHOZ DE FREITAS, JOAQUIM AUGUSTO MELO DE QUEIROZ, CARLOS ALBERTO LAURINO, CLICIA KAYALLA GONCALVES DE SOUZA, DIOGO ALBANEZE GOMES RIBEIRO, PHILIPPE AMBROSIO CASTRO E SILVA, CAMILLO GIAMUNDO, MARIANA DIAS CAPOZOLI, FERNANDA LEONI, DANIEL RAMOS MAPRELIAN, GABRIELA SOELTL, ISABELA DIAS MESQUITA RODRIGUES, LARA DE COUTINHO PINTO, MARILIA DE OLIVEIRA BASSI, SALVADOR BELIZ ABRA OLIVEIRA, GEOVANNE LUCAS SILVA RIBEIRO, LUCAS MOURA DOS REIS, VICTORIA ZITO SANTOS, THAINA COVOS MONTEIRO, LUCAS DE LARA PINTO, ANA PAULA RODRIGUES BEZERRA, GABRIEL CARNAVAL ROSA DA SILVA DO NASCIMENTO, GABRIELA RIBEIRO RODACKI), DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO TINOCO MARCHESINI, LUCIANO ROCHA WOISKI, CHRISTIAN FERNANDES GOMES DA ROSA), ECR ENGENHARIA LTDA- SCP, FABIO BUCCIOLI, FERNANDO FURIATTI SABOIA, GERIBELLO ENGENHARIA LTDA, JOAO ACHILLES GRENIER GLUCK (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), MARCUS VINICIUS TALAMINI (Procurador(es): AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA FREITAS, JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), NEIDE RODRIGUES DA SILVA, RINALDO HORST (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), SPEA DO BRASIL PROJETOS E INFRA ESTRUTURA LTDA - EM LIQUIDACAO., SPEA ENGINEERING S. P. A., TUCUMANN ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA)

DENÚNCIA

Processo: 632050/22
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

Processo: 730777/24
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

Processo: 215779/25
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

RECURSO DE REVISTA

Processo: 1968/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Interessado: AMANDA LOUZANO MOREIRA, ANDREA PAVESI PEREZ DE MORAES, CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, CAMILA JULIANA DA SILVA, DEBORA HIRATA MISSUNAGA, DOUGLAS KENZO YSHIBA, EDGAR CORBELLO PEREIRA, EVERALDO FLORES BITTENCOURT, FELIPE RODRIGUES DA SILVA, GABRIELA MOTTA DE LIMA ALVES, GISELE MANJURMA DA SILVA SCHMIDT SOARES, JAQUELINE TORTOLA RIBEIRO, JOAO PAULO DE LIMA, JOSE EDUARDO RIBEIRO BALERA, LEONARDO MESACASA, MARIO MASSAO HOSSOKAWA, PEDRO MENDES FERREIRA NETO, Ruben Santos da Luz, THIAGO FIGUEIRA DE CANINI, WESLLEN APARECIDO SAMPAIO MARQUES

Processo: 494716/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUCI RIBEIRO DA SILVA (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 239120/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LIGYA CARLA MIRANDA (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 233181/25 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: MUNICIPIO DE JURANDA
Interessado: MUNICIPIO DE JURANDA, ROGERIO DOS REIS SILVA (Procurador(es): GUILHERME DIAS CAPELLO, THAIRAN CORVELONI MOTTA, IGOR BERTAZZO OSELAME BOEIRA LIMA)

Processo: 270745/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Interessado: ADENILSON XALAGA, CLEBER FONTANA, DANIELA RAITZ, IDATA DISTRIBUIDORA LTDA (Procurador(es): RICARDO CEZAR PINHEIRO BECKER, MARILIA BUGALHO PIOLI, LUCIANA KISHINO, MARCELO FLORES), MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, SPX SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA (Procurador(es): ISABELLA FELIX DA FONSECA, JULIA VENZI GONCALVES GUIMARAES, NICOLE MENDES MULLER, JEFFERSON LEMES DOS SANTOS, LETICIA ALLE ANTONIETTO, EDUARDO NADVORNY NASCIMENTO, IZABELA MORIGGI COSTA, RODRIGO COSTA PROTZEK, MARIANA RANDON SAVARIS, CAROLINE MARTYNETZ, GABRIELA ASSIS CORREA DEMETERCO, EDSON FRANCISCO ROCHA NETO, ANA PAULA SOVIERZOSKI, PAOLA GABRIEL ABILA, FERNAO JUSTEN DE OLIVEIRA, CESAR AUGUSTO GUIMARAES PEREIRA, EDUARDO TALAMINI, ALEXANDRE WAGNER NESTER, ANDRE GUSKOW CARDOSO, RAFAEL WALLBACH SCHWIND, MARÇAL JUSTEN NETO, FELIPE SCRIPES WLADECK, PAULO OSTERNACK AMARAL, GUILHERME FREDHERICO DIAS REISDORFER, KARLIN OLBERTZ NIEBUHR, WILLIAM ROMERO, RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO, DIEGO RICARDO CAMARGO FRANZONI, Mônica Bandeira de Mello Lefevre, JULIANE ERTHAL DE CARVALHO, ISABELLA MOREIRA DE ANDRADE VOSGERAU, Guilherme Augusto Vezaro Eiras, MARINA KUKIELA VIANNA, MAYARA GASPAROTO TONIN, SANDRO VALERIO, MARCAL JUSTEN FILHO, FERNANDA CAROLINE MAIA, BRUNO GRESSLER WONTROBA, VICTOR HUGO PAVONI VANELLI, DOSHIN WATANABE, LUISA BARBOSA ABRANCHES QUINTAO, RAPHAELA THEMIS LEITE JARDIM, MARINA KIRSTEN FELIX, STELLA FARFUS SANTOS, LUCAS DE MOURA RODRIGUES, ISABELLA KAROLLINA ROSSITO, GABRIEL LUCAS SANTOS BONFIM, MATHEUS GUIMARAES PITTO), WALDECIR RODRIGUES VIEIRA

Processo: 361201/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: PARANA ESPORTE
Interessado: EMERSON LUIS VENTURINI DE OLIVEIRA, MARCIA REGINA TOMADON MOREIRA, PARANA ESPORTE, TIAGO AUGUSTO GAVELIK CAMPOS, WALMIR DA SILVA MATOS

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 599216/25
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Procurador(es): ALINE BOTH PERTUZATTI, EDILSON JOSE VALGOI, FERNANDO MANGOLD, CRISTIANE APARECIDA BUSATTO), ALAUR GOMES BALBINO, ELISANDRO PIRES FRIGO, GILBERTO ANTONIO DE SOUZA FILHO, HELENA THERESINHA KOVALSKI, JEFFERSON GOMES, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, MARCIA BLASSIUS, MÁRIO CESAR NICOLADELLI, RAFAEL FURTADO MADI (Procurador(es): RAFAELLA DE CARVALHO PANIZZI), RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SERGIO EIJI HAYASHI, VALDECIR DIAS DE MORAES, WELLINGTON DIAS DE PAULA

Processo: 226452/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Interessado: ADEMAR AMERICO CAMOSSATO, CONSTRUTORA LONGUINI LTDA (Procurador(es): ALESSANDRO OTAVIO YOKOHAMA, SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA), DARLAN SCALCO (Procurador(es): GABRIEL MARTINS FONCATTI, MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA, BERNARDO DE SOUZA FARIA, JOAO VITOR CACHEL SILVA, GUSTAVO BONINI GUEDES, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE, DILOR GESSER SCARPETTA, LAERZIO CHIESORIN JUNIOR, NICARO COELHO, CAROLINA PADILHA RITZMANN, ANTONIO FILIPE CURY TANIOS DA CRUZ, GUILHERME MALUCELLI), GEOVANI GARILBADI CAMPOS (Procurador(es): ALESSANDRO OTAVIO YOKOHAMA, SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA), LAILA SALVADEGO, MARIA SONIA CELINI (Procurador(es): IGOR CALIANI), MUNICÍPIO DE PÉROLA, R MUCHENISKI, RICARD DE OLIVEIRA GONZALEZ, RODRIGO CALIANI, RUBENS GABARRAO (Procurador(es): IGOR CALIANI), VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA

Processo: 365630/25 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 09/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA FÉ (Procurador(es): HWIDGER LOURENCO FERREIRA)
Interessado: MUNICÍPIO DE SANTA FÉ (Procurador(es): HWIDGER LOURENCO FERREIRA)

Processo: 387936/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR
Interessado: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR, PAULO JORDANESSON FALCAO DE CARVALHO MARCOS

Processo: 546341/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA

PREVIDENCIA (Procurador(es): CAROLINE ITO MARIANO DE SOUZA)
Interessado: ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA (Procurador(es): CAROLINE ITO MARIANO DE SOUZA), LUIZ FRANCISCONI NETO, MARCIA REGINA POMINI (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 581015/25 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, MARIA ADRIANE GUIOMAR ENGMANN COGO (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 37583/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: FERNANDO XAVIER FERREIRA (Procurador(es): VERA LUCIA LELIS OLIVEIRA CALIL), PAULO AFONSO SCHMIDT (Procurador(es): VERA LUCIA LELIS OLIVEIRA CALIL)

CONSULTA

Processo: 352090/22 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 22/09/2025
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE (Procurador(es): CLAUDIA CRISTIANE JEDLICZKA)
Interessado: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE (Procurador(es): CLAUDIA CRISTIANE JEDLICZKA), GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 749890/23 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO, SOLANGE DE FATIMA DRUCHAK

REPRESENTAÇÃO

Processo: 598275/24
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
Interessado: AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANTONIO CASAGRANDE, BALTAZAR BRAVO COCO, DAVID RENAN COSTA MIRANDA DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, ROMUALDO DE JESUS BENATTI, SANDRA REGINA PASTRELLI GUIMARÃES, SIRLEI DE MATOS FERREIRA, WESLEY RODRIGO MULATI

Processo: 112546/25
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE, MARCO ANTONIO MARCONDES SILVA

Processo: 485772/24 Adiado para análise de voto divergente desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA
Interessado: 29.572.887 GLEICIELY DUTRA DA SILVA DOS SANTOS, ALFREDO JOSE GONZALES DI LANDRO, ALINE DE ALMEIDA, ATAÍDE VIANA BARBOSA, COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, GLEICIELY DUTRA DA SILVA DOS SANTOS, JANAINA BARCALA PAULO, LEILIANE SOARES DE OLIVEIRA, LUIS ROBERTO WOIDELA, MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, PAULO WILSON MENDES, PUBLITECH SOFTWARES LTDA, RICARDO AGUINALDO DOS SANTOS, TIAGO LUBIAN, VALDIR DE SOUZA

Processo: 197939/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ
Interessado: COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, EDSON PALIARI, MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 717070/24
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ (Procurador(es): ALLISON DE OLIVEIRA)
Interessado: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, ROSENEIS SINHORINI PITTA, SOUPEC PECAS E SERVICOS LTDA, STEFAN TOME PAUKA

Processo: 28975/25
Entidade: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Interessado: ARMANDO CERCI JUNIOR, JOHNNIE RODRIGUES, MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES, MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ONILDA ANDRADE DE ALMEIDA BARBOSA (Procurador(es): MARCIO LUIZ BONADIO), ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ (Procurador(es): HELENA SCHUNEMANN BUSCHMANN, CHRISTIANE RICHTER MINHOTO, RICARDO MINER NAVARRO, LUIS GUILHERME DE OLIVEIRA CASSAROTTI, FELIPE FARIAS RODRIGUES), PRISCILLA VIEIRA GALBES (Procurador(es): MARCIO LUIZ BONADIO), ROSY ANNE ALMODOVAS RODRIGUES RIBEIRO

Processo: 158929/25
Entidade: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA
Interessado: CARLOS ALBERTO GONÇALVES DOS SANTOS, CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA, CLEVERSON LUIZ CAVALHEIRO, MINUTA COMUNICACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA (Procurador(es): VICTOR BASSO ALVES), MULTIFUNCAO COMERCIO E SERVICOS LTDA (Procurador(es): PAULA JULIA MARTINS ZAMIAN, WELLINGTON GARCIA, KELLE FERREIRA DIAS, RAFAEL CARVALHO NEVES DOS SANTOS, RODOLFO CARVALHO NEVES DOS SANTOS, MARIANE SILVA OLIVEIRA, GABRIEL BARIONI DE ALCÂNTARA E SILVA)

Processo: 172417/25
Entidade: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Interessado: GILEADE GABRIEL OSTI, GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO, MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

Processo: 319760/25
Entidade: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
Interessado: CARLOS RICARDO COLMAN SCHIMMEL, DAIANE FRANCIELE CAMARGO, EMERSON DE OLIVEIRA BACHIEGA, IVAN REIS DA SILVA, KANGO BRASIL LTDA (Procurador(es): LAURA CURY BALBINOTTI, CAIO AUGUSTO TEDESCO ROMANI, JOAO GUILHERME DUDA, GABRIEL CORDEIRO DE SALES), MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, NEVES ENGENHARIA - PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA (Procurador(es): WILLIAN DA SILVA SEGUNDA MATTJE)

Processo: 388100/25
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO IVAI E REGIÃO
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO IVAI E REGIÃO, MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA (Procurador(es): THIAGO RAMOS PEREIRA, RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA), RAFAEL FELIPE CITA, VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA (Procurador(es): PAULO ANDRÉ SIMÕES POCH)

Processo: 652636/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL (Procurador(es): LEANDRO BONATTO DALL ASTA)
Interessado: AGUIA TRANSPORTADORA E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA (Procurador(es): IVONIR ALVES DIAS), BIG CLEAN SERVICOS LTDA (Procurador(es): WELLINGTON GARCIA, RAFAEL CARVALHO NEVES DOS SANTOS, RODOLFO CARVALHO NEVES DOS SANTOS, MARIANE SILVA OLIVEIRA), ELOI KAFER, LAURINDO SPEROTTO, LEANDRO BONATTO DALL ASTA, MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Processo: 697214/24 Vista desde 28/07/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, CAROLINE FANTIN MARSARO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, GUIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA (Procurador(es): LUIZ FELLIPE MAGALHÃES ZARUR), LUCIANO VINICIUS FRACARO, MORANO - CORRETORA DE SEGUROS LTDA (Procurador(es): LUIZ FELLIPE MAGALHÃES ZARUR), PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, CAROLINE FANTIN MARSARO, DOUGLAS MURILO DOS REIS), PTA CORRETORA DE SEGUROS LTDA (Procurador(es): LUIZ FELLIPE MAGALHÃES

ZARUR), S.TAVARES CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS LTDA (Procurador(es): LUIZ FELLIPE MAGALHÃES ZARUR), SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A (Procurador(es): ANDRE LUIZ LUNARDON)

Processo: 37966/25 Vista Presidente para voto de desempate desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA)
Interessado: ALLANE KELLEN SINJA, ANDREA CRISTINA MAROCHI CARDOZO (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), ANGELA GRACIELA WOJCIK FLORES DE LIMA (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), DAGMAR PUGIN MIGUEL (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), DEZEMBRO MINERACAO E PAVIMENTACAO LTDA (Procurador(es): LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE), FERNANDO JOSE FERREIRA DOS SANTOS (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA), NEHEMIO JOÃO BOSLOPER NETO (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), TIGUEN ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (Procurador(es): GEORGIA FERNANDA TOBIAS DE BUENO GIZZI, SANDRA KEIKO IKOMA)

Processo: 128760/25 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: LUIZ GOULARTE ALVES, MARTA CRISTINA GUIZELINI, SAFE CONSIG TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. (Procurador(es): KARINA DE PAULA KUFA, THIAGO ROCHA DOMINGUES, VICTOR JUVER), SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

PREJULGADO

Processo: 247111/24 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 25/08/2025
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: MUNICÍPIO DE PINHAIS, PINHAIS PREVIDÊNCIA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE

Processo: 700025/23 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: MUNICÍPIO DE CURITIBA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

DENÚNCIA

Processo: 266817/24 Vista desde 28/07/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005.
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005. (Procurador(es): FELIPE SANTOS CAZALE, LEILA CRISTIANE PEDRASOLLI URBANEJA SANCHEZ)

Processo: 583618/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): FELIPE CORONA MENEGASSI)

RECURSO DE REVISTA

Processo: 597614/20
Entidade: MUNICÍPIO DE GOIOERÊ
Interessado: ADILSON SOUZA DE BRITO, FATIMA NEVES, FRANCIELLY ALVES NUNES, LUIZ ROBERTO COSTA (Procurador(es): JOSE CARLOS DIAS NETO), MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 763283/21
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, SOLANGE RITA MARCZYNSKI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, GUILHERME DI LUCA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, MARIANA YURI ARAI, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, VINICIUS KRAINER, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, DANIELA TUPINAMBA FERNANDES, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER, SANDRA MARIA DOS SANTOS BEM)
Interessado: ANDERSON FINAMORE SABBAG (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), CLAUDIO STABILE, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, SOLANGE RITA MARCZYNSKI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, GUILHERME DI LUCA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, MARIANA YURI ARAI, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, VINICIUS KRAINER, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, DANIELA TUPINAMBA FERNANDES, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER, SANDRA MARIA DOS SANTOS BEM), GUILHERME PEIXOTO GOES (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), HEBER AUGUSTO COTARELLI DE ANDRADE (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), HUMBERTO CARLOS JUSI (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), JEANNE CRISTINE SCHMIDT (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), JOÃO MARTINHO CLETO REIS JÚNIOR (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), JULIANA SEIXAS PILOTTO (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), L.H ENGENHARIA DE ESTRUTURAS LTDA, LEANDRO RICARDO MARCONDES RIBAS (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), LISANDRO KISLEK BETETTO (Procurador(es): GISELE DO ROCIO QUEIROZ HIGASHI, WAGNER MASCULINO DE QUEIRÓZ), MARCO ANTONIO CENOVICZ (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MARCOS ROBERTO SANTOS (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL

FERNANDES), MARISA SUELI SCUSSIATO CAPRIGLIONI (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MOUNIR CHAOWICHE (Procurador(es): LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA), RAFAELA SIMIONATTO KAHL SANTOS (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 167340/25
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: ASSOCIACAO DOS PROCURADORES DA ADMINISTRACAO DIRETA DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS, MARGARIDA MARIA SINGER, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ (Procurador(es): HELENA SCHUNEMANN BUSCHMANN, PATRICIA TREVIZOL, CHRISTIANE RICHTER MINHOTO, RICARDO MINER NAVARRO, LUIS GUILHERME DE OLIVEIRA CASSAROTTI, FELIPE FARIAS RODRIGUES, KARLA HELENNE VICENZI)

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 306910/25 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 09/09/2025
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMCESPAR
Interessado: BERTOLDO ROVER, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMCESPAR

PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL

Processo: 592064/25
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: VALERIA BORBA

REPRESENTAÇÃO

Processo: 4177/25
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, FELIPE ARNO DICKEL, JACIR DANELLI, MAX FERNANDO FERREIRA, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

Processo: 485620/23 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
Interessado: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GUARAPUAVA, CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, JOAO FELIPE NOGAROLI, LUIZ RENATO DURSKI JUNIOR (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, HENRIQUE CORTES FRESCURA, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, HIANAE SCHRAMM, THIAGO LIMA BREUS, MARINELI DE SAMPAIO, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, KAINAN IWASSAKI, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), MADERO S.A. (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, HENRIQUE CORTES FRESCURA, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, HIANAE SCHRAMM, THIAGO LIMA BREUS, MARINELI DE SAMPAIO, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, KAINAN IWASSAKI, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, NOGAROLI MADERO CONTAINER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, ROGERIO NOGAROLI, SANDRO ABDANUR (Procurador(es): CASSIANA MACHADO SOLDAN, SANDRO FRANCO DE GODOY, FABIO FARES DECKER), THIEME SILVESTRI NETTO

Processo: 103985/24 Adiado para análise de voto divergente desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU
Interessado: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ASTORGA, ELISEU SILVA DA COSTA (Procurador(es): DANIEL GROSSI, BRUNO GABOARDI), MUNICÍPIO DE IGUARAÇU

Processo: 508411/24 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 09/09/2025
Entidade: PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA
Interessado: MATHEUS GOMES VIEIRA, MUNICÍPIO DE IRETAMA, PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IRETAMA, SAME SAAB

Processo: 256408/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
Interessado: ANTONIO FRANCA BENJAMIM, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 11207/25
Entidade: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Interessado: DIEGO SILVA DOS SANTOS, GUERINO MENDONCA DOS SANTOS, HOYLSON TREVISOL, MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, QUARK ENGENHARIA LTDA

Processo: 600583/25
Entidade: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, ERDOC - EMPRESA REGISTRADORA DE DADOS E CONTRATOS LTDA (Procurador(es): ILAN GOLDBERG, BRENDA ELKIND ZONIS, TOMÁS NIELSEN FRAGELLI CARDOSO, EDUARDO CHALFIN, GUSTAVO DE MEDEIROS MELO), HILTON SANTIN ROVEDA

Processo: 717820/22 Vista desde 28/07/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (Procurador(es): CARLOS EDUARDO FERLA CORREA, FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE)
Interessado: ADRIANO RAMOS, DIEGO DELFINO, MARCELO ELIAS ROQUE, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (Procurador(es): CARLOS EDUARDO FERLA CORREA, FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE), PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, VINICIUS YUGI HIGASHI

Processo: 668075/23 Vista desde 28/07/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: ALEXANDRE LIMA VIEIRA, FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA (Procurador(es): ANTONIO BOSCO DA COSTA FILHO, MORGANA BORDIGNON KREIN, LEA FERRAZ RIBEIRO), FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, MARCELO AUGUSTO SANTOS TURINE, MARCOS VINICIUS DA CRUZ COELHO, RENATO FEDER, RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Processo: 635472/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICIPIO DE CAMPO LARGO
Interessado: CHOPERIA RIVABIER LTDA (Procurador(es): JAQUELINE SANTOS DA SILVA, FLEDINEI BORGES LICHESKI, ISABELLA BARONI RIVABEM), IARA MATOS DE LIMA, ISABELLA BARONI RIVABEM, JUARES PIANESSER CARVALHO, MAURICIO ROBERTO RIVABEM (Procurador(es): JAQUELINE SANTOS DA SILVA, ISABELLA BARONI RIVABEM), MUNICIPIO DE CAMPO LARGO

Processo: 656232/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PEABIRU
Interessado: ALEXANDRE ROBERTO DA SILVA, DOUGLAS RENATO BRZEZINSKI, G. A. ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Procurador(es): RODRIGO VIEIRA ROCHA), GUSTAVO ARGUELHO, JULIO CEZAR FRARE, LUCIANO ANTONIO VIANA BATISTA, MUNICÍPIO DE PEABIRU

Processo: 685240/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEICOES LTDA - FILIAL PONTA GROSSA (Procurador(es): FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA), ESTADO DO PARANÁ, HUDSON LEONCIO TEIXEIRA, LEVE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA (Procurador(es): SILVIA KAROLINE DE SOUSA MACHADO), LUIZ CARLOS BANDOLIN, RENATO FRANCISCO PEREIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Processo: 815900/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADRIANO MARCOS FURTADO, DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, NCK GESTAO DA INFORMACAO S.A. (Procurador(es): DANIEL MORAES BRONDI)

Processo: 228250/25 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA
Interessado: EDELCIO MARQUES DOS REIS, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, ESTRE SPI AMBIENTAL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, MARILZA DO CARMO OLIVEIRA DIAS, MUNICÍPIO DE CURITIBA, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA, SOUTHERN MOWING SERVICOS LTDA (Procurador(es): FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA)

Processo: 518712/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAPONGAS
Interessado: EXCELENCIA GESTAO DE NEGOCIOS EIRELI, G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA - ME, MUNICÍPIO DE ARAPONGAS, R6 ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA, RAFAEL FELIPE CITA, SHARK DO BRASIL LTDA, SHARMILA MASSOQUETTI JOAQUIM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 170414/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA
Interessado: FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA, ROGÉRIO HELIAS CARBONI

Processo: 229354/25 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - LOTEPAR
Interessado: DANIEL ROMANOWSKI, LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - LOTEPAR

CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 747918/20 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ALESSANDRO AFFORNALI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, AMADEU CLOVIS GRECA, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), CARLOS ALBERTO FERREIRA LEAO (Procurador(es): ANDRÉ SAMPAIO DE VILHENA, JOSE EDUARDO SAMPAIO VILHENA, GISELE DE ALMEIDA WEITZEL), CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA (FALIDA), CONSORCIO GRECA/CBEMI/LEAO ENGENHARIA, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDSON LUIZ AMARAL (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ELZA HELENA FERREIRA, FABIO DE SOUZA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), FERNANDO FURIATTI SABOIA, GLADIUS CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL S/S LTDA, GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA. (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), HEITOR DUTRA DA SILVA FILHO, IVO JOSÉ FERREIRA, JOAO LUIZ GOLTZ DE ALMEIDA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), JOSIANE GRECA SCHMUCK, KLEBER DELEON DE OLIVEIRA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), LEAO ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL (Procurador(es): CAMILA BERTOLUCI FARIA GARCIA, MARILIA MIRA DE ASSUMPCAO, LOHRANY YONANH OLIVEIRA MELO), MARIA LUCIA SANCHES (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), OCTAVIO JOSE SILVEIRA DA ROCHA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), OSMAR LOPES FERREIRA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), PATRICIA CARLA FERREIRA, PAULA MARIA FERREIRA DE FARIA, RODRIGO DE CARVALHO, SANDRA SELETE FERRI DUTRA DA SILVA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES)

Processo: 747942/20 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ALESSANDRO AFFORNALI, ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, ALLYRIO DE JESUS DIPP FILHO, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI, CARLOS GUILHERME CESCHIN GOMES DO REGO, COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (Procurador(es): PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, GIULIA DE ROSSI ANDRADE), CONSORCIO TRIUNFO - COMPASA, CONSTRUTORA TRIUNFO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Procurador(es): LUCAS KAINA FERREIRA DA SILVA, JULIO GAZZOLLA DE OLIVEIRA JUNIOR, CASSIANO LUIZ IURK, LUIS DANIEL ALENCAR, MARCELO GROPPA, RODRIGO TEIXEIRA MATOS, CARLOS EDUARDO BENATO, PRISCILA DE SOUZA ALVES BEZERRA, TAINA ERICA MORAS), DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDSON LUIZ AMARAL, ELDA MARIA VAQUEIRO HEIDGGER, FERNANDO FURIATTI SABOIA, JOSE FERREIRA HEIDGER, JOSE VALDECIR CAVALINI, LENO FANCHIN, NELSON LEAL JÚNIOR, ROBERTO SOLHEID DA COSTA DE CARVALHO, RUI CEZAR DE QUADROS ASSAD, SERGIO SELVATICI

Processo: 747950/20 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ALESSANDRO AFFORNALI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ANTONIO RENATO HOINSKI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), C.C. PAVIMENTADORA LTDA, CARLOS GUILHERME CESCHIN GOMES DO REGO (Procurador(es): ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, GIULIA DE ROSSI ANDRADE), CASSIANA INES SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM, ALINE MENDES FAVARIM), COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (Procurador(es): PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, DIOGO ANTONIO RAMOS REBELO, BRUNO GOFMAN, GIULIA DE ROSSI ANDRADE), CONSORCIO COMPASA - VIA VENETTO - CC, CRISTIANO LINDNER RIBAS, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDSON LUIZ AMARAL (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), FERNANDO FURIATTI SABOIA, JACIRA GIACOMINA SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM), JOAO ARADY ANDRADE, JOAO PAULO KRAEMER DE ARAUJO, JOSE ALBERTO SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM), LIDIA ANDREJEWSKI FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), MARCOS LUIZ GONCALVES SILKA, MILTON PODOLAK JUNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), PAULO ROBERTO MELANI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), RAUL ALVES DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM, ALINE MENDES FAVARIM), RAUL SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM), RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO, SERGIO MOREIRA GOMES (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), TAISA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), TATIANA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), THAYANA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), THIAGO VELOSO MARIA (Procurador(es): BRUNO CÉZAR VENTURA GUIMARÃES), VIA VENETTO CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (Procurador(es): ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, GIULIA DE ROSSI ANDRADE)

Processo: 410209/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DENÚNCIA

Processo: 328703/23 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): FRANCISCO BORBA IACOVONE)
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): GILBERTO ALEXANDRE DE ABREU KALIL, VITOR JOSE BORGHI)

Processo: 825352/24 Adiado para análise de voto divergente desde 22/09/2025
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL), (Procurador(es): WELLINGTON GARCIA, SIMONE CRISTINA IZAIAS DA CUNHA, RAFAEL CARVALHO NEVES DOS SANTOS, RODOLFO CARVALHO NEVES DOS SANTOS, MARIANE SILVA OLIVEIRA)

RECURSO DE REVISTA

Processo: 140914/25
Entidade: INSTITUTO P/ DESENV.SOCIAL,AMBIENTAL, CULTURAL E TECNOL.LOTUS (Procurador(es): LUIS JUSTINIANO HAIEK FERNANDES, ANE ELISA PEREZ, FABIO BARBALHO LEITE, LUCAS CHEREM DE CAMARGO RODRIGUES, MARIANA CHIESA GOUVEIA NASCIMENTO, KAMILE MEDEIROS DO VALLE, ALEXANDRE FONTENELLE WEBER, NATALIA TOITO GALLI, JOYCE LIMA SANTOS, JOSE ROBERTO MANESCO)
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESIDUOS SOLIDOS - CIRES, INSTITUTO P/ DESENV.SOCIAL,AMBIENTAL, CULTURAL E TECNOL.LOTUS (Procurador(es): LUIS JUSTINIANO HAIEK FERNANDES, ANE ELISA PEREZ, FABIO BARBALHO LEITE, LUCAS CHEREM DE CAMARGO RODRIGUES, MARIANA CHIESA GOUVEIA NASCIMENTO, KAMILE MEDEIROS DO VALLE, ALEXANDRE FONTENELLE WEBER, NATALIA TOITO GALLI, JOYCE LIMA SANTOS, JOSE ROBERTO MANESCO), NABIL MOHAMAD ONISSI (Procurador(es): LUIS JUSTINIANO HAIEK FERNANDES, ANE ELISA PEREZ, FABIO BARBALHO LEITE, LUCAS CHEREM DE CAMARGO RODRIGUES, MARIANA CHIESA GOUVEIA NASCIMENTO, KAMILE MEDEIROS DO VALLE, ALEXANDRE FONTENELLE WEBER, NATALIA TOITO GALLI, JOSE ROBERTO MANESCO), SILVIO ANTONIO DAMACENO (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA)

Processo: 362526/25
Entidade: MUNICIPIO DE MARINGA

Interessado: COORDENADORIA DE AUDITORIAS, JOSE GILBERTO PURPUR (Procurador(es): GILBERTO ALEXANDRE DE ABREU KALIL, VITOR JOSE BORGHI), MUNICIPIO DE MARINGA, ROBERTA MARIA BARRETO, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS (Procurador(es): GILBERTO ALEXANDRE DE ABREU KALIL, VITOR JOSE BORGHI)

Processo: 50806/25 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE CURITIBA
Interessado: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS, JOSE CARLOS BRAGA BETTEGA (Procurador(es): BRUNO HENRIQUE MARCELLINO BRITO, FERNANDA GOMES PINHEIRO), MUNICÍPIO DE CURITIBA, MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): RICARDO BIANCO GODOY), MUNICÍPIO DE MATINHOS, RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, RUY HAUER REICHERT, SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ

Processo: 61590/25 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Interessado: ADEMAR AMERICO CAMOSSATO, CONSTRUTORA LONGUINI LTDA (Procurador(es): ALESSANDRO OTAVIO YOKOHAMA, SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA), DARLAN SCALCO (Procurador(es): GABRIEL MARTINS FONCATTI, MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA, BERNARDO DE SOUZA FARIA, JOAO VITOR CACHEL SILVA, GUSTAVO BONINI GUEDES, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE, DILOR GESSER SCARPETTA, LAERZIO CHIESORIN JUNIOR, NICARO COELHO, CAROLINA PADILHA RITZMANN, ANTONIO FILIPE CURY TANIOS DA CRUZ, GUILHERME MALUCELLI), GEOVANI GARILBADI CAMPOS (Procurador(es): ALESSANDRO OTAVIO YOKOHAMA, SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA), LAILA SALVADEGO, MARIA SONIA CELINI (Procurador(es): IGOR CALIANI), MUNICÍPIO DE PÉROLA, R MUCHENISKI, RICARD DE OLIVEIRA GONZALEZ, RODRIGO CALIANI, RUBENS GABARRAO (Procurador(es): IGOR CALIANI), VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA

Processo: 195492/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, WILSON PEREIRA DA SILVA (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 252330/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, ROSALINA DE FATIMA MANTOVANI GANEN (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 270575/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, MARGARETE FACIO (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 95602/20 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ESTADO DO PARANÁ, MAURO RICARDO MACHADO COSTA, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Processo: 756334/24 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO (Procurador(es): PEDRO JAIRO DA COSTA MELLO)
Interessado: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JANDAIA DO SUL, MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO (Procurador(es): PEDRO JAIRO DA COSTA MELLO), SARANDI TRATORES LTDA (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO), TKBR IMPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, ELIEZER DOS SANTOS, WESLEI DE OLIVEIRA, MATHEUS RIBEIRO DE OLIVEIRA WOLOWSKI)

Processo: 773484/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA (Procurador(es): ATILA SAUNER POSSE)
Interessado: CRYS ANGELICA RIBEIRO DE CARVALHO, INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA (Procurador(es): ATILA SAUNER POSSE), JOAO CARLOS KLEIN (Procurador(es): MARCOS APARECIDO REVOLTI, ALEXANDRE LUCIO PEDREZINI, MANOEL FERNANDES DOS SANTOS PEREIRA), MUNICÍPIO DE PEABIRU

Processo: 50598/25 Adiado para análise de voto divergente desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: ESLEIF MARTINS MENDES, MÁRCIO CLAUDIO WOZNIACK (Procurador(es): FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ), MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Processo: 65412/25 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
Interessado: LUIS ANTONIO BISCAIA (Procurador(es): FERNANDA BERNARDELLI MARQUES, GIULIA MORI AMANTEA, RODRIGO GAIAO, RODRIGO CARVALHO POLLI, GUSTAVO BONINI GUEDES, TIAGO JEISS KRASOVSKI, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE, LAERZIO CHIESORIN JUNIOR, CAMILA COTOVICZ FERREIRA, CAROLINA PADILHA RITZMANN, FERNANDA BASSO BLUM, GUILHERME MALUCELLI, CAROLINE RIBEIRO, LUIZ PAULO MULLER FRANQUI), MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 554611/25
Entidade: MUNICÍPIO DE PITANGA
Interessado: CONCREVALI - CONCRETO VALE DO IVAI LTDA (Procurador(es): KELLY CARIOCA TONDINELLI), MUNICÍPIO DE PITANGA

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 588431/24 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
Interessado: CLAUDIOMIRO DA COSTA DUTRA (Procurador(es): FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ), MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CONSULTA

Processo: 788590/22
Entidade: MUNICÍPIO DE PINHALÃO
Interessado: DIONISIO ARRAIS DE ALENCAR, LUIZ EDUARDO DE CASTRO VANZELI, MUNICÍPIO DE PINHALÃO

REPRESENTAÇÃO

Processo: 730572/22 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: 3ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019)
Interessado: 3ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019), JOSE VOLNEI BISOGNIN

Processo: 723576/24 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: GOVERNO DO PARANA - CASA CIVIL
Interessado: 4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, GOVERNO DO PARANA - CASA CIVIL, MAIQUEL GUILHERME ZIMANN

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 96121/25
Entidade: MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL
Interessado: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR, EMR CONSTRUTORA LTDA (Procurador(es): FERNANDO PLIXO DE OLIVEIRA), MARCOS ANTONIO GASPARELLI, MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL, ROBERES RIVELINO DA SILVA

Processo: 132148/25
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: JOSE DALMI DISSENHA (Procurador(es): GEORGIA FERNANDA TOBIAS DE BUENO GIZZI), MARGARIDA MARIA SINGER (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, EDUARDO FORVILLE, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, RAFAEL RUEDA MUHLMANN, UNIÃO NUTRICIONAL LTDA (Procurador(es): FELIPE CARVALHO ROMERO, VINICIUS CARVALHO ROMERO), VANESSA DA ROCHA CHAPANSKI

Processo: 172158/25
Entidade: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS
Interessado: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS, MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA (Procurador(es): THIAGO RAMOS PEREIRA, RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA), PAULO ANDRÉ SIMÕES POCH, SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ

Processo: 295985/25
Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, ANGELO GERALDO BOCHENEK, CONTREL CONSTRUÇÕES LTDA (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, PEDRO HENRIQUE BRAZ DE VITA, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), GIOVANI CARLOS SEHABER, LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, NORMANDO GUEDES MARCONDES

Processo: 338137/25
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
Interessado: FERNANDA GARCIA SARDANHA, H R PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

Processo: 612600/24 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR (Procurador(es): CAMILA BARBOZA YAMADA)
Interessado: ANDRE GUSTAVO SOUZA GARBOSA, COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR (Procurador(es): CAMILA BARBOZA YAMADA), GREEN4T SOLUCOES TI SA (Procurador(es): LUIZ ANTONIO FERREIRA BEZERRIL BELTRAO, CHARLES TEIXEIRA BARBOSA, ANA PAULA CANOVA ABINAJM), GUSTAVO AGUIAR NEGHERBON, VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA

Processo: 800279/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: ANA JULIA PIRES RIBEIRO (Procurador(es): PAULO KANIA LENZI), RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 240404/25 Vista desde 28/07/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: FUNDO ESTADUAL DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL FUNDEPPIR
Interessado: FUNDO ESTADUAL DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL FUNDEPPIR, LEANDRE DAL PONTE

CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

DENÚNCIA

Processo: 647837/24
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): ANA CAROLINA PUGA DE BULHOES, LUIZ GUILHERME MARINONI, RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, RUTINEIA BENDER, ELIANE CRISTINA CARVALHO, GLAUCIA MARA COELHO, MAURO BARDAWIL PENTEADO, JOSE ALEXANDRE FERREIRA SANCHES, SIMONE MORGADO NIGRO DE SOUZA, MAGDA DA CRUZ MEFFE, LUCAS DE MORAES CASSIANO SANT ANNA, NIKOLAS LENK GOMES, LUCIANA BENDER DA SILVA PRADO, GABRIEL RAPOPORT FURTADO, BRUNO CESAR LAUER DOS SANTOS ROBERTO, GUILHERME AFONSO DOURADO, ARIANE FULLER, THAIS PEREIRA DOS SANTOS LUCON), (Procurador(es): ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI, BRUNO PEDREIRA POPPA, JOSE EDUARDO TAVANTI JUNIOR, LUIZ GUILHERME DUARTE MARTINS COSTA, RODOLFO FONTANA BOEIRA DA SILVA, ANDRE YUKIO IOCHIDA LACERDA, CAINAN GEA, ANDRE TUNES DO NASCIMENTO, GUSTAVO NOGUEIRA FIGUEIREDO, JOAO VITOR SILVA RODRIGUES, LEONARDO LAVELLI SANTOS, GABRIEL TADEU DE FIGUEIREDO BARROS, VITOR ATHAYDE DE MORAIS, LYGIA HELENA ROSSI DA SILVA, MARINA DE ABREU MONTEIRO DE CASTRO, LETICIA NAOMI KANASHIRO GONCALVES, VICTORIA ARISA LINN, VITORIA CAROLINA RODRIGUES DE LIMA), Procurador(es): GRAZIELLE GRUDZIEN, DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS, LUIZ PAULO MULLER FRANQUI, ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI, BRUNO PEDREIRA POPPA, JOSE EDUARDO TAVANTI JUNIOR, LUIZ GUILHERME DUARTE MARTINS COSTA, RODOLFO FONTANA BOEIRA DA SILVA, ANDRE YUKIO IOCHIDA LACERDA, CAINAN GEA, ANDRE TUNES DO NASCIMENTO, GUSTAVO NOGUEIRA FIGUEIREDO, JOAO VITOR SILVA RODRIGUES, LEONARDO LAVELLI SANTOS, GABRIEL TADEU DE FIGUEIREDO BARROS, VITOR ATHAYDE DE MORAIS, MARINA DE ABREU MONTEIRO DE CASTRO, LETICIA NAOMI KANASHIRO GONCALVES, VICTORIA ARISA LINN, VITORIA CAROLINA RODRIGUES DE LIMA)

Processo: 833335/23 Adiado para análise de voto divergente desde 22/09/2025
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

RECURSO DE REVISTA

Processo: 318078/24 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 25/08/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
Interessado: ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA, KATIA HARMS, LUCIANO ESSER QUEIROZ, M. V. SELMER E CIA LTDA (Procurador(es): LEONARDO FERREIRA MENDES DE PAIVA, PATRICIA FERREIRA MENDES, DOUGLAS IVAM ALVES), MARIA ROSA DUCHEIKO, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ

Processo: 490830/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE MATO RICO
Interessado: ANTONIO SIMIANO (Procurador(es): CRISTIANO SCIBOR, DOUGLAS ALEX PEREIRA FERREIRA), DAVI DO LAGO COSTA, EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS (Procurador(es): GABRIEL FERREIRA DE CRISTO, THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA), MUNICÍPIO DE MATO RICO

Processo: 588563/24 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: DANIEL RODRIGO FLECK, ELTON SANTOS GUIMARAES, FERENG INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA LTDA (Procurador(es): MARIA ADRIANA PEREIRA DE SOUZA), HUDSON LEONCIO TEIXEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, THIAGO PHILIPE BUDAL

Processo: 194941/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
Interessado: ANDERSON REIS RODRIGUES, CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS, LEILA DE CASSIA PISSINATI GOMES (Procurador(es): PEDRO DA SILVA REIS), THIAGO LOPES

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 767158/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: MÁRCIO CLAUDIO WOZNIACK (Procurador(es): LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, CLAUDIO TAVARES TESSEROLI, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ), MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Processo: 820563/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (Procurador(es): FABIANE MALDANER BULAWSKI, JOSE AUGUSTO ALEXANDRIA ALVES, DEBORAH CRISTINA GONCALVES MOREIRA, ADRIANA BOLZANI BACH, PRISCILA PERELLES, RICARDO TADAO YNOUE, JULIANA FISCHER DE ALMEIDA, RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA, AYRON DA CONCEICAO BACH, CLEISON DIOTALEVI, FABIANA PIAZZETTA ANDRETTA, JULIANA MOTTIM DE OLIVEIRA, JESRAEL SOARES BATISTA)
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (Procurador(es): FABIANE MALDANER BULAWSKI, JOSE AUGUSTO ALEXANDRIA ALVES, DEBORAH CRISTINA GONCALVES MOREIRA, ADRIANA BOLZANI BACH, PRISCILA PERELLES, RICARDO TADAO YNOUE, JULIANA FISCHER DE ALMEIDA, RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA, AYRON DA CONCEICAO BACH, CLEISON DIOTALEVI, FABIANA PIAZZETTA ANDRETTA, JULIANA MOTTIM DE OLIVEIRA, JESRAEL SOARES BATISTA), JOÃO CLAUDIO DEROSSO (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA, KAROLINE SALLES), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 105485/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ, CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL), MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 188232/25 Vista Presidente para voto de desempate desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CURITIBA (Procurador(es): CLAUDINE CAMARGO, ROSA MARIA ALVES PEDROSO)
Interessado: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (Procurador(es): CARLA DOS SANTOS CORREIA, ROBERTO GODOY JUNIOR, PAULA FERRONATO COLLACO SILVA, FABIANA KARLA CASAGRANDE, RENATO REIS DO COUTO, MONICA RODRIGUES DA SILVA), ESER HELMUT AMORIM, LUIZ SERGIO VIEIRA FILHO, MACIEL CONSULTORES S/S (Procurador(es): WILLIAN IRIBARREN REINALDO, GUSTAVO MOUSQUER ZIMMERMANN, LETICIA PEREIRA VOLTZ ALFARO, BIANCA DOS SANTOS SOLLA, LUIS FELIPE CANTO BARROS, RAFAEL PAIM BROGLIO ZUANAZZI, ROBERTA SANTAYANA), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBA (Procurador(es): CLAUDINE CAMARGO, ROSA MARIA ALVES PEDROSO), RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO

Processo: 213970/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Interessado: 5ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE (Procurador(es): VILMA REGINA GONÇALVES DIAS, PATRICIA BROCHADO BARRETO, ANDRE LUIZ BAUML TESSER)

Processo: 302205/25 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 09/09/2025
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, EDSON LUIZ AMARAL, MARIA LUCIA SANCHES, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO, ANTONIO RENATO HOINSKI, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), CONSORCIO ENEFER-ENGEVIX - LESTE (Procurador(es): JOÃO EURICO KOERNER, ESTÊVÃO LOURENÇO CORRÊA, ACACIO CORREA FILHO), DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, EDSON LUIZ AMARAL, MARIA LUCIA SANCHES, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO, ANTONIO RENATO HOINSKI, LUCIANO ROCHA WOISKI), ELUANI DE LOURDES SNEGE, ENEFER CONSULTORIA PROJETOS LTDA (Procurador(es): JOÃO EURICO KOERNER, ESTÊVÃO LOURENÇO CORRÊA, ACACIO CORREA FILHO), ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A (Procurador(es): JOÃO EURICO KOERNER, ESTÊVÃO LOURENÇO CORRÊA, ACACIO CORREA FILHO), FERNANDO FURIATTI SABOIA, GILBERTO PEREIRA LOYOLA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), JEFFERSON KUSTER (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), JOSE PEDRO WEINAND (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND), LIDIA ANDREJEWSKI FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND), PAULO MONTES LUZ (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), PAULO ROBERTO MELANI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), PAULO TADEU DZIEDRICKI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO

WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), TAISA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), TATIANA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), THAYANA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA)

Processo: 427075/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ
Interessado: BARBARA KARINA DE GEUS SERAINE, BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (Procurador(es): JULIA VINHESKI, AMANDA SCHNEIDER DE ALMEIDA PRIOTTO, THIAGO ANTONIO DE LEMOS ALMEIDA), EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, J L GODOI CONSTRUTORA LTDA., MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, VITORIA MIYAO GOMES

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 105647/25
Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, BUNGE ALIMENTOS S.A. (Procurador(es): ANA CAROLINA PUGA DE BULHOES, LUIZ GUILHERME MARINONI, RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, RUTINEIA BENDER, ELIANE CRISTINA CARVALHO, GLAUCIA MARA COELHO, MAURO BARDAWIL PENTEADO, JOSE ALEXANDRE FERREIRA SANCHES, SIMONE MORGADO NIGRO DE SOUZA, MAGDA DA CRUZ MEFFE, LUCAS DE MORAES CASSIANO SANT ANNA, NIKOLAS LENK GOMES, LUCIANA BENDER DA SILVA PRADO, GABRIEL RAPOPORT FURTADO, BRUNO CESAR LAUER DOS SANTOS ROBERTO, GUILHERME AFONSO DOURADO, ARIANE FULLER, THAIS PEREIRA DOS SANTOS LUCON), LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, Q-PAR09 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (Procurador(es): ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI, BRUNO PEDREIRA POPPA, JOSE EDUARDO TAVANTI JUNIOR, LUIZ GUILHERME DUARTE MARTINS COSTA, RODOLFO FONTANA BOEIRA DA SILVA, ANDRE YUKIO IOCHIDA LACERDA, CAINAN GEA, ANDRE TUNES DO NASCIMENTO, GUSTAVO NOGUEIRA FIGUEIREDO, JOAO VITOR SILVA RODRIGUES, LEONARDO LAVELLI SANTOS, GABRIEL TADEU DE FIGUEIREDO BARROS, VITOR ATHAYDE DE MORAIS, LYGIA HELENA ROSSI DA SILVA, MARINA DE ABREU MONTEIRO DE CASTRO, LETICIA NAOMI KANASHIRO GONCALVES, VICTORIA ARISA LINN, VITORIA CAROLINA RODRIGUES DE LIMA), Q-PAR09 OPERADORA PORTUÁRIA SPE S.A. (Procurador(es): GRAZIELLE GRUDZIEN, DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS, LUIZ PAULO MULLER FRANQUI, ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI, BRUNO PEDREIRA POPPA, JOSE EDUARDO TAVANTI JUNIOR, LUIZ GUILHERME DUARTE MARTINS COSTA, RODOLFO FONTANA BOEIRA DA SILVA, ANDRE YUKIO IOCHIDA LACERDA, CAINAN GEA, ANDRE TUNES DO NASCIMENTO, GUSTAVO NOGUEIRA FIGUEIREDO, JOAO VITOR SILVA RODRIGUES, LEONARDO LAVELLI SANTOS, GABRIEL TADEU DE FIGUEIREDO BARROS, VITOR ATHAYDE DE MORAIS, LYGIA HELENA ROSSI DA SILVA, MARINA DE ABREU MONTEIRO DE CASTRO, LETICIA NAOMI KANASHIRO GONCALVES, VICTORIA ARISA LINN, VITORIA CAROLINA RODRIGUES DE LIMA)

Processo: 547003/25
Entidade: GOVERNO DO PARANA - CASA CIVIL
Interessado: ALEX DOS SANTOS GONCALVES, ALLIA CONSULTORIA, MENTORIA E CIENCIA DE DADOS LTDA, ANA CLAUDIA FREIRE GADIOLI DOS SANTOS, ANDRE GUSTAVO SOUZA GARBOSA, CAIO CESAR ZERBATO, CAROLINA RIBAS E SILVA, CESAR ANTONIO GAIOTO SOARES, FERCEA MYRIAM DUARTE MATHEUS MACIEL, FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA (Procurador(es): ANTONIO BOSCO DA COSTA FILHO), GOVERNO DO PARANA - CASA CIVIL, GUALTER DE JESUS VIACAVA, JEAN RAFAEL PUCHETTI FERREIRA, JOÃO CARLOS ORTEGA, MARCOS VINICIUS DA CRUZ COELHO, THIAGO DE ANGELIS

Processo: 430700/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE - CISMEL-NCP
Interessado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE - CISMEL-NCP, SILVIO ANTONIO DAMACENO, TEC E TEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (Procurador(es): WILLIAN DA SILVA SEGUNDA MATTJE)

CONSULTA

Processo: 546453/24 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP-PROAMUSEP
Interessado: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP- PROAMUSEP, MARCONDES ARAUJO DA COSTA, SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA

Processo: 113518/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE IBAITI
Interessado: ANDRE ZANINETI DE MATOS, CÂMARA MUNICIPAL DE IBAITI

REPRESENTAÇÃO

Processo: 695270/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA
Interessado: CESAR PREVEDELLO COELHO, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA, EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER, JOSE PAULO VIEIRA AZIM, MARCELO ELIAS ROQUE (Procurador(es): MARCELA SENISE DE OLIVEIRA MARTINS, MIRIAM CIPRIANI GOMES, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO, MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO, DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA), MUNICÍPIO DE ANTONINA

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 276898/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Interessado: CEMBRA ENGENHARIA LTDA (Procurador(es): JONATAS ARAUJO SANCHEZ), CLAUDIO STABILE, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, WILSON BLEY LIPSKI (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS)

Processo: 362964/24 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Entidade: MUNICÍPIO DE LONDRINA
Interessado: 1DOC TECNOLOGIA S.A (Procurador(es): FABIOLA GRAMS PORTO), APROVA DIGITAL S/A (Procurador(es): MICHELLI CRISTINA DEVES), MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO ZANATTA, MUNICÍPIO DE LONDRINA

Processo: 395323/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (Procurador(es): FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE)
Interessado: ADRIANO RAMOS, AMILCAR PACHECO DOS SANTOS, MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA, MARCELO ELIAS ROQUE (Procurador(es): LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE), MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (Procurador(es): FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE), SHEILA DA ROSA MARIA, VIAÇÃO ROCIO LTDA (Procurador(es): LORIS EL HADI MAESTRI, RENATA VARGAS TOSIN, CARLOS ARAUZ FILHO, Carolina Pinto Coelho, DANIELLE WARDOWSKI CINTRA MARTINS, FERNANDO HENRIQUE LUZ, ALEX ESPINOSA MOSTAFÁ)

Processo: 557706/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
Interessado: FERNANDO SKREYPCZAK, MONTE CRISTO MS SOLUCOES LTDA (Procurador(es): OSVALDO GABRIEL LOPES), MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, NAYARA HERACLIA SILITA DE ALMEIDA, PAULO FALCADE DE OLIVEIRA

Processo: 157302/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA DO SUL
Interessado: AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA DO SUL, PATRICIA SANCHES DE OLIVEIRA TREVISAN, R. BRAGA ROSENDO LTDA (Procurador(es): WELLINGTON GARCIA, SIMONE CRISTINA IZAIAS DA CUNHA, RAFAEL CARVALHO NEVES DOS SANTOS, RODOLFO CARVALHO NEVES DOS SANTOS, MARIANE SILVA OLIVEIRA), ROBERES RIVELINO DA SILVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Processo: 785229/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PREJULGADO

Processo: 772369/16 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 213148/25
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (Procurador(es): CLAUDIA LAZARIM)
Interessado: ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (Procurador(es): CLAUDIA LAZARIM)

Processo: 264346/25
Entidade: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER
Interessado: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER, NATALINO AVANCE DE SOUZA, RICHARD GOLBA

Processo: 255533/25 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Interessado: EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, JOSÉ LUIZ SCROCCARO

HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

Processo: 359998/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Processo: 382748/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA

Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 584857/20 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: CLAUDIO STABILE, ELISANDRO PIRES FRIGO, FERNANDO EUGENIO GHIGNONE (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ), FRANCISCO CESAR FARAH (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ, JONATAS ARAUJO SANCHEZ), JMK SERVICOS S.A. (Procurador(es): PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN), JORGE BARBOZA REIS DE SOUZA, LUIZ GOULARTE ALVES, MARTA CRISTINA GUIZELINI, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

Processo: 49559/21 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
Interessado: ALCIDES BORGES SALDANHA, ANTONIO SIMIANO (Procurador(es): CRISTIANO SCIBOR, DOUGLAS ALEX PEREIRA FERREIRA), CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, CLARICE NUNES PEREIRA, CLAUDIO LEAL, ELIO DIDIMO, EULERI JOSÉ LEAL, JOSE REINOLDO OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, OSCAR DELGADO, TIAGO VARIZA, ZILDA VIDAL DE ALMEIDA OLIVEIRA

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Processo: 186945/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Interessado: ANDRE LUIS CAMPITELLI, CARINA APOLONI AGUERA MANGOLIM, CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, ELZA MANGOLIM FERRETI, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARUMBI, MARLON CASTRO PAVESI PINI, MICHELE CAPUTO NETO (Procurador(es): CARLOS ALEXANDRE LORGA, CINTIA LARISSA RUEDA LORGA), SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DENÚNCIA

Processo: 217999/24
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

Processo: 13715/23 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): FELIPE JOSE OLIVARI DO CARMO),
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): FELIPE JOSE OLIVARI DO CARMO), (Procurador(es): LAISA FERNANDA ALVES VIEIRA),

Processo: 816988/23 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

Processo: 339776/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

Processo: 328395/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): LAZARA DANIELE GUIDIO BIONDO CROCETTI)

RECURSO DE REVISTA

Processo: 828220/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL)
Interessado: ABILIO ARTHUR ALVES (Procurador(es): MARCOS VALERIO CRUZ), ALEX ARTUR PURKOTE, ALLAX FABIANO PEREIRA SIQUEIRA, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL), UBIRATAN PEDROSO (Procurador(es): ANA VITÓRIA SILVEIRA RIBEIRO)

Processo: 355503/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUCI RIBEIRO DA SILVA (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 656410/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR
Interessado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SQUADRO LTDA (Procurador(es): PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA), ELIANE TERUEL CARMONA, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, NELSON AUGUSTO RIBAS MANCINI, PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA

Processo: 733652/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Interessado: ALCIONE ROBERTO CLOSS, ALECXANDRO NOLL, AMERICO BELLE, LUCIANA ZANON, MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Processo: 54658/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE BRAGANEY
Interessado: EDUARDO SCHMITZ, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA, VALDIR ZIELINSKI

Processo: 84751/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: ANTONIO MILTON ALVES (Procurador(es): KAWANA CAROLINA MOMESSO, ANE MARI DA SILVA, BADRYED DA SILVA, RENATA GIOVANA FERRARI, LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, ANNY HELYSE DO NASCIMENTO, AMANDA DOS SANTOS MACHADO PEREIRA), ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUIZ FRANCISCONI NETO

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 480800/24
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, REGINA MASSARETTO BRONZEL DUBAY (Procurador(es): VITOR EDUARDO HENRICHS DA SILVA, CARLOS HENRIQUE SANTILI, CEZAR AUGUSTO FERREIRA)

Processo: 460484/17 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMBÉ
Interessado: ARTHUR ELIAQUIN MONTAGNINI, INSTITUTO ATLANTICO (Procurador(es): CARLOS FREDERICO VIANA REIS, VINICIUS DA SILVA BORBA, PATRICIA DOS SANTOS MACHADO), JOAO DALMACIO PAVINATO (Procurador(es): LEANDRO SOUZA ROSA, Rene Emanuel Bortotto Spinassi, HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI, GRACIANE DOS SANTOS LEAL, TAMARA LUCAS DE BRITO, MARCELA BATISTA FERNANDES), MARCOS ANTONIO SERRA

Processo: 60130/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA
Interessado: EVERTON BARBIERI (Procurador(es): VITOR EDUARDO HENRICHS DA SILVA, THOMAS GAISSLER), MARIA LUCIA DE MEDEIROS BARBIERI (Procurador(es): VITOR EDUARDO HENRICHS DA SILVA, THOMAS GAISSLER), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA

Processo: 839990/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
Interessado: CLAUDIO CESAR CASAGRANDE (Procurador(es): LEANDRO SOUZA ROSA), MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

Processo: 319710/25 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 09/09/2025
Entidade: MUNICIPIO DE CAMPO LARGO (Procurador(es): SILVIO SEGURO, MARCIO TADEU BRUNETTA, TIAGO ALEXANDRE VIDAL TATARA, RICARDO STHUART SALDANHA DE ARAUJO, BRUNO OLIVEIRA DE SOUZA KRYMINICE, JOSE ANTONIO ASSAD E FARIA JUNIOR)
Interessado: CORINTO SIDRACK DANTAS DE SOUZA, DOROTEA APARECIDA MERCHIORI STOCO, MAURICIO ROBERTO RIVABEM, MUNICIPIO DE CAMPO LARGO (Procurador(es): SILVIO SEGURO, MARCIO TADEU BRUNETTA, TIAGO ALEXANDRE VIDAL TATARA, RICARDO STHUART SALDANHA DE ARAUJO, BRUNO OLIVEIRA DE SOUZA KRYMINICE, JOSE ANTONIO ASSAD E FARIA JUNIOR), TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA (Procurador(es): CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, VANESSA ABU JAMRA FARRACHA DE CASTRO, CLAUDIO MARIANI BERTI, ELTON BAIOCCO), VALDEMIR APARECIDO PERES

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 403869/25 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. (Procurador(es): BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES, MARLON ROCHA, MARIE ELISE DE OLIVEIRA MARANHAO, HELIO EDUARDO RICHTER, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, FELIPE SANTOS RIBAS, FABIOLA MARTINI SIBUT, BRUNO FELIPE LECK, EVERTON LUIZ SZYCHTA, TENDY FILOMENA NALESSO SANTOS, ALESSANDRA VIEIRA DE ALBUQUERQUE MARANHAO)
Interessado: CLAUDIO FABIANO ALVES, COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (Procurador(es): BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES, MARLON ROCHA, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, EVERTON LUIZ SZYCHTA, TENDY FILOMENA NALESSO SANTOS, ALESSANDRA VIEIRA DE ALBUQUERQUE MARANHAO), COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. (Procurador(es): BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES, MARLON ROCHA, MARIE ELISE DE OLIVEIRA MARANHAO, HELIO EDUARDO RICHTER, ROBERLEI ALDO QUEIROZ,

PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, FELIPE SANTOS RIBAS, FABIOLA MARTINI SIBUT, BRUNO FELIPE LECK, EVERTON LUIZ SZYCHTA, TENDY FILOMENA NALESSO SANTOS, ALESSANDRA VIEIRA DE ALBUQUERQUE MARANHAO), ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A., ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE LTDA (Procurador(es): CEZAR EDUARDO ZILIOTTO), M CARNEIRO SERVICOS DE INFRAESTRUTURA LTDA, MARCIO CARNEIRO

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 650242/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
Interessado: MARLON RANCER MARQUES, MUNICÍPIO DE MARIA HELENA

Processo: 334590/25 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE JESUÍTAS
Interessado: APARECIDO JOSÉ WEILLER JUNIOR (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO), EDICARLOS GRIZOTTO DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE JESUÍTAS

Processo: 355317/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ
Interessado: CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR (Procurador(es): BEATRIZ FUKUNARI, ADENIR THEODORO JUNIOR), MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ

CONSULTA

Processo: 774294/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 25/08/2025
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Interessado: MIGUEL SANCHES NETO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Processo: 130773/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEJARA DO OESTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEJARA DO OESTE, JOSE VALDIR DOS SANTOS

REPRESENTAÇÃO

Processo: 141747/23 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: 4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, ANDRE LUIS AGNER MACHADO MARTINS, CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, DANIEL ROMANOWSKI, ELISANDRO PIRES FRIGO, ESTADO DO PARANÁ, LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - LOTEPAR, PAY BROKERS EFX FACILITADORA DE PAGAMENTOS S.A. (Procurador(es): JORDANO LYON DELLA PASQUA DA SILVA, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, MARCELO MANSANI MUNHOZ DA ROCHA, RICARDO DE PAULA FEIJO), PAY BROKERS IP INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA., SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SKILROCK TECHNOLOGIES BRASIL LTDA

Processo: 356022/23 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 25/08/2025
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER)
Interessado: ANDREI DE OLIVEIRA RECH, CLAUDIO STABILE (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, FERNANDA BENDER COLLODEL), COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER), FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, FERNANDA BENDER COLLODEL), MARCIO RICARDO DAS CHAGAS LIMA (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, FERNANDA BENDER COLLODEL), MARCO ANTONIO FRANZATO, MUNICIPIO DE CIANORTE, PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, SINDICATO DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URB., GESTAO, COLETA, TRANSP., TRAT. E DISPOSICAO FINAL ADEQ. DE RESID. SOLID. E EFLUENTES DO ESTADO DO PARANA (Procurador(es): JACQUELINE DOS SANTOS CORREA), WILSON BLEY LIPSKI (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS)

Processo: 762250/23 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
Interessado: ANA CLAUDIA DOS SANTOS LIMA, ANGELO RENATO BIZINELLI JUNIOR, ANTONIO FRANCA BENJAMIM, CLAIR TERESINHA RUGERI, CLEITON LUIZ WELTER, CRISTHIAN MARCIANO, DELCIR BERTA ALESSIO, JOSE FERNANDO BATTISTI (Procurador(es): DIEGO MONTEIRO ROCHA), MARCUS VINICIUS MARTINS VARGAS PRUDENCIO, MATHEUS HENRIQUE HENZ, MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, RONY FERNANDO KAMER BATISTA DA SILVA, ROSIANE LIMBERGER DOS SANTOS TONELLI, VINICIUS CEREZER SEBEN

Processo: 245864/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
Interessado: JOÃO RICARDO MOREIRA, MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO, OZIEL NEIVERT

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 811483/24
Entidade: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR
Interessado: DANILLO ROQUE SCHONEBORN, ELIANE TERUEL CARMONA, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR, NOEMI BEATRIZ GRUNHAGEN, SINATRA ASSESSORIA E SERVIÇOS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA

Processo: 819824/24
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO, PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (Procurador(es): VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO, LUCAS SANCHES SILVA)

Processo: 28444/25
Entidade: MUNICIPIO DE CAMPO LARGO
Interessado: BRUNO CEZAR DA CRUZ, MAURICIO ROBERTO RIVABEM, MUNICIPIO DE CAMPO LARGO, ROMULO DA SILVA VIDAL DONATO, VIACAO APOIO LTDA (Procurador(es): VALDEMIR APARECIDO PERES)

Processo: 132210/25
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS)
Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS), LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA (Procurador(es): ANDREOTTE NORBIM LANES, FLAVIA RODRIGUES DO NASCIMENTO), MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA (Procurador(es): THIAGO RAMOS PEREIRA, RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA), UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (Procurador(es): ANDREIA LOVIZARO, PEDRO HENRIQUE FERREIRA RAMOS MARQUES, NATASHA RUBINSZTEJN DOMINGUES, RAFAEL PARODI FERRARESSO), WILSON BLEY LIPSKI (Procurador(es): ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS)

Processo: 398997/25
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: AVANTTI PRODUCOES EVENTOS E TURISMO LTDA (Procurador(es): WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA, DANIELLA BATISTA GONTIJO), RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Processo: 442929/25
Entidade: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Interessado: ALVARO DENIS CENI SCOLARO, AZANOR FABIO POSSOLI, FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, JULIANE APARECIDA ALVES, MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, POSSOLI CAMINHOES LTDA

Processo: 774452/23 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA, MARCELO DIAZ, RONI MIRANDA VIEIRA, SARITA TOLEDANO, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Processo: 20740/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 25/08/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
Interessado: AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANTONIO CASAGRANDE, MARCELA LOPES DA SILVA, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, ROMUALDO DE JESUS BENATTI, VALCI PERDOMO DA SILVA

Processo: 53533/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICIPIO DE CAMPO LARGO
Interessado: DOROTEA APARECIDA MERCHIORI STOCO, EXPRESSO PRESIDENTE GETULIO LTDA, ISADORA MOURA ANTONIO CARDOSO, JOSE ATILIO NORBERTO, LUIZ OTAVIO GOES, MAURICIO ROBERTO RIVABEM, MUNICIPIO DE CAMPO LARGO

Processo: 187984/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): MOEMA REFFO SUCKOW, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO)
Interessado: CLAUDIO STABILE, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): MOEMA REFFO SUCKOW, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO), VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA (Procurador(es): RAPHAEL MARCONDES KARAN), WILSON BLEY LIPSKI (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS)

Processo: 591300/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE MAMBORÊ
Interessado: ANDRE KOSSAR, MUNICÍPIO DE MAMBORÊ, RICARDO RADOMSKI

Processo: 630489/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA (Procurador(es): IRINEU GOBO FILHO, DANIELA SIMOES DE MELLO, SANDRO ROMAO, MICHELLI LOPES CARVALHO, CLAUDIA HAAS AMARAL, LUIS FABIANO DE MATOS, MARCELO CRISTIANO DE MORAES, FERNANDA LORENA ALVES MARTINS, RULIAN NEVES MARTINS)
Interessado: MARCIO ARTUR DE MATOS, MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA (Procurador(es): IRINEU GOBO FILHO, DANIELA SIMOES DE MELLO, SANDRO ROMAO, MICHELLI LOPES CARVALHO, CLAUDIA HAAS AMARAL, LUIS FABIANO DE MATOS, MARCELO CRISTIANO DE MORAES, FERNANDA LORENA ALVES MARTINS, RULIAN NEVES MARTINS), PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (Procurador(es): LEANDRO BASANTE ALBUQUERQUE SANTOS, RENATO LOPES, VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO, ROBERTO DOMINGUES ALVES)

Processo: 681130/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA (Procurador(es): IRINEU GOBO FILHO, DANIELA SIMOES DE MELLO, SANDRO ROMAO, MICHELLI LOPES CARVALHO, CLAUDIA HAAS AMARAL, LUIS FABIANO DE MATOS, MARCELO CRISTIANO DE MORAES, FERNANDA LORENA ALVES MARTINS, RULIAN NEVES MARTINS)
Interessado: F R BRITO COM ATACADISTA LTDA. (Procurador(es): LAERTES ANDRADE MUNHOZ), GABRIEL MARCONDES PUKANSKI, GLEISE CRISTIANE KWAS LUCIO, MATILDE MARIA BITTENCOURT, MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA (Procurador(es): IRINEU GOBO FILHO, DANIELA SIMOES DE MELLO, SANDRO ROMAO, MICHELLI LOPES CARVALHO, CLAUDIA HAAS AMARAL, LUIS FABIANO DE MATOS, MARCELO CRISTIANO DE MORAES, FERNANDA LORENA ALVES MARTINS, RULIAN NEVES MARTINS)

Processo: 738980/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
Interessado: APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA, ELISIL UNIFORMES LTDA (Procurador(es): DAVID RAFAEL FERREIRA DE SOUZA), FREDINEI SILVA RODRIGUES, LORENO BERNARDO TOLARDO, MATEUS TOMAZINI DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS

Processo: 803189/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Interessado: ANTONIO RAFAEL MARCHEZAN FERREIRA, CARLOS HENRIQUE MARRONI, J.C.V - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (Procurador(es): RICARDO FELIPPE DA SILVA), LEANDRO VANALLI, MADISON TOSHIO KUSAKAWA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Processo: 817961/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA
Interessado: ALDREAN DOUGLAS FURTADO, ARY DE OLIVEIRA MATTOS, DAIANE ZAKCHEUSKI OLIVEIRA, F.A.L. EVENTOS LTDA (Procurador(es): NIDIA KOSIENCZUK ROSA GONÇALVES DOS SANTOS, FAUSTO TOSHISUKO SAKAKURA), MARCO ANTONIO MACEDO, MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA

Processo: 839078/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICIPIO DE MARINGA
Interessado: EMPORIOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME (Procurador(es): CLARISSA SANTOS FARAH, PEDRO HENRIQUE SANTOS FARAH), MUNICIPIO DE MARINGA, NAYARA MALHEIROS CARUZZO FERNANDES, SILVIO MAGALHAES BARROS II, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS (Procurador(es): GILBERTO ALEXANDRE DE ABREU KALIL, VITOR JOSE BORGHI)

Processo: 843202/24 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Interessado: BLANCOLIMA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA (Procurador(es): ALISSON RAMOS DA LUZ), GILEADE GABRIEL OSTI, HERALDO TRENTO

Processo: 196944/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE IPIRANGA
Interessado: DOUGLAS DAVI CRUZ, MEDFACIL SERVICOS DE SAUDE LTDA, MUNICÍPIO DE IPIRANGA

Processo: 209116/25 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A (Procurador(es): RODRIGO BINOTTO GREVETTI, ALEXANDRE DANGUI PASTRO)
Interessado: OGENY PEDRO MAIA NETO, PRG METALURGICA LTDA (Procurador(es): SHEILA CARMINATTI DO AMARAL, ALEXANDRE DANGUI PASTRO), URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A (Procurador(es): RODRIGO BINOTTO GREVETTI)

Processo: 503847/25 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Interessado: F.S. TERRAPLANAGEM LTDA (Procurador(es): GABRIEL WOOD), GERI NATALINO DUTRA, MUNICIPIO DE PATO BRANCO, S.W. SOLUÇÕES EM FERRAGENS LTDA. (Procurador(es): RODOLFFO GARDINI FAGUNDES)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 164235/22 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADEMAR LUIZ TRAIANO, ALEXANDRE MARANHÃO KHURY, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 168568/25 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 22/09/2025
Entidade: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Interessado: LUCIANO BORGES DOS SANTOS, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Processo: 193287/25 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 25/08/2025
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - SEIA
Interessado: ALEX CANZIANI SILVEIRA, MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - SEIA

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

DENÚNCIA

Processo: 472689/24 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): PAULO KANIA LENZI), (Procurador(es): MARIANA CARVALHO WAIHRICH)

RECURSO DE REVISTA

Processo: 582430/23
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, TAUILLO TEZELLI

Processo: 721999/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 22/09/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE MATINHOS
Interessado: CEZAR AUGUSTO CORAIOLA (Procurador(es): JOAO CREPLIVE NETO, REGIELY ROSSI RIBEIRO), EDUARDO ANTONIO DALMORA (Procurador(es): RICARDO DE FREITAS VASCO, LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL), FABIANO PALACIO, IVO MENDES JUNIOR, JOSE CARLOS DO ESPIRITO SANTO, MUNICÍPIO DE MATINHOS, NORIMASA ISHIKAWA, RUY HAUER REICHERT (Procurador(es): ELIANE FERNANDES DE ABREU)

Processo: 144944/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE CURITIBA
Interessado: ANTONIO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR (Procurador(es): LUCAS PAULO FERNANDES, BRUNO CORRÊA RIBEIRO, ELINA PEDRAZZI, DAIANE ROBERTA BITTAR LEMES DA SILVA, RENATO NEVES NICOLETI), ATMED SERVIÇOS DE APOIO A SAUDE LTDA (Procurador(es): RODRIGO PUPPI BASTOS, CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO, PAULO VIRGILIO DE CARVALHO CANTERGIANI, THIAGO WIGGERS BITENCOURT, NATHANIELE HELOISA VELOSO RIBEIRO, LEANDRO PEREIRA DA COSTA), BEATRIZ BATTISTELLA NADAS, CRISTIANO ROBERTO PANTAROTTI, DENISE SANTOS MARTINS, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, GUSTAVO VOLPATO MELO, HENRIQUE ELEOTERIO NETO, INCS - INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS DA SAÚDE - MATRIZ (Procurador(es): NIKOLAS CIRILO DINIZ), INTEGRA LOGÍSTICA EM GESTÃO DE SAÚDE EIRELI, JEAN ANTONIO PEREIRA ROSA, JOAO GILBERTO ROCHA GONCALEZ (Procurador(es): LUCAS PAULO FERNANDES, BRUNO CORRÊA RIBEIRO, ELINA PEDRAZZI, DAIANE ROBERTA BITTAR LEMES DA SILVA, RENATO NEVES NICOLETI), MARCIA CECILIA HUÇULAK, MUNICÍPIO DE CURITIBA, NEUCIMARY AMARAL, RAFAEL APARECIDO DE SOUZA SALES (Procurador(es): LUCAS PAULO FERNANDES, BRUNO CORRÊA RIBEIRO, ELINA PEDRAZZI, DAIANE ROBERTA BITTAR LEMES DA SILVA, RENATO NEVES NICOLETI), RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, THIAGO GAYER MADUREIRA, YURI GORSKI DE CAMPOS MALTA

Processo: 285696/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS, RICARDO BIANCO GODOY)
Interessado: EVANI CORDEIRO JUSTUS (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA, FABRYCIA PATTA KESSLER, WALDIR FRANCO FELIX), FABIANO BENEDETI FUZETTI (Procurador(es): ALEXANDRE VAZ DE CAMARGO, LUCAS

CEOLIN CASAGRANDE, CARLA CRISTINE KARPSTEIN ROMANELLI), INSTITUTO ELLOS, LUCIANA REGINA DOS REIS, MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS, RICARDO BIANCO GODOY), NEURIDES VALBER BRERO (Procurador(es): ALINE CONCEIÇÃO GUERINO, ALEX SANDRO GOMES ALTIMARI, FERNANDO AUGUSTO DE NANUZI E PAVESI, JEFFERSON DANILO MAGON BARBAROSSA, CARLOS RAFAEL PAVANELLI BATOCCHIO, DANIEL DE BARROS SILVEIRA, KAREN LUCIA MEMBRIBES ESTEVES FERREIRA, CAIO PINHEIRO GARCIA DE OLIVEIRA, DANIEL FELIPE MURGO GIROTO, JANAINA CARDIA TEIXEIRA, JOSE LUIS MAZUQUELLI JUNIOR, LUCAS COLOMBERA VAIANO PIVETO, JOAO OTAVIO CANHOS, MARIA CARLA ARAUJO RODRIGUES, BRUNA CAROLINE DE SOUZA SANTOS, GABRIELA PARDO FORIN, CASSIANO RODRIGUES DA SILVA NETO, JULIANA RIBEIRO PINHEIRO, BRUNA TORRECILLA GIROTTO, JULIA ABREU MULLER, BRUNO VERISSIMO MOSCA, CAROLINA SECHI MONTEIRO, CAROLLYNE BUENO MOLINA, LETICIA KETHELIN FERREIRA MOURA, LETICIA ALVES CUNHA BARRIENTO, LUIZ CHRISTIANO KUNTZ ALVES SERRA, HENRIQUE BORGES RODRIGUES, LUIS BERNARDO JUNIOR), PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR, REGINA LUCIA FERRAZ TORRES

Processo: 325213/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: ELIANE DE FATIMA SOTORIVA BRUST (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ), ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUIZ FRANCISCONI NETO

Processo: 325329/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, CLAUDIA VENÂNCIO DA CRUZ ROSOLEN (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ), ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA

Processo: 325590/25 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, CRISLAINE RAMOS MELO GARRAFA (Procurador(es): VICTOR DANIEL WONSOWSKI, MAURÍCIO FLÁVIO MAGNANI, BRUNA LIBARDI PEREIRA), JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

Processo: 361058/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
Interessado: BENHUR BAPTISTA SCHIMANOSKI, CLAUDIO CESAR CASAGRANDE (Procurador(es): LEANDRO SOUZA ROSA), MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 746475/23
Entidade: MUNICÍPIO DE IBAITI
Interessado: ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, MUNICÍPIO DE IBAITI, ROBERTO REGAZZO (Procurador(es): LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA)

Processo: 220047/25
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): RICARDO BIANCO GODOY)
Interessado: ESTHER DE SOUZA JAMUR, EVALDO RAPP, EVANI CORDEIRO JUSTUS, JOELSON CORREA TRAVASSOS (Procurador(es): CAMILA PLATNER GARCIA), JOSÉ LUIZ SARI, MANUEL ESTEVEZ RODRIGUEZ, MARICEL DE SOUZA, MIGUEL JAMUR, MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): RICARDO BIANCO GODOY), OSNIL DA SILVA MEDEIROS, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS, ROBSON PINHEIRO, RUI SERGIO JACUBOVSKI, VALMOR ANTONIO MATIELLO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 532332/25
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, CRISTINA MARIA BANDEIRA, EDSON LUIZ AMARAL, MARIA LUCIA SANCHES, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO, ANTONIO RENATO HOINSKI, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ALEX SEVERO ALVES (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND), ARLETE MARTINS DINIZ (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), ASPHALT PAVIMENTACAO ASFALTICA EIRELI (Procurador(es): DANIEL WUNDER HACHEM, FELIPE KLEIN GUSSOLI, LUZARDO FARIA), ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA (Procurador(es): SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS, LORENA POOL DEMARIO STUBERT), CECILIA AIKO NAKAMURA TOLDO (Procurador(es): GILIANI MARA HILARIO PESSOA), CHARLLES URBANO HOSTINS JUNIOR (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, CONSORCIO EVENTO - COMPASA (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA (Procurador(es): ROGERIA FAGUNDES DOTTI, JULIO CESAR BROTTO, RENE ARIEL DOTTI, VANESSA CRISTINA CRUZ CHEREMETA, FRANCISCO AUGUSTO ZARDO GUEDES, FERNANDA COELHO, ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ, PEDRO HENRIQUE GALLOTTI KENICKE, ANA CRISTINA AGUILAR VIANA, FERNANDA MACHADO LOPES), DARLAN DE PAIVA SANTANA (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, CRISTINA MARIA BANDEIRA, EDSON LUIZ AMARAL, MARIA LUCIA SANCHES, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO, ANTONIO RENATO HOINSKI, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDUARDO RIBEIRO FERRAZ (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), EVENTO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA., FERNANDO FURIATTI SABOIA, GILBERTO PEREIRA LOYOLA (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), HEITOR DUTRA DA SILVA FILHO (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), IRAN SABATINI MOREIRA FILHO (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), JOAO ALFREDO ZAMPIERI, JOAO LUIZ GOLTZ DE ALMEIDA (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), JOSE PEDRO WEINAND (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND), JULIO PACHECO MONTEIRO NETO (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), MARCO AURELIO GATAZ SGUARIO (Procurador(es): SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS, GILIANI MARA HILARIO PESSOA), NELSON FARHAT (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): LORENZO FINARDI, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES, JAIR DE AZEVEDO JUNIOR), OCTAVIO JOSE SILVEIRA DA ROCHA (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), OSMAR LOPES FERREIRA (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), PAULO CESAR SALATINI (Procurador(es): GILIANI MARA HILARIO PESSOA, ELDER DA SILVA REIS, THIAGO ANDERSON ZAGATTO), PAULO MONTES LUZ (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND), PAULO ROBERTO MELANI (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), PAULO TADEU DZIEDRICKI, ROBERTO MACHADO DOS SANTOS (Procurador(es): ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO DER-PARANA, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS), SERGIO GONÇALVES LEITE (Procurador(es): SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS, GILIANI MARA HILARIO PESSOA), SERGIO SELVATICI (Procurador(es): GILIANI MARA HILARIO PESSOA)

Processo: 305522/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
Interessado: AFFARI CONSTRUTORA E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA (Procurador(es): EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA, WILLIAM TOHORU HOSAKA, FERNANDA BASSO BLUM), JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES, MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL

Processo: 485136/24 Trâmite Suspenso desde 16/12/2024
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

CONSULTA

Processo: 253999/25
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS
Interessado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, VILMAR SCHMOLLER

Processo: 770094/24 Adiado para análise de voto divergente desde 22/09/2025
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA
Interessado: ADRIANO RAMOS, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA, JOSE PAULO VIEIRA AZIM

REPRESENTAÇÃO

Processo: 85753/24
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS (Procurador(es): MARCO ANTONIO BARBOSA)
Interessado: ANALICE MARTINS DA ROSA BERGER, BERGER E BERGER SUPERMERCADO LTDA, CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, HOANDERSON MARTINS BERGER, LIDIANE KETTLYN DE LIZ (Procurador(es): MARCO ANTONIO BARBOSA), MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS (Procurador(es): MARCO ANTONIO BARBOSA), ORLANDO BERGER, PEDRO LOURENCO, PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMARCA DE MANOEL RIBAS

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 320382/24
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Interessado: BRUNO RODELLI MENDES FONTES, HISSAM HUSSEIN DEHAINI, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE - IDEAS - ARAUCÁRIA (Procurador(es): CAIO LEON NORATO DE LIMA), MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, VANESSA ROCHA FERREIRA

Processo: 302299/25
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS
Interessado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, PRO-VITTA ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE

Processo: 404059/25
Entidade: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ (Procurador(es): SERGIO MIGUEL STELKO JUNIOR)
Interessado: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ (Procurador(es): SERGIO MIGUEL STELKO JUNIOR), GERALDO GENTIL BIESEK, SMB GESTÃO EM SAÚDE S.A. (Procurador(es): RODRIGO VIEIRA ROCHA)

Processo: 703001/24 Vista desde 09/09/2025 Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Interessado: KARIME FAYAD, KAROLINE NODARY DE CASTRO (Procurador(es): MARIA EDUARDA LIEBL FERNANDES, LÍVIA MARIA KINDRAT WEISS, CLOVIS ALBERTO BERTOLINI DE PINHO, DANIEL CONRADO MÜLLER ULRICH), MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, S.W. SOLUÇÕES EM FERRAGENS LTDA. (Procurador(es): PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA)

Processo: 407350/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ, FERNANDO FURIATTI SABOIA, INFRAVIA - ASSOCIACAO DAS EMPRESAS DE INFRAESTRUTURA VIARIA DO ESTADO DO PARANA (Procurador(es): PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Processo: 429953/25
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 135643/25 Vista desde 25/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: LIDIA MATIKO MAEJIMA, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 203398/25 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADRIANO MARCOS FURTADO, DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, HILTON SANTIN ROVEDA

CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO

DENÚNCIA

Processo: 373230/24 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): ROGERIO CALAZANS DA SILVA)

REPRESENTAÇÃO

Processo: 408824/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
Interessado: AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANTONIO CASAGRANDE, BALTAZAR BRAVO COCO, DAVID RENAN COSTA MIRANDA DOS SANTOS, ROMUALDO DE JESUS BENATTI

CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA

DENÚNCIA

Processo: 819588/23
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

REPRESENTAÇÃO

Processo: 816490/23 Vista desde 22/09/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
Interessado: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, CHRISTIANO CAMARGO, JHENNEFER LORRAINNY SANTOS ALCALDE, JOSE ALTAIR MOREIRA, MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL

CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 732950/18 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 22/09/2025
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES
Interessado: CLEONICE BORBA DE MELO, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOU, JOSÉ PAULO BITENCOURT, MARILAND ANTONIA DE CARVALHO, MOISEIS BRANCO DA SILVA, ROBSON LEME DA SILVA

REPRESENTAÇÃO

Processo: 336610/24 Vista desde 28/07/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: CF PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA (Procurador(es): CELSO FERNANDO GUTMANN, CRISTIANO DA SILVA), JOSE LUIS POSSEBON, MARCO ANTONIO SETIM, MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PERCIO MARCELO FORMOSI (Procurador(es): CELSO FERNANDO GUTMANN, CRISTIANO DA SILVA)

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 421081/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA (Procurador(es): FERNANDA MARY DE OLIVEIRA LOUREIRO, VICTORIA DE SOUZA BATISTA, NATALIA WEIBEL CAVASSIN, FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, PEDRO AUGUSTO SCHELBAUER DE OLIVEIRA, RAFAEL VERAS DE FREITAS, LEONARDO COELHO RIBEIRO), ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 813443/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, ANGELO GERALDO BOCHENEK, DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA (Procurador(es): FERNANDA MARY DE OLIVEIRA LOUREIRO, VICTORIA DE SOUZA BATISTA, JOSÉ AUGUSTO AMARAL PATRUNI FILHO, FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, PEDRO AUGUSTO SCHELBAUER DE OLIVEIRA, RAFAEL VERAS DE FREITAS, LEONARDO COELHO RIBEIRO), HEAD NET ENGENHARIA LTDA - EPP (Procurador(es): DANILO BASTOS ANTUNES), LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO

RECURSO DE REVISTA

Processo: 513385/24 Vista desde 11/08/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE
Interessado: BIANCA DE MARTINI RIBEIRO, CARLOS ALBERTO DE SOUZA, ELIANE ASSIS DE PAULA, FRANCISCO ANTONIO BUSCARIOL FRITSCHE, JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA (Procurador(es): AYRTON SANTOS LIMA FILHO ARAUJO, JHONATAN JOAO RUDEK), LUCIAN ALUISIO DIERINGS (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, LUIZ HENRIQUE PEREIRA HARTINGER, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), LUIS CARLOS DE LIMA, MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE

STP - Atas

TRIBUNAL PLENO
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 35,
EM 24 DE SETEMBRO DE 2025

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (24/09/2025), com início às quatorze horas (14h), realizou-se a Trigésima Quinta Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, com a presença dos Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI, bem como dos Conselheiros Substitutos SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, TIAGO ALVAREZ PEDROSO, LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, MURYEL HEY e JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, o Procurador-Geral GABRIEL GUY LÉGER. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária do Tribunal Pleno, Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco. Ausentes os Conselheiros MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por motivo de férias e IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por motivos justificados, ficando convocados os Conselheiros Substitutos THIAGO BARBOSA CORDEIRO, MURYEL HEY e JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO respectivamente, para composição de quórum de julgamento. O Senhor Presidente, Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, submeteu à homologação do Plenário a Ata de nº 34, referente

a Sessão realizada no dia 17 de Setembro de 2025, a qual foi homologada. Na sequência, o Senhor Presidente concedeu a oportunidade para as Comunicações previstas no inciso II do art. 436 do Regimento Interno e para inclusão em pauta dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, e o art. 522 do Regimento Interno. Foram apresentados em mesa e incluídos para julgamento os Processos nºs: 503405/25, 523658/25, na pauta do Conselheiro Presidente Ivens Zschoerper Linhares; 446622/25, na pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 547801/25, na pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi. O Presidente, Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, apresentou ao Colegiado, o Processo nº 588083/25, referente ao Projeto de Resolução, que "Altera a Resolução nº 54, de 28 de janeiro de 2016, "que dispõe sobre a instituição da Política de Governança de Inteligência Artificial – IA, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná". Sendo designado o Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães para a sua relatoria, conforme prevê o art. 16, LV do Regimento Interno. Encerrada a fase de comunicações, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Conselheiros e aos Conselheiros Substitutos para o relato de suas pautas. Foram julgados os Processos nºs: 523658/25 (Aprovação), 503405/25 (Aprovação), da pauta do Conselheiro Presidente Ivens Zschoerper Linhares; 446622/25 (Homologação de Cautelar), da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 547801/25 (Deferimento) , da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi. Permaneceram com vista, dentro do prazo conforme art. 446, §1º do Regimento Interno, os Processos nºs: 517232/25, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 456357/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 198490/22, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Foram adiados para a próxima sessão ordinária do Tribunal Pleno, os julgamentos dos Processos nºs: 302710/25 (Adiado por ausência do relator à Sessão), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 488100/24 (Adiado por ausência do relator à Sessão), da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 722273/19 (Adiado por férias do relator), 698004/23 (Adiado por férias do relator), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 4479/25 (Adiado por ausência de membro do colegiado), 464534/23 (Adiado por ausência de membro do colegiado) , da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi. Ficaram adiados a pedido do relator, dentro do prazo conforme art. 447, do Regimento Interno, o julgamento dos Processos nºs 23329/25 (Adiado por pedido do relator), 736860/23 (Adiado por pedido do relator), 505714/24 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Transcorrida a fase de julgamento e não havendo quem mais desejasse usar da palavra, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, (14:25), do dia vinte e quatro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (24/09/2025), o Senhor Presidente encerrou a Trigésima Quinta Sessão do Tribunal Pleno, convocando a próxima Sessão Ordinária (por Videoconferência) para o dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco (01/10/2025), no horário regimental. E para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária do Tribunal Pleno, Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco e pelo Senhor Presidente do Tribunal Pleno deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares.**********

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-480347/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2670/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Cruz Machado. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Cruz Machado, no período de março de 2025 a maio de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.

No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Recomendação 1
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 3
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 04 - GESTÃO DESIGUAL DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 4		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho para condições igualitárias de manutenção e conservação em todas as escolas municipais, independentemente do local ou do tamanho da edificação, atentando-se para as questões relevantes de acessibilidade, sem deixar de atender as demandas consideradas prioritárias pelos seus usuários, considerando a Constituição Federal, Manual para garantir a inclusão e equidade na educação – ONU, Excelência com Equidade – Fundação Lehmann e Itaú, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Promover uma gestão igualitária da manutenção e conservação (comparar condições das unidades e atender as mais desfavorecidas) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo, plano de ação, correções... ou avaliação pelo Controle Interno das ações), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
CRUZ MACHADO	Carlos Nowak, CPF 016.130.799-07	Kelly Fernanda Romeike Nadolny, CPF 058.745.799-66

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Cruz Machado poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 899/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3304/2025 (peça 7).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1353 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Cruz Machado, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1353 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Cruz Machado, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-483532/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2671/25 - TRIBUNAL PLENO
Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Bocaiúva do Sul. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Bocaiúva do Sul, no período de março de 2025 a maio de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.
No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Recomendação 1
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo técnico para estimar os recursos orçamentários necessários a serem utilizados anualmente na manutenção e conservação das edificações escolares), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 3
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 04 - GESTÃO DESIGUAL DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 4		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho para condições igualitárias de manutenção e conservação em todas as escolas municipais, independentemente do local ou do tamanho da edificação, atentando-se para as questões relevantes de acessibilidade, sem deixar de atender as demandas consideradas prioritárias pelos seus usuários, considerando a Constituição Federal, Manual para garantir a inclusão e equidade na educação – ONU, Excelência com Equidade – Fundação Lehmann e Itaú, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Promover uma gestão igualitária da manutenção e conservação (comparar condições das unidades e atender as mais desfavorecidas) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo, plano de ação, correções... ou avaliação pelo Controle Interno das ações), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
BOCAIÚVA DO SUL	João de Lima, CPF 906.056.089-20	Caio Morilo Santos de Oliveira, CPF 087.953.319-64

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Bocaiúva do Sul poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 897/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3303/2025 (peça 7).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1352 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Bocaiúva do Sul, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1352 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Bocaiúva do Sul, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-511498/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2672/25 - TRIBUNAL PLENO
Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Paula Freitas. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Paula Freitas, no período de março de 2025 a maio de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.
No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Recomendação 1
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 3
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 04 - GESTÃO DESIGUAL DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 4		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho para condições igualitárias de manutenção e conservação em todas as escolas municipais, independentemente do local ou do tamanho da edificação, atentando-se para as questões relevantes de acessibilidade, sem deixar de atender as demandas consideradas prioritárias pelos seus usuários, considerando a Constituição Federal, Manual para garantir a inclusão e equidade na educação – ONU, Excelência com Equidade – Fundação Lehmann e Itaú, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Promover uma gestão igualitária da manutenção e conservação (comparar condições das unidades e atender as mais desfavorecidas) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo, plano de ação, correções... ou avaliação pelo Controle Interno das ações), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
PAULA FREITAS	Sebastião Algacir Dalpra, CPF 660.883.729-15	Letícia Lesoski, CPF 066.504.979-08

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Paula Freitas poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 916/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3390/2025 (peça 7).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1355 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Paula Freitas, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1355 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de

Paula Freitas, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-511510/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2673/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Porto Vitória. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Porto Vitória, no período de março de 2025 a junho de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.
No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, após comentários do gestor daquela municipalidade, ao final remanesceram 3 (três) achados e sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Recomendação 1
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 3		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
PORTO VITÓRIA	Fabiano José Glaab, CPF 006.979.879-65	Odair Henz, CPF 779.661.989-87

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Porto Vitória poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 914/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3391/2025 (peça 7).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1356 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Porto Vitória, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1356 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
I – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Porto Vitória, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.

§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
***2**. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:*
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-522007/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE WENCESLAU BRAZ
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE WENCESLAU BRAZ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2674/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Wenceslau Braz. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Wenceslau Braz, no período de abril a junho de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade, visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.

No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Recomendação 1
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 3
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 04 - GESTÃO DESIGUAL DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 4		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho para condições igualitárias de manutenção e conservação em todas as escolas municipais, independentemente do local ou do tamanho da edificação, atentando-se para as questões relevantes de acessibilidade, sem deixar de atender as demandas consideradas prioritárias pelos seus usuários, considerando a Constituição Federal, Manual para garantir a inclusão e equidade na educação – ONU, Excelência com Equidade – Fundação Lehmann e Itaú, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Promover uma gestão igualitária da manutenção e conservação (comparar condições das unidades e atender as mais desfavorecidas) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo, plano de ação, correções... ou avaliação pelo Controle Interno das ações), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
WENCESLAU BRAZ	Luiz Carlos Vidal, CPF 648.916.159-15	Daniel James de Moura, CPF 035.921.059-73

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Wenceslau Braz poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 950/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3491/2025 (peça 7).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1359 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Wenceslau Braz, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1359 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Wenceslau Braz, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

***1**. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.*
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.

2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-522040/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TOMAZINA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE TOMAZINA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2675/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Tomazina. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Tomazina, no período de abril a julho de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade, visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.

No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Recomendação 1
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 3
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 04 - GESTÃO DESIGUAL DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 4
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho para condições igualitárias de manutenção e conservação em todas as escolas municipais, independentemente do local ou do tamanho da edificação, atentando-se para as questões relevantes de acessibilidade, sem deixar de atender as demandas consideradas prioritárias pelos seus usuários, considerando a Constituição Federal, Manual para garantir a inclusão e equidade na educação – ONU, Excelência com Equidade – Fundação Lehmann e Itaú, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Promover uma gestão igualitária da manutenção e conservação (comparar condições das unidades e atender as mais desfavorecidas) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo, plano de ação, correções... ou avaliação pelo Controle Interno das ações), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
TOMAZINA	Cezar Bueno de Melo, CPF 000.305.399-78	Luiz Carlos dos Santos, CPF 078.858.319-06

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Tomazina poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 949/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3489/2025 (peça 7).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1358 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Tomazina, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1358 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Tomazina, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-544310/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ

INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2676/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Santana do Itararé. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Santana do Itararé, no período de abril a junho de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade, visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.

No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, ao final remanesceram 2 (dois) achados e sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 3		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
SANTANA DO ITARARÉ	Elcio José Vidal, CPF 572.240.309-10	Danilo Tomaz de Oliveira Matozinho, CPF 103.664.279-89

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Santana do Itararé poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1002/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3724/2025 (peça 7).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1357 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Santana do Itararé, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1357 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Santana do Itararé, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-548189/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2677/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029. Município de Nova Prata do Iguaçu. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Nova Prata do Iguaçu, no período de 10/03/2025 a 08/08/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar o processo de elaboração dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029.

No decorrer da fiscalização foram identificados 5 (cinco) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, ao final remanesceram 4 (quatro) achados e sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 2 - Os indicadores propostos no PPA 2026-202G não medem objetivamente o alcance dos respectivos objetivos planejados.	
Recomendação 2.1	
Considerando a necessidade de estabelecer uma estrutura suficiente de indicadores de resultados com atributos mínimos como mensurabilidade, comparabilidade, temporalidade, clareza e relevância, de modo a permitir o monitoramento do desempenho dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual e possibilitar a avaliação periódica da eficácia das políticas públicas (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item III, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, CNPJ 78.103.884/0001-05, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:	
Estabelecer, nos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-202G, indicadores suficientes para monitorar e mensurar os resultados esperados para os respectivos programas, contendo atributos mínimos necessários, como: mensurabilidade (descrição como taxa, número, proporção, razão, percentual ou índice, a fim de possibilitar a quantificação do indicador); comparabilidade (com vistas a permitir a comparação dos resultados do indicador ao longo do quadriênio); temporalidade (de maneira a viabilizar a aferição anual dos resultados do indicador); clareza (de fácil entendimento acerca do que será mensurado); e relevância (de forma que o indicador esteja diretamente relacionado aos objetivos do programa).	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZETE CAVAZIN CPF ***.444.***-**	MARCOS PAULI CPF ***.501.***-**

ACHADO 3 - As ações previstas para os programas finalísticos do PPA são insuficientes e/ou não possuem correlação com os respectivos objetivos.
Recomendação 3.1
Considerando a necessidade de estruturar no Plano Plurianual um conjunto de ações compatíveis com os objetivos dos respectivos programas, dotadas de atributos mínimos como clareza,

especificidade, coerência, viabilidade, mensurabilidade e temporalidade (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 100, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Nova Prata do Iguaçu, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, CNPJ 78.103.884/0001-05, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Estabelecer cada ação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-202G de modo específico (indicando o que será feito); individualizado (para cada ação, uma única atividade a ser executada); mensurável (passível de ser desdobrada em metas físicas); e vinculado ao cumprimento de cada um dos respectivos objetivos específicos.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZETE CAVAZIN CPF ***.444.***-**	MARCOS PAULI CPF ***.501.***-**

Recomendação 3.2

Considerando a necessidade de estruturar no Plano Plurianual um conjunto de ações suficientes para atingir os objetivos dos respectivos programas finalísticos, (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 100, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Nova Prata do Iguaçu, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, CNPJ 78.103.884/0001-05, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Prever, em cada programa finalístico do Plano Plurianual 2026-2026, ações suficientes para atingir os respectivos objetivos.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZETE CAVAZIN CPF ***.444.***-**	MARCOS PAULI CPF ***.501.***-**

ACHADO 4 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Saúde 2026-202G de forma concomitante ao PPA.

Recomendação 4.1

Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Saúde previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (capítulo 1), do Ministério da Saúde; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 30 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, CNPJ 78.103.884/0001-05, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Articular os programas finalísticos relacionados à área de Saúde previstos no Plano Plurianual 2026-202G com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Saúde 2026-202G.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZETE CAVAZIN CPF ***.444.***-**	MARCOS PAULI CPF ***.501.***-**

ACHADO 5 - Os programas propostos no PPA 2026-202G não estão articulados com o Plano Municipal de Assistência Social 2026-202G.

Recomendação 5.1

Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Assistência Social previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do II Plano Decenal da Assistência Social 201c-202c (capítulo 6), da Secretaria Nacional de Assistência Social; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 19 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, CNPJ 78.103.884/0001-05, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Articular os programas finalísticos relacionados à área de Assistência Social previstos no Plano Plurianual 2026-202G com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social 2026-202G.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeita Municipal	Responsável pela implementação da Recomendação
ELIZETE CAVAZIN CPF ***.444.***-**	ELIZETE CAVAZIN CPF ***.444.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Nova Prata do Iguaçu poderia implementar melhorias na estruturação dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029, notadamente nas ações estabelecidas para o cumprimento de seus objetivos e na definição dos indicadores de resultados, bem como na articulação dos programas relacionados às áreas de Saúde e Assistência Social com os respectivos Planos Municipais Setoriais elaborados para o quadriênio.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 995/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3729/2025 (peça 6).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029 da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2802 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Nova Prata do Iguaçu, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2802 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Nova Prata do Iguaçu, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-549967/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IRETAMA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE IRETAMA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2678/25 - TRIBUNAL PLENO
Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Iretama. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Iretama, no período de maio a agosto de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade, visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.
No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Recomendação 1

Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência:
Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas.
O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das

manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 3
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 04 - GESTÃO DESIGUAL DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 4		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho para condições igualitárias de manutenção e conservação em todas as escolas municipais, independentemente do local ou do tamanho da edificação, atentando-se para as questões relevantes de acessibilidade, sem deixar de atender as demandas consideradas prioritárias pelos seus usuários, considerando a Constituição Federal, Manual para garantir a inclusão e equidade na educação – ONU, Excelência com Equidade – Fundação Lehmann e Itaú, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Promover uma gestão igualitária da manutenção e conservação (comparar condições das unidades e atender as mais desfavorecidas) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo, plano de ação, correções... ou avaliação pelo Controle Interno das ações), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
IRETAMA	Same Saab, CPF 281.824.309-25	Roseli Aparecida da Silva, CPF 018.126.339-47

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Iretama poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1001/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3721/2025 (peça 7).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1363 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Iretama, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1363 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Iretama, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-553719/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2679/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Prudentópolis. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no período de 17/02/2025 a 13/08/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de verificar se o Município de Prudentópolis possui as políticas e ações esperadas para garantir resultados de aprendizagem eficazes para todos os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da sua rede de ensino.

No decorrer da fiscalização foram identificados 6 (seis) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, após comentários do gestor daquela municipalidade, ao final remanesceram 4 (quatro) achados e sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

Achado 1 - Há espaço para aperfeiçoamento do processo de estabelecimento de metas de aprendizado para a rede de ensino.
Recomendação 1.1
Considerando a necessidade de estruturar o processo de estabelecimento de metas de aprendizado de modo a contribuir na garantia de resultados de aprendizagem eficazes aos alunos da rede municipal de ensino, conforme a experiência de Sobral e boas práticas observadas nos municípios de Paranavaí e Pinhais (ver Apêndice- Estrutura de Critérios, Questão de Auditoria nº 2, no Relatório Final), recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, CNPJ 77.003.424/0001-34, com fundamento no art. 267-A, §2º, do RI-TCE-PR que adote a seguinte providência:
Implementar o modelo apresentado de "Relatório Anual de Acompanhamento das Metas de Desempenho dos Estudantes nas Avaliações Externas" estabelecidas para as escolas da rede municipal de ensino, com a descrição das hipóteses das causas de eventuais não cumprimentos de metas, de modo a subsidiar os planos seguintes.
Recomendação 1.2
Considerando a necessidade de estruturar o processo de estabelecimento de metas de aprendizado de modo a contribuir na garantia de resultados de aprendizagem eficazes aos alunos da rede municipal de ensino, , conforme a experiência de Sobral e boas práticas observadas nos municípios de Paranavaí e Pinhais (ver Apêndice- Estrutura de Critérios, Questão de Auditoria nº 2, no Relatório Final), recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, CNPJ 77.003.424/0001-34, com fundamento no art. 267-A, §2º, do RI-TCE-PR que adote a seguinte providência:
Implementar o modelo apresentado de "Plano Anual de Trabalho" (plano de ação) nas escolas da rede municipal de ensino, de modo que eles incluam as metas de desempenho estabelecidas pela Secretaria Municipal da Educação e que suas ações sejam estruturadas de maneira lógica (com respectivos produtos esperados, prazos de entrega e responsáveis).

Achado 4 - Há espaço para aperfeiçoamento do processo de oferta de atividades de recuperação/recomposição de aprendizagem aos alunos
Recomendação 4.1
Considerando a necessidade de estruturar o processo de oferta de atividades de recomposição de aprendizagem de modo a contribuir na garantia de resultados de aprendizagem eficazes aos alunos

da rede municipal de ensino, conforme estudo de Banerjee (2016), as experiências de Coruripe e Sobral e as boas práticas observadas em Fazenda Rio Grande e Pinhais (ver Apêndice- Estrutura de Critérios, Questão de Auditoria nº 7, no Relatório Final), recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, CNPJ 77.003.424/0001-34, com fundamento no art. 267-A, §2º, do RI-TCE-PR que adote a seguinte providência:
Implementar um plano de aumento da oferta de vagas em turmas de reforço escolar no contraturno (ou em jornada ampliada), nos termos da Instrução Normativa nº. 06/2025, de modo a haver pelo menos uma sala de reforço escolar para cada escola seriada em tempo parcial do município até o final de 2025 e continuar a expansão até 2029. Esse plano pode ser incorporado ao Plano Plurianual 2026-2029.

Achado 5 - Há espaço para aperfeiçoamento do processo de oferta de alimentação escolar para os alunos
Recomendação 5.1
Considerando a necessidade de estruturar o processo de oferta de alimentação escolar de modo a contribuir na garantia de resultados de aprendizagem eficazes aos alunos da rede municipal de ensino, conforme a experiência de Sobral e as boas práticas observadas nos municípios de Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Pinhais (ver Apêndice- Estrutura de Critérios, Questão de Auditoria nº 8, no Relatório Final), recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, CNPJ 77.003.424/0001-34, com fundamento no art. 267-A, §2º, do RI-TCE-PR que adote a seguinte providência:
Implementar o plano apresentado com metas anuais de aumento progressivo da oferta de alimentação antes do início das aulas a partir do 2º semestre de 2025, até atingir todas as escolas do município em 2029. Esse plano pode ser incorporado ao Plano Plurianual 2026-2029.

Achado 6 - Há espaço para aperfeiçoamento das condições de trabalho e aprendizagem em sala de aula	
Recomendação 6.1	
Considerando a necessidade de estruturar o processo de organização da rede de ensino de modo a contribuir na garantia de resultados de aprendizagem eficazes aos alunos da rede municipal de ensino, conforme a experiência de Sobral e as boas práticas observadas em Apucarana e Paranavaí (ver Apêndice- Estrutura de Critérios, Questão de Auditoria nº 10, no Relatório Final), recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, CNPJ 77.003.424/0001-34, com fundamento no art. 267-A, §2º, do RI-TCE-PR que adote a seguinte providência:	
Implementar o plano apresentado de reorganização da rede de escolas do campo com turmas multisseriadas e baixa demanda de alunos.	
Responsável pela implementação da Recomendação	Controlador Interno
Adelmo Luiz Klosowski CPF ***.324.***-**	Gilvan Bobato CPF ***.754.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Prudentópolis poderia implementar melhorias nas seguintes políticas e ações educacionais: (i) planejamento orientado para desempenho; (ii) frequência escolar dos alunos; (iii) oferta de atividades de recomposição de aprendizagem aos alunos; (iv) oferta de alimentação escolar aos alunos; e (v) condições de trabalho em sala de aula.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1010/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3752/2025 (peça 7).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 446/1519 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Prudentópolis, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 446/1519 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Prudentópolis, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-558648/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2680/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Barbosa Ferraz. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Barbosa Ferraz, no período de maio a julho de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade, visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.

No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 01 - FALTA DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ADEQUADOS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Recomendação 1
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do planejamento da gestão de manutenção e conservação das edificações escolares municipais, considerando o Manual de Orientação, Contratação e Fiscalização de Obras do TCE-PR para os jurisdicionados, Manual de Obras Públicas - Edificações – Práticas da SEAP, e norma técnica ABNT NBR 5674:2012 – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Providenciar instrumentos de planejamento adequados (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis) bem como utilizar os históricos das manutenções realizadas e elaborar lista de prioridades a serem atendidas. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (Plano, Programa ou outro documento contendo roteiro de inspeção, atividades essenciais, estimativa de valor, identificação dos responsáveis, utilização dos históricos das manutenções realizadas para planejamento, lista de prioridades a serem atendidas e/ou avaliação pelo Controle Interno dos instrumentos de planejamento), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS
Recomendação 3
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente

jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência:
Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais.
O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 04 - GESTÃO DESIGUAL DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 4		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho para condições igualitárias de manutenção e conservação em todas as escolas municipais, independentemente do local ou do tamanho da edificação, atentando-se para as questões relevantes de acessibilidade, sem deixar de atender as demandas consideradas prioritárias pelos seus usuários, considerando a Constituição Federal, Manual para garantir a inclusão e equidade na educação – ONU, Excelência com Equidade – Fundação Lehmann e Itaú, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Promover uma gestão igualitária da manutenção e conservação (comparar condições das unidades e atender as mais desfavorecidas) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (estudo, plano de ação, correções... ou avaliação pelo Controle Interno das ações), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
BARBOSA FERRAZ	Carlos Rosa Alves, CPF 505.919.329-20	Kleyton Luiz Leme Cracco, CPF 043.673.459-12

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Barbosa Ferraz poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1018/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3784/2025 (peça 7).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1361 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Barbosa Ferraz, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1361 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Barbosa Ferraz, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 25 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 18.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-90743/25
ASSUNTO:-CONVÊNIO E CONGÊNERES
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2737/25 - TRIBUNAL PLENO
Convênios e congêneres. Termo de Cooperação Técnica. Cessão do código fonte do sistema Conte para a Ouvidoria – CPO para o TCE/SC. Caráter não oneroso. Pela formalização.
RELATÓRIO
1. Trata-se de Requerimento Externo instaurado a partir de ofício remetido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC (peça 2), solicitando a formalização de Termo de Cooperação Técnica, com vistas à cessão do código fonte para utilização do sistema Conte para a Ouvidoria – CPO.
A Presidência encaminhou os autos à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI para análise de viabilidade (peça 3), que confirmou a possibilidade de cessão do código fonte, com a ressalva de que a implantação e a utilização do CPO demandarão, por parte do TCE-SC, adaptações e/ou novos desenvolvimentos.
A Ouvidoria de Contas (peça 5) também não apontou impedimentos, sem prejuízo das limitações técnicas a serem ajustadas pelo TCE/SC.
Por meio do Despacho nº 962/25-GP (peça 6), foi dada ciência ao TCE/SC acerca da infraestrutura necessária e dos esforços envolvidos na implantação do sistema. A resposta foi apresentada na peça 12, acompanhada de minuta de Acordo de Cooperação Técnica (peça 13).
A Diretoria-Geral autorizou a tramitação do expediente como “Convênio e Congêneres”, segundo o fluxo descrito no Anexo VI da Instrução de Serviço nº 51/2013 (peça 15).
Por meio do Despacho nº 273/25 (peça 15), a Supervisão de Licitações e Contratos – SLC observou que não haverá repasse de recursos financeiros, materiais ou humanos entre os Tribunais. A SLC não identificou impedimentos para a celebração do ajuste, mas ressaltou a necessidade de retificar a minuta para indicar corretamente o nome do atual Presidente da Corte (peça 15).
A Diretoria de Finanças - DF, na Informação n° 542/25 (peça 17), confirmou que não há previsão de transferência de recursos.
Em seguida, a Diretoria Jurídica – DIJUR, no Parecer nº 254/25 (peça 18), manifestou-se pela viabilidade jurídica da celebração do Termo de Cooperação.
A Controladoria Interna – CI, na Informação nº 122/25 (peça 19), e o Ministério Público de Contas – MPC, no Parecer nº 271/25 (peça 20), também não apresentaram objeções à celebração do ajuste, ressalvando apenas a retificação mencionada pela SLC.
É o relatório.
FUNDAMENTAÇÃO
2. Nos termos da minuta, o presente acordo/termo de cooperação técnica é voltado “para a realização de atividades de intercâmbio de tecnologia compreendida pela cessão do código fonte do sistema Conte para Ouvidoria, visando fortalecer as atividades da Ouvidoria do TCE/SC, proporcionando um sistema informatizado eficiente para o gerenciamento das comunicações recebidas, tratamento de dados pessoais e elaboração de relatórios gerenciais” (peça 13)”.
O intercâmbio de tecnologias entre Tribunais de Contas fortalece a atuação institucional. No caso analisado, o compartilhamento do sistema CPO aprimora as ouvidorias, promovendo mais transparência e participação cidadã na gestão pública. Como apontado pela DTI (peça 4), o sistema CPO, desenvolvido pelo TCE/PR, está disponível para uso por qualquer ouvidoria, podendo exigir adaptações técnicas conforme as especificidades dos ambientes tecnológicos de cada órgão.
A minuta do acordo (peça 13), estabelece, na cláusula terceira, as obrigações dos partícipes. Ao TCE/PR cabe a cessão do código-fonte, o fornecimento de suporte técnico inicial para implementação do sistema e o compartilhamento de eventuais melhorias. Já o TCE/SC será responsável por realizar as adaptações necessárias para integrar o sistema ao seu ambiente tecnológico, garantir a infraestrutura adequada, utilizar o sistema conforme as normas de segurança da informação e proteção de dados, e compartilhar eventuais aprimoramentos. A cláusula sexta prevê vigência de 60 meses, prorrogável por termo aditivo. A cláusula sétima trata do sigilo das informações e da observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). A cláusula nona estabelece que não haverá transferência de recursos entre os partícipes. A cláusula décima dispõe que o acordo poderá ser denunciado por escrito, com antecedência mínima de 30 dias.
A DIJUR confirmou que a proposta caracteriza-se como termo de cooperação técnica, nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, por tratar-se de instrumento firmado entre órgãos públicos para a execução de ações de interesse recíproco.
Além disso, verificou-se que o ajuste atende às características obrigatórias previstas no art. 662: consecução de objetivos comuns, por colaboração recíproca, igualdade jurídica entre os partícipes, ausência de finalidade lucrativa, possibilidade de denúncia unilateral, e responsabilidade limitada às obrigações contraídas no ajuste.
Embora não haja plano de trabalho formal, conforme observado pela DIJUR, as cláusulas quarta e quinta da minuta estabelecem metas e cronograma de execução, atendendo de forma suficiente ao disposto no art. 681, §2º, do Decreto nº 10.086/2022.
De todo modo, por se tratar de ajuste não oneroso, é possível dispensar o plano de trabalho previsto no inciso VII do art. 679, conforme §2º do mesmo artigo, na redação dada pelo Decreto nº 10.370/2025[1]. A dispensa de certidões de regularidade fiscal e outras consultas também encontra respaldo nesse dispositivo.
Além disso, aplica-se ao caso o entendimento firmado no Acórdão de Consulta nº 6.113/2015[2] do Tribunal Pleno, que permite a flexibilização das exigências de

apresentação de certidões e outros documentos na formalização de convênios, ajustes ou congêneres entre órgãos administrativos, quando não há transferência de recursos públicos.
Considerando a convergência de objetivos entre os partícipes, a ausência de impedimentos jurídicos ou técnicos, e as manifestações favoráveis das unidades competentes, conclui-se que a celebração do ajuste é juridicamente adequada e atende ao interesse institucional deste Tribunal.
A ressalva apontada pela SLC refere-se apenas à correção da indicação do atual Presidente da Corte, tratando-se de erro material a ser sanado antes da assinatura da avença.
VOTO
3. Diante do exposto, e considerando o art. 16, inciso IX, do Regimento Interno[3], VOTO pela formalização do termo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, destinado à cessão do código fonte do sistema CPO.
4. À Diretoria Administrativa para as providências devidas, inclusive quanto à retificação da minuta (peça 13), no que se refere à correta indicação do atual Presidente do TCE/PR.
5. Cumpridas as formalidades legais, fica autorizado, desde já, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398 § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – APROVAR, considerando o art. 16, inciso IX, do Regimento Interno[4], a formalização do termo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, destinado à cessão do código fonte do sistema CPO;
II – encaminhar à Diretoria Administrativa para as providências devidas, inclusive quanto à retificação da minuta (peça 13), no que se refere à correta indicação do atual Presidente do TCE/PR;
III – autorizar, cumpridas as formalidades legais, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398 § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.
Tribunal Pleno, 1 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 36.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 679. Os processos administrativos destinados à celebração de convênio e termo de cooperação deverão ser instruídos com os seguintes documentos: [...] III - prova de regularidade do convenente para com as Fazendas Públicas, mediante a apresentação dos seguintes documentos: [...];
VII - plano de trabalho detalhado, nos termos do disposto no art. 681 deste Regulamento, e a prévia e expressa aprovação pela autoridade competente; [...]
§ 2º O termo de cooperação poderá prescindir das condições previstas nos incisos III, IV, VII, e VIII deste artigo. (Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 10370 DE 18/06/2025).
__2__. ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:
I – CONHECER da presente Consulta formulada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, responder nos termos apresentados no Parecer n.º 322/15, da Diretoria Jurídica e Parecer n.º 9440/15, do Ministério Público de Contas, pela possibilidade de flexibilização na apresentação das certidões de regularidade fiscal e demais documentos arrolados nos incisos do art. 136, da Lei Estadual n.º 15.608/07 quando da formalização de convênios, ajustes ou congêneres entre órgãos administrativos, em que não haja o trânsito de recursos públicos.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: [...] IX - celebrar convênios e outros instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando intercâmbio de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização e apoio à atividade administrativa, submetendo-os a aprovação do Tribunal Pleno;
__4__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: [...] IX - celebrar convênios e outros instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando intercâmbio de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização e apoio à atividade administrativa, submetendo-os a aprovação do Tribunal Pleno;

PROCESSO Nº:-465473/25
ASSUNTO:-CONVÊNIO E CONGÊNERES
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-SAO PAULO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICIPIO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2738/25 - TRIBUNAL PLENO

Convênios e congêneres. Acordo de Cooperação Técnica. Cessão da licença de uso do Sistema de Fiscalização Integra ao TCM/SP. Caráter não oneroso. Pela formalização.
RELATÓRIO
1. Trata-se de Requerimento Externo, por meio do qual o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM/SP) propõe a celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, visando à cessão do direito/licença de uso do software denominado Sistema de Fiscalização Integra.
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF propôs a assinatura do acordo (peça 5).
Por meio do Despacho nº 3349/25, os autos foram remetidos à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, que, na peça 7, manifestou concordância com a minuta apresentada, salientando que a cessão contará com o apoio da COSIF, especialmente quanto ao compartilhamento de conhecimento e à disponibilização de documentação técnica sobre o sistema.
Em seguida, esta Presidência determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria Administrativa, para prosseguimento da tramitação (peça 9).
A Diretoria-Geral autorizou o trâmite conforme o fluxo descrito no Anexo VI da Instrução de Serviço nº 51/2013.
No Despacho nº 279/25 (peça 9), a Supervisão de Licitações e Contratos – SLC observou que a vigência indeterminada do acordo é compatível com os interesses desta Corte. Sugeriu a inclusão da referência à Lei nº 14.133/2021 no preâmbulo da minuta e considerou dispensável a apresentação de Plano de Trabalho e certidões, dada a ausência de trânsito de recursos públicos.
A Diretoria de Finanças – DF, na Informação nº 542/25 (peça 11), confirmou que não há previsão de transferência de recursos. A Diretoria Jurídica – DIJUR, no Parecer nº 272/25 (peça 12), manifestou-se pela viabilidade jurídica da celebração do termo, recomendando, assim como a SLC, o ajuste da minuta para inclusão expressa da menção à LLCA.
A Controladoria Interna – CI, na Informação nº 129/25 (peça 13), e o Ministério Público de Contas – MPC, no Parecer nº 282/25 (peça 14), também não apresentaram objeções à celebração do ajuste, ressalvando apenas a retificação mencionada pelas demais unidades.
É o relatório.
FUNDAMENTAÇÃO
2. O presente ajuste envolve o intercâmbio de tecnologias entre Tribunais de Contas, contribuindo para o fortalecimento da missão institucional de ambos os partícipes.
Nos termos da cláusula primeira da minuta, o TCE/PR cederá ao TCM/SP o direito de uso do software Sistema de Fiscalização Integra. A cláusula segunda estabelece as obrigações das partes: ao TCE/PR cabe a cessão do sistema e o compartilhamento do conhecimento técnico necessário à sua operacionalização; ao cessionário, TCM/SP, compete instalar o sistema em suas dependências, realizar as adaptações necessárias, compartilhar eventuais aperfeiçoamentos, entre outras providências.
Conforme a cláusula quarta, o direito de propriedade do Integra permanece exclusivamente com o TCE/PR, sendo vedada sua disponibilização a terceiros pelo TCM/SP. A cláusula quinta dispõe que não haverá transferência de recursos entre os partícipes.
A cláusula sétima trata da confidencialidade das informações e da observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). A cláusula nona prevê vigência indeterminada para o acordo, enquanto a cláusula décima estabelece que o ajuste poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem ônus para as partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A DIJUR examinou os requisitos legais aplicáveis aos termos de cooperação no âmbito da Administração Pública Estadual, à luz do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e concluiu pela regularidade jurídica da proposta.
Considerando tratar-se de ajuste não oneroso, a unidade observou que é possível dispensar a formalização de plano de trabalho, conforme previsto no §2º[1] do art. 679 do referido Decreto, com redação dada pelo Decreto nº 10.370/2025. A mesma norma também autoriza a dispensa de certidões de regularidade fiscal e outras exigências documentais.
Além disso, aplica-se ao caso o entendimento firmado no Acórdão de Consulta nº 6.113/2015[2], do Tribunal Pleno, que admite a flexibilização das exigências documentais na formalização de convênios, ajustes ou instrumentos congêneres entre órgãos administrativos, desde que não haja repasse financeiro entre os partícipes.
Por fim, acolhe-se a recomendação da DIJUR e das demais unidades técnicas, para que seja promovida a retificação da minuta, com a inclusão de menção à Lei nº 14.133/2021 em seu preâmbulo. Ainda que a referida norma não trate diretamente de convênios e instrumentos congêneres, por ser o marco legal das contratações públicas, seus princípios e diretrizes podem ser aplicados de forma subsidiária ou complementar, conforme previsto no art. 184[3].
Considerando a convergência de objetivos entre os partícipes, a ausência de impedimentos jurídicos ou técnicos, e as manifestações favoráveis das unidades competentes, conclui-se que a celebração do ajuste atende ao interesse institucional deste Tribunal.
VOTO
3. Diante do exposto, e considerando o art. 16, inciso IX, do Regimento Interno[4], VOTO pela formalização do acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM/SP, destinado à cessão da licença de uso do Sistema de Fiscalização Integra.
4. À Diretoria Administrativa, Supervisão de Licitações e Contratos, para as providências devidas, inclusive quanto à retificação ao preâmbulo da minuta, para incluir a menção à aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021.
5. Cumpridas as formalidades legais, fica autorizado, desde já, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398 § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
II – APROVAR, considerando o art. 16, inciso IX, do Regimento Interno[5], a formalização do acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM/SP, destinado à cessão da licença de uso do Sistema de Fiscalização Integra;
II – encaminhar, à Diretoria Administrativa, Supervisão de Licitações e Contratos, para as providências devidas, inclusive quanto à retificação ao preâmbulo da minuta, para incluir a menção à aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021;
III – autorizar, cumpridas as formalidades legais, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398 § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.
Tribunal Pleno, 1 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 36.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 679. Os processos administrativos destinados à celebração de convênio e termo de cooperação deverão ser instruídos com os seguintes documentos: [...] III - prova de regularidade

do convenente para com as Fazendas Públicas, mediante a apresentação dos seguintes documentos: [...];
VII - plano de trabalho detalhado, nos termos do disposto no art. 681 deste Regulamento, e a prévia e expressa aprovação pela autoridade competente; [...]
§ 2º O termo de cooperação poderá prescindir das condições previstas nos incisos III, IV, VII, e VIII deste artigo. (Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 10370 DE 18/06/2025).
***2**. ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:*
I – CONHECER da presente Consulta formulada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, responder nos termos apresentados no Parecer n.º 322/15, da Diretoria Jurídica e Parecer n.º 9440/15, do Ministério Público de Contas, pela possibilidade de flexibilização na apresentação das certidões de regularidade fiscal e demais documentos arrolados nos incisos do art. 136, da Lei Estadual n.º 15.608/07 quando da formalização de convênios, ajustes ou congêneres entre órgãos administrativos, em que não haja o trânsito de recursos públicos.
***3**. Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.*
***4**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: [...] IX - celebrar convênios e outros instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando intercâmbio de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização e apoio à atividade administrativa, submetendo-os a aprovação do Tribunal Pleno;*
***5**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: [...] IX - celebrar convênios e outros instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando intercâmbio de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização e apoio à atividade administrativa, submetendo-os a aprovação do Tribunal Pleno;*

PROCESSO Nº:-589772/25
ASSUNTO:-PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-MURYEL HEY
ADVOGADO / PROCURADOR-
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 2741/25 - TRIBUNAL PLENO

Requerimento de Membro do Tribunal. Conselheira Substituta. Pagamento indenizatório de férias não usufruídas. Resolução n.º 49/14. Necessidade de serviço caracterizada. Pelo deferimento do pedido.

1. RELATÓRIO

O processo trata de requerimento de membro do Tribunal realizado pela Excelentíssima Conselheira Substituta, MURYEL HEY para indenização de férias não usufruídas referentes aos exercícios de 2024 e 2025.

A Diretoria de Gestão de Pessoas na Informação nº 472/25 (peça 5) informa que a requerente possui saldo de 120 dias de férias não gozadas dos exercícios de 2024 e 2025, bem como quatro abonos.

A Diretoria Jurídica no Parecer n.º 279/25 (peça n.º 7), informou que o requerimento preenche os requisitos da Resolução 49/14 e opinou pelo deferimento do pedido.

O Ministério Público de Contas no Parecer nº 298/25 (peça 8), concorda com o opinativo pelo deferimento do pagamento da indenização.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A informação prestada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (peça n.º 5) apresenta o saldo de férias não gozadas pelo Conselheiro requerente de 149 (cento e quarenta e nove) dias de férias não gozadas referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

A requerente requer a indenização das férias referentes aos exercícios de 2024 e 2025, de modo que parar esses exercícios constam um saldo de 120 (cento e vinte) dias e 4 abonos de férias, nos termos dos cálculos apresentados pela DGP (peça nº 5).

Assim, restam preenchidos os requisitos do art. 1º da Resolução n.º 49/14-TCE-PR, sendo possível a indenização na forma de cálculo apresentada pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

É a fundamentação.

3. VOTO

A partir do exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO do Requerimento da Excelentíssima Conselheira Substituta Muryel Hey para indenização de férias não usufruídas e abonos, nos exercícios de 2024 e 2025.

Encaminhe-se, antes do trânsito em julgado, a Diretoria de Gestão de Pessoas para as devidas anotações e providências.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:

I - DEFERIR o requerimento da Excelentíssima Conselheira Substituta Muryel Hey para indenização de férias não usufruídas e abonos, nos exercícios de 2024 e 2025;

II – encaminhar à Diretoria de Gestão de Pessoas para as devidas anotações e providências.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Tribunal Pleno, 1 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 36.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-598899/25
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TAMARANA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE TAMARANA
ADVOGADO / PROCURADOR-
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 2742/25 - TRIBUNAL PLENO

Pedido de Certidão Liberatória. Município de Tamarana. Manifestação da Coordenadoria de Contas e Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão pela aptidão. Instrução da Coordenadoria de Medidas Executórias pela inaptidão em razão de pendências no cumprimento de decisão. Parecer Ministério Público de Contas pelo indeferimento. Pelo deferimento excepcional da certidão liberatória.

1 - RELATÓRIO

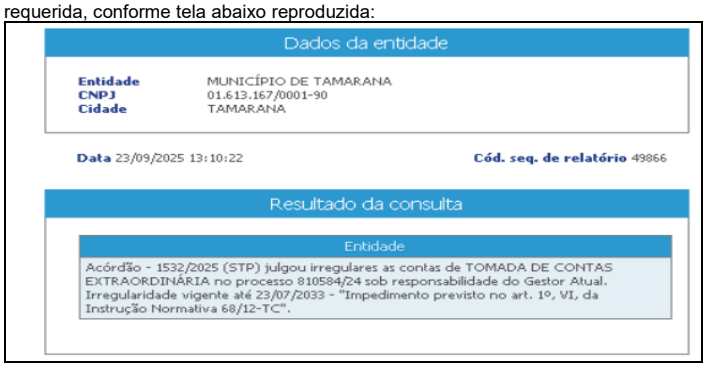
Trata-se de pedido de concessão excepcional de Certidão Liberatória, protocolado pelo MUNICÍPIO DE TAMARANA, em razão da impossibilidade no auferimento automático, via sistema do Tribunal de Contas.

Em apertada síntese, o requerente informa, à peça 03, que existem pendências junto a Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX), as quais, no entanto, estão em fase de cumprimento.

Diante do problema relatado, solicitou a emissão excepcional de Certidão Liberatória, argumentando que a municipalidade possui diversos projetos e programas em andamento nas áreas cruciais da saúde, educação, assistência social e infraestrutura, cuja continuidade e expansão dependem diretamente da capacidade de celebrar novos convênios com os governos Estadual e Federal e de acessar linhas de financiamento.

Os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) (Instrução nº 1464/25 - peça 13), e, após, à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) (Instrução nº 2746/25 - peça 14), tendo ambas opinado pelo deferimento da Certidão Liberatória.

Por intermédio da Informação n° 5365/25 (peça 15), a Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX), manifestou-se pela inaptidão do município em auferir a certidão requerida, conforme tela abaixo reproduzida:



O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer n° 873/25-6PC (peça 16), alinhou-se ao entendimento da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) no sentido do indeferimento da certidão pleiteada.

Em novas manifestações (peças 18 a 25 e peçaS 27 a 28), o Município demonstrou ter adimplido a pendência indicada pela CMEX.

É o relatório.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Após análise do requerimento da parte, entendo que, apesar do apontamento da CMEX, a Certidão Liberatória deve ser emitida de forma excepcional.

Isso porque a entidade demonstrou que adimpliu a mencionada pendência, conforme documentos juntados aos autos.

Ocorre que, apesar dos documentos juntados nestes autos e nos autos originários da sanção (Processo nº 81058-4/24), a baixa da pendência está sob análise do Excelentíssimo Relator daqueles autos.

Diante dos documentos juntados e das justificativas apresentadas pelo requerente, demonstrando que o município não está inerte às decisões deste Tribunal de Contas, o não deferimento do requerimento seria medida desproporcional e gravosa à coletividade daquele município, posto que a não concessão de certidão liberatória impede o recebimento de recursos de convênios celebrados com entidades da administração pública.

Nesse sentido, existem diversas decisões que possibilitaram a emissão excepcional de Certidão Liberatória, mesmo diante da existência de pendências pontuais neste Tribunal de Contas. Como exemplo, cito o Acórdão n°. 1405/24-STP, de lavra do Excelentíssimo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; o Acórdão nº 1410/24-STP, de lavra do Excelentíssimo Conselheiro Fábio de Souza Camargo; e o Acórdão 672/2024-STP, de lavra do Excelentíssimo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares.

Desse modo, considerando o caso concreto, em que o gestor demonstrou estar atuando de forma diligente para suprimento das pendências junto a este Tribunal; considerando os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade; e, considerando decisões proferidas por este Tribunal em casos semelhantes, entendo pela possibilidade excepcional de deferimento do pedido inicial.

3 - VOTO

Pelos fundamentos trazidos, com fulcro nos artigos 297 do Regimento Interno do TCE/PR, VOTO pelo DEFERIMENTO EXCEPCIONAL do pedido de Certidão Liberatória protocolado pelo Município de Tamarana, por prazo de 60 dias, nos termos do Regimento Interno.

Remeta-se os autos para a Diretoria Geral deste Tribunal para que se adotem as medidas necessárias à emissão eletrônica da Certidão Liberatória ora deferida, nos termos do Art. 297, § 5º do Regimento Interno.

Após emitida a certidão, à Secretaria do Tribunal Pleno para controle do prazo de trânsito em julgado. Em seguida, encaminhe-se o feito para a Coordenadoria de Medidas Executórias em atenção ao art. 175-L, IX, do Regimento Interno.

Por final, encerre-se o feito junto a Diretoria de Protocolo, conforme previsão do art. nº 398, §1º, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:

I - DEFERIR EXCEPCIONALMENTE o pedido de Certidão Liberatória protocolado pelo Município de Tamarana, por prazo de 60 dias, nos termos do Regimento Interno;

II – encaminhar os autos para a Diretoria Geral deste Tribunal para que se adotem as medidas necessárias à emissão eletrônica da Certidão Liberatória ora deferida, nos termos do Art. 297, § 5º do Regimento Interno;

III - após emitida a certidão, à Secretaria do Tribunal Pleno para controle do prazo de

trânsito em julgado. Em seguida, encaminhar o feito para a Coordenadoria de Medidas Executórias em atenção ao art. 175-L, IX, do Regimento Interno;
IV - por final, encerrar o feito junto a Diretoria de Protocolo, conforme previsão do art. nº 398, §1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.
Tribunal Pleno, 1 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 36.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

TCEPR
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-111334/04
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ALAERCIO COMARELLA, AMBROSIO JACUBOSKI, ANOROSVAL COLOMBO, CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, ELCIO JAIME DA LUZ, ERADI ANTONIO BUSS DUTRA, JOAO MARIA ZGODA, JOSÉ VALMOR MARTINS, MARCILIO JOSE DA SILVA, MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, NAIR TURETA, NOEMIA DE FATIMA DE LIMA, OSNY SOARES DA SILVA, RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA, RONI CEZAR CHIOCHETTA, SEBASTIAO QUADROS DA SILVA, TADEU PRASNIEVZKI, VALMIR JOSE OSOWSKI
ADVOGADO / PROCURADOR:-ALAERCIO COMARELLA, CRISTINA MATOSO, SILMARA MARTINS
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 2584/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Exercício de 2003. Descumprimento das determinações e recomendações constantes do Acórdão n. 3.929 da Segunda Câmara. Imputação de multa administrativa ao ex-gestor.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, referente ao exercício financeiro de 2003, de responsabilidade de ANOROSVAL COLOMBO, em fase de monitoramento de execução do cumprimento das sanções impostas pelo Acórdão n. 3.929/17 da Segunda Câmara, de relatoria do então Conselheiro Artagão de Mattos Leão, nos seguintes termos:
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:
I. Julgar pela IRREGULARIDADE as contas da CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, exercício de 2003, de responsabilidade do seu Presidente, Sr. Anorosval Colombo, CPF 744.831.969-87, em decorrência do excesso na Remuneração dos Agentes Políticos;
II. Determinar o RESSARCIMENTO dos valores pagos indevidamente, atualizados até o momento do recolhimento aos Cofres Públicos, com responsabilização individualizada para cada Agente político, conforme montante descrito na Instrução 1.447/17, sendo Responsável Solidário o Sr. Anorosval Colombo. Ainda, quanto aos Agentes Políticos já falecidos, Roni Cezar Chiochetta e Noemia de Fátima de Lima, por se tratar de valores pagos indevidamente e que, pela sua natureza, integram o patrimônio individual, a restituição deverá ser suportada pelo Espólio.
III. Cientificar, ainda, e disponibilizar ao Ministério Público Estadual, acesso às peças processuais para conhecimento e adoção das providências que entendam pertinentes.
IV. Encaminhar à Coordenadoria de Execuções, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, para registro de recomendação, determinação legal, ressalva e/ou sanções, tendo em vista o disposto no artigo 28 da Lei Orgânica desta Corte, e no artigo 153, incisos I e IX, combinado com o artigo 248, § 1º, ambos do Regimento Interno.
O Município, em petição, informou a aprovação da Lei Municipal n. 1.444/23, que instituiu o programa de Recuperação Fiscal do Município de Quedas do Iguaçu – REFIS 2023, abrangendo débitos decorrentes da condenação proferida no referido Acórdão.
Destaco que a Lei Municipal n. 1.444/2023 reduziu, sem ter a devida competência, o valor do débito estabelecido pela condenação proferida pelo Tribunal de Contas. Em situação análoga, o Tribunal Pleno, no Acórdão n. 2.265/20, declarou irregular a redução de débitos devidos ao TCE-PR mediante lei municipal.
Diante do ato administrativo irregular, foi determinado, por meio do Despacho n. 1.215/23, que o Município observasse integralmente os apontamentos realizados pela CMEX, conforme Informação n. 1.882/23 (peça 320).
Posteriormente, foram proferidos os Despachos n. 1.982/23 e 830/24 (peças 358 e 415), concedendo prazo para cumprimento das sanções impostas.
O município de Quedas do Iguaçu, por meio das Petições Intermediárias n. 597.660/24 e 620.009/24 (peças 418-422), promoveu a juntada de certidão explicativa dos autos das execuções fiscais ajuizadas por força do referido Acórdão e a certidão de quitação de dívida do devedor Eradi Antonio Buss Dutra, sem, contudo, oferecer qualquer resposta ao que foi determinado na intimação do Despacho n. 830/24 – GCMRMS[1], de 20/05/2024 (peça 415).
A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX), na Informação n. 4.143/24, concluiu que o Município apresentou os documentos intempestivamente e sem cumprimento das determinações contidas na intimação, caracterizando o integral desatendimento e ensejando a aplicação de multa, nos termos do art. 87, I, b, da Lei Complementar Estadual n. 113/2005, ao então prefeito municipal, Élcio Jaime da Luz.
Verificou, ainda, que as certidões das execuções fiscais não incluíam Anorosval Colombo como executado, apesar de sua responsabilidade solidária, apresentavam divergência nos números das certidões de débito, não continham as informações previstas no art. 32 da Resolução n. 70/2019 TCE/PR e, em um caso, revelavam possível duplicidade de execução.
Quanto às Certidões Explicativas dos processos das execuções fiscais, a CMEX entendeu que:
Quanto as certidões das execuções fiscais juntadas à peça 419 constatamos o que segue: 1) Em nenhuma delas consta como executado o Sr. ANOROSVAL COLOMBO, CPF Nº 744.831.969-87, nomeado com devedor solidário nas respectivas Certidões de Débito emitidas por esta Corte de Contas; 2) As indicações dos números das Certidões de Débito constantes nas certidões das execuções judiciais não coincidem com os números das respectivas Certidões de Débito emitidas contra os executados; 3) Nas certidões das execuções não constam informações exigidas no Art. 32 da RESOLUÇÃO Nº 70/2019 -TCE/PR 2 , relativas ao número do Processo do Tribunal de Contas que gerou a Certidão de Débito, número da Certidão de Débito e número da Dívida Ativa municipal. 4) Foi juntada certidão de execução fiscal ajuizada individualmente contra o Sr. ANOROSVAL COLOMBO (peça 419, página 12), constando como valor da causa R$ 131.878,18, correspondente ao valor da soma dos débitos em que figura como devedor solidário, caracterizando execução em duplicidade. Ressaltamos que esta questão da duplicidade de cobrança já foi tratada na Informação nº 5066/23 – CMEX (peça 355).
Com relação à certidão de quitação da dívida de Eradi Antonio Buss Dutra (peça 422), a CMEX esclarece que ela não é suficiente para o registro e baixa, sendo necessária a apresentação da Guia de Arrecadação Municipal, acompanhada da respectiva comprovação de pagamento, ou documento equivalente.
Diante das irregularidades não sanadas, a unidade técnica encaminhou os autos para deliberação deste Relator, sugerindo a adoção de providências para garantir o cumprimento das determinações vencidas desde 02/04/2024.
Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas, no Parecer n. 946/24, opinou pela aplicação das multas previstas no art. 87, III, f, e IV, h, da LCE n. 113/2005 ao ex-prefeito Élcio Jaime da Luz, além da imediata comunicação ao Ministério Público Estadual.
Em seguida, por meio da Petição Intermediária n. 121.367/25 (peças 431- 458), a atual gestão municipal, representada pelo prefeito Rafael Cirullo Chiapetti Alves de Moura, solicita o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o cumprimento das determinações e a correção das pendências herdadas da gestão anterior.
A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, na Informação n. 1.427/25, analisando detidamente as respostas prestadas no Ofício n. 172/2025 do Município, opinou favoravelmente à concessão do prazo solicitado.
O Ministério Público de Contas, no Parecer n. 252/25, reiterou a necessidade de aplicação das multas ao ex-prefeito, da comunicação ao Ministério Público Estadual e foi favorável ao pedido de concessão do prazo requerido pela atual gestão, nos seguintes termos:
(1) a aplicação das multas extensamente propugnadas nos Pareceres n. 979/23 - 7PC e 946/24 - 7PC1 , ao Sr. Élcio Jaime da Luz, então Prefeito Municipal, que SISTEMATICAMENTE buscou frustrar "(...) a atividade de controle externo desta Corte de Contas, na medida em que (...)[vinha] injustificadamente desconsiderando

as determinações advindas do eminente Relator e dirigente do processo, deixando de dar cumprimento às medidas enumeradas pelo segmento técnico e por este Parquet, voltadas a assegurar a fiel observância das decisões adotadas no caso concreto";
(2) a imediata comunicação ao Ministério Público Estadual "(...) quanto à conduta de conceder 'benefícios administrativos ou fiscais sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie', relatada neste expediente nos Pareceres n.os 463/23 e 979/23 - 7PC" e repetida nos Pareceres n.os 166/24 - 7PC e 946/24 - 7PC, ante o cometimento, em tese, de ato de improbidade administrativa, providência esta que ainda não foi objeto de apreciação pelo Exmo. Relator; e
(3) a concessão de novo prazo à Municipalidade, alertando se o Gestor de que, no interregno a ser concedido, deverá ser devidamente comprovada a regularização das pendências ora existentes e que foram certificadas pela d. CMEX em sua derradeira Informação n. 1427/25, sob pena de aplicação de multa por descumprimento.
Em ato contínuo, por meio do Despacho n. 743/25 (peça 465), adotei o entendimento do Ministério Público de Contas e, considerando o interesse e a boa-fé da nova gestão municipal em cumprir as sanções impostas no referido Acórdão, determinei a concessão do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o saneamento das irregularidades, bem como a comunicação ao Ministério Público Estadual para ciência do ato administrativo do ex-gestor que concedeu desconto de caráter irregular a títulos emitidos por esta Corte.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Compulsando os autos, observo que o Município, sob gestão de Élcio Jaime da Luz, reiteradamente descumpriu as determinações exaradas nos Despachos n. 1.982/23, 830/24, 2.086/24 e 830/24, todos vinculados à execução do Acórdão n. 3.929/17 da Segunda Câmara para assegurar a sua efetividade.
O persistente descumprimento das decisões deste Tribunal configura infração sujeita a sanção, conforme estabelecido na Lei Complementar Estadual n. 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).
Ressalta-se a gravidade da conduta do ex-gestor, que não apenas deixou de observar as orientações e determinações desta Corte, mas persistiu em práticas contrárias à legislação, circunstância que justifica a adoção de penalidades mais severas.
Sobre esse assunto, é o entendimento do Ministério Público de Contas (Parecer n. 946/24 - 7PC):
O que se depreende do cenário descortinado nos presentes autos é que a Municipalidade, na pessoa de seu Alcaide, tem sistematicamente frustrado a atividade de controle externo desta Corte de Contas, na medida em que vem injustificadamente desconsiderando as determinações advindas do eminente Relator e dirigente do processo, deixando de dar cumprimento às medidas enumeradas pelo segmento técnico e por este Parquet, voltadas a assegurar a fiel observância das decisões adotadas no caso concreto.
Nessa senda, infere-se que tal insubordinação teve origem em 09/05/2023, quando houve a tentativa, perante esta C. Corte, de induzi-la a aceitar, com fito a alcançar a baixa de responsabilidade, os pagamentos a menor efetuados pelos interessados com fulcro no programa de recuperação fiscal aprovado pela Lei Municipal n.º 1.444/2023, o que foi refutado pela Instrução n.º 1882/23 - CMEX, pelo Parecer n.º 463/23 - 7PC, pelo Despacho n.º 1215/23 - GCMRMS e pela Informação n.º 414/23 - DIJUR.
Desde então, a CMEX e este MPC têm frequentemente anotado a desídia do Gestor relativamente às suas obrigações perante esta C. Corte, as quais foram, em determinado momento, excepcionalmente relevadas mediante a baixa provisória para fins de recebimento de certidão liberatória, na evidente esperança de que, no prazo correspondente, fossem cumpridas as pendências havidas nestes autos – o que não ocorreu.
Esse descaso, com efeito, não pode mais ser tolerado, sendo certo que o Gestor tem se utilizado do excesso de razoabilidade deste E. Tribunal para continuar a desrespeitá-lo, deixando de prestar os necessários esclarecimentos e de, efetivamente, atender às considerações da CMEX e deste MPC, às quais, diga-se, ele está obrigado por ordem do Exmo. Relator.
Portanto, a postura adotada não configura mero atraso ou equívoco pontual, mas demonstra resistência injustificada e descomprometimento com a recomposição do dano ao erário, agravada pelo fato do ex-prefeito ter recebido, em mais de três oportunidades, intimações para que cumprisse as determinações impostas no Acórdão n. 3.929/17 da Segunda Câmara.
Diante disso, considerando o insistente descumprimento das determinações expedidas por esta corte, entendo pela necessidade de aplicação da multa prevista no art. 87, III, f, da Lei Orgânica, conforme sugerido pelo Ministério Público de Contas.
Ademais, constato que o ex-prefeito não apenas deixou, reiteradamente, de cumprir as determinações exaradas por esta Corte, o que, por si só, ensejaria a aplicação de sanção, mas também buscou induzir este Tribunal em erro ao pleitear o reconhecimento de quitação de valores pagos a menor no âmbito do programa municipal de recuperação fiscal (Lei n. 1.444/2023), tentativa devidamente rechaçada pela DIJUR e pelo Ministério Público de Contas.
Tal conduta, longe de se caracterizar como simples atraso ou falha pontual, configura hipótese típica de litigância de má-fé, nos termos do art. 80 do CPC[2], que assim qualifica, entre outras condutas, a resistência injustificada ao andamento processual e o proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo, como ocorreu no presente caso.
Nesse contexto, impõe-se a aplicação da multa administrativa por litigância de má-fé, nos termos do art. 87, IV, h, da Lei Orgânica, medida esta adequada para reprimir a conduta atentatória ao dever de lealdade processual e resguardar a autoridade e efetividade das decisões deste Tribunal.
Ante todo o exposto, voto pela aplicação das multas previstas no art. 87, III, f, e IV, h, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas ao ex-prefeito Élcio Jaime da Luz em razão do reiterado descumprimento das determinações e da litigância de má-fé.
3 VOTO
Ante todo o exposto, VOTO pela aplicação das multas previstas no art. 87, III, f, e IV, h, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas ao ex-prefeito Élcio Jaime da Luz.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
Aplicar as multas previstas no art. 87, III, f, e IV, h, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas ao ex-prefeito Élcio Jaime da Luz.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.
Plenário Virtual, 18 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 16.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. II. Considerando as informações apresentadas pela CMEX, de que não há prova nos autos do cumprimento das sanções impostas na presente ação, intime-se o MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, na pessoa do seu representante legal, para ciência em relação às informações apresentadas pela CMEX na Informação n. 1928/2024 (peça 412), bem como para que, no prazo de 15 (quinze) dias: a) comprove o cumprimento das obrigações pendentes nos presentes autos, consoante o consignado na Informação n. 1928/2024 da CMEX; b) nos termos do Parecer n. 166/24 do Ministério Público de Contas: i) anule a Certidão de Dívida Ativa n.º 04/23 (peça n.º 367); ii) informe os resultados obtidos com as notificações extrajudiciais documentadas nas peças n. 365, 371, 374, 377, 380, 383, 386, 389, 392, 395 e 398, devendo indicar b.1) quais dessas cobranças extrajudiciais foram exitosas, ocasião em que deverá apresentar os competentes comprovantes de pagamento, bem assim, b.2) quais deles foram infrutíferas, oportunidade em que deverá relacionar as medidas judiciais adotadas para a recomposição do erário.
1. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:
I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
II - alterar a verdade dos fatos;
III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
VI - provocar incidente manifestamente infundado;
VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

PROCESSO Nº:-729860/22
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO REGIONAL DA BACIA DO PARANAPANEMA
INTERESSADO:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO REGIONAL DA BACIA DO PARANAPANEMA, EDUI GONCALVES, HIROSHI KUBO, JOÃO CARLOS BONATO, JOSÉ DA SILVA COELHO NETO, MARCELO JOSE BERNARDELI PALHARES, MARCELO LEITE, MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, MUNICIPIO DE GUAPIRAMA, MUNICÍPIO DE JACAREZINHO, MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA, MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA, REGINALDO VILELA, SERGIO EDUARDO EMYGDIO DE FARIA
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 2585/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Tomada de Contas Ordinária. Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema. Exercício financeiro de 2021. Ausência de encaminhamento da prestação de contas dentro do prazo legal. Ausência de atualização completa do cadastro do Consórcio no Sistema de Cadastro de Pessoas (SICAD) do TCE-PR. Pela irregularidade das contas. Aplicação de multa administrativa.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Tomada de Contas Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO REGIONAL DA BACIA DO PARANAPANEMA – CIG5, relativa ao exercício financeiro de 2021, instaurada em decorrência da ausência de encaminhamento da prestação de contas no prazo previsto pelo art. 25 da Lei Orgânica do TCE-PR.
A Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), por meio do Ofício n. 24/22-CGM (peça 2 e 3), informou o fato à Presidência deste Tribunal, submetendo-lhe a deliberação sobre a instauração de Tomada de Contas Ordinária.
O Gabinete da Presidência, através do Despacho n. 3.723/22-GP (peça 4), autorizou a autuação do feito como tal.
Por meio do Despacho n. 139/22-GCMRMS (peça 7), determinei a inclusão nos autos dos seguintes interessados: Hiroshi Kubo, prefeito de Carlópolis no período de 1º/01/2021 a 31/12/2024; Eduí Gonçalves, prefeito de Guapirama, de 1º/01/2021 a 31/12/2024; Marcelo Jose Bernardeli Palhares, prefeito de Jacarezinho, de 1º/01/2021 a 31/12/2024; Reginaldo Vilela, prefeito de Joaquim Távora, de 1º/01/2021 a 31/12/2024; e João Carlos Bonato, prefeito de Ribeirão Claro, de 1º/01/2021 a 31/12/2024. Determinei também que eles fossem citados para que apresentassem suas manifestações no prazo de 15 (quinze) dias.
O Município de Guapirama apresentou contraditório à peça 19, no qual requer sua exclusão do polo passivo da demanda, uma vez que não fazia mais parte do consórcio à época dos fatos.
Na peça 26, o Município de Ribeirão Claro, através de seu prefeito João Carlos Bonato, requer a dilação de prazo para regularizar a situação do consórcio. O mesmo pleito é feito pelo Município de Jacarezinho à peça 31.
Por meio do Despacho n. 287/23-GCMRMS (peça 32), autorizei a prorrogação do prazo por 15 (quinze) dias.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n. 1.705/23-CGM (peça 36), em um primeiro exame, opina pela irregularidade do feito em razão da ausência de elementos essenciais ao exame da Tomada de Contas do exercício de 2021 e, através do Despacho n. 261/23-CGM (peça 37), encaminha os autos à Diretoria de Protocolo para que intime João Carlos Bonato, Edui Goncalves, Consorcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Territorio Regional da Bacia do Paranapanema, Hiroshi Kubo e Marcelo Jose Bernardeli Palhares para apresentarem contraditório no prazo de 15 (quinze) dias.
Na peça 42, Marcelo José Bernardeli Palhares, então prefeito de Jacarezinho, apresentou contraditório, informando que, em 14/06/2023, foi realizada uma reunião entre os prefeitos dos municípios consorciados para a retomada das atividades do consórcio, o qual estava abandonado e paralisado desde 2018. Foram deliberados o rateio dos valores do contrato do exercício de 2023, a contratação de advogado e contador para regularizar a situação do ente, com a apuração e pagamento de eventuais dívidas em aberto, bem como a obtenção de documentos necessários para a prestação de contas perante esta Corte. Afirmou que é inviável sua responsabilização pelo consórcio, pois assumiu o cargo de prefeito em 2021.

Na peça 53, o município de Guapirama informa que deixou de fazer parte do consórcio no ano de 2014 e que o último repasse da municipalidade ao consócio ocorreu no mês de setembro daquele ano.
Na peça 58, Hiroshi Kubo requereu a dilação de prazo.
O município de Guapirama requer a juntada da Lei Municipal n. 896/2023, que ratificou o desligamento municipal do consórcio (peça 60).
Por meio do Despacho n. 1.448/23-GCMRMS (peça 63), deferi a dilação de prazo pleiteada na peça 58 por 15 (quinze) dias.
À peça 66, João Carlos Bonato requer a dilação de prazo, o que deferi através do Despacho n. 1.520/23-GCMRMS (peça 69).
A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n. 5211/23-CGM (peça 71), opina pela irregularidade das contas.
O Ministério Público de Contas, no Parecer n. 1.054/23-4PC (peça 72), opina pela inclusão nos autos do prefeito de Santo Antônio da Platina como interessado e para que seja realizada a derradeira intimação do então presidente do consórcio para manifestação.
Por meio do Despacho n. 1.910/23-CGMRMS (peça 73), determinei a inclusão de José da Silva Coelho Neto, prefeito de Santo Antônio da Platina na gestão de 2017 a 2024, nos autos como interessado, bem como a intimação do presidente do consórcio João Carlos Bonato para providências.
Na peça 79, José da Silva Coelho Neto apresenta contraditório, contendo as seguintes alegações: (i) o processo tramita desde 2022, mas somente foi intimado em dezembro de 2023, o que prejudicou o pleno contraditório; (ii) não tem a responsabilidade de prestar contas do consórcio, uma vez que ela cabe ao gestor do ente à época dos fatos; (iii) os consorciados somente tiveram conhecimento da ausência de prestação de contas relativas ao ano de 2021 nas últimas reuniões realizadas, nas quais iniciaram as tratativas para a regularização das pendências e para o encerramento do consórcio; (iv) os presidentes que passaram pela gestão do consórcio entabularam diversas tratativas com este Tribunal "para correção das prestações de contas do Consórcio, além de se manifestarem no sentido de realizar um Termo de Ajuste de Gestão".
A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n. 4.036/24-CGM (peça 85), sugere a intimação dos interessados elencados para a defesa com relação ao não cumprimento dos prazos limites para o envio dos documentos que compõem o processo de tomada de contas ao Sistema de Informações Municipais (SIM-AM), bem como os demais documentos solicitados e a atualização no Sistema de Cadastro de Entidades (SICAD).
Por meio do Despacho n. 1.514/24-GCMRMS (peça 86), determinei a intimação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema e dos municípios de Ribeirão Claro, Jacarezinho, Carlópolis, Santo Antônio da Platina, Guapirama e Joaquim Távora, na pessoa dos seus representantes legais, bem como de João Carlos Bonato, Marcelo José Bernardeli Palhares, Hiroshi Kubo, José da Silva Coelho Neto, Eduí Gonçalves e Reginaldo Vilela, para que, em 15 (quinze) dias, apresentassem defesa quanto ao cumprimento dos prazos limites para o envio ao SIM-AM dos documentos que compõem o processo de tomada de contas, bem como para que juntassem os seguintes documentos: (i) Prestação de Contas Anual 2021, nos moldes estabelecidos pela Instrução Normativa n. 169/21; (ii) atualização completa do cadastro do Consórcio Intermunicipal no Sistema de Cadastro de Pessoas (SICAD) do TCE-PR, nos termos da Instrução Normativa n. 86/12; (iii) cópia da Ata da Assembleia Geral de Prefeitos em que deliberam sobre o interesse em continuar ou não com as atividades do CIG5 e sobre eventual encerramento definitivo da entidade; (iv) caso aprovada a extinção, que listem, de forma detalhada, as medidas que estão tomando ou irão tomar, com apresentação de documentação comprobatória, para dar atendimento ao que prevê a Instrução Normativa n. 161/2021 do TCE-PR, que trata da Prestação de Contas de Extinção; e (v) cópia da Ata da Assembleia Geral de Prefeitos, realizada de forma pretérita à publicação da Lei Municipal n. 1.535/20 de Joaquim Távora e da Lei Municipal n. 896/23 de Guapirama, na qual se deliberou sobre as suas respectivas retiradas do Consórcio e sobre suas responsabilidades remanescentes.
Na peça 90, o município de Guapirama, por meio de seu então prefeito, Edui Gonçalves, reitera o conteúdo das suas petições anteriores, afirmando que a municipalidade esteve integrada ao consórcio até o ano de 2014, que o último repasse ocorreu em setembro de 2014 e que há declaração do diretor-executivo do Consórcio assegurando que a municipalidade se desligou em 2014.
Junta os seguintes documentos: Lei n. 896/2023; relatório contábil referente a despesas de 2014; declaração de desligamento do Município; Contrato de Rateio n. 01/2014; e ata da reunião do Conselho realizada em 08/12/2014.
Na peça 104, o município de Joaquim Távora requer a prorrogação de prazo.
O município de Jacarezinho, por meio de seu prefeito Marcelo José Bernardeli Palhares, apresenta os seguintes argumentos à peça 106: (i) o consórcio teve contra si instauradas diversas Tomadas de Contas Ordinárias desde o exercício de 2017 (último que teve informações enviadas pelo SIM-AM); (ii) o consórcio estava em estado de abandono desde 2018 e seu então presidente Sérgio Eduardo Emygdio de Faria deixou de enviar informações e prestar contas desde 2018, o que ensejou as inúmeras Tomadas de Contas Ordinárias (Autos n. 856482/19, referentes ao exercício de 2017; Autos n. 38242/20, referentes ao exercício de 2018; Autos n. 740603/20, referentes ao exercício de 2019; Autos n. 28068/22, referentes ao exercício de 2020; Autos n. 729860/22, referentes ao exercício de 2021; e Autos n. 469196/23, referentes ao exercício de 2022); (iii) a Instrução n. 4.036/24-CGM (peça 85) reconhece que o presidente do consórcio é João Carlos Bonato, prefeito de Ribeirão Claro, conforme "Ata de Reunião Extraordinária para a Condução da Presidência Interina do Consórcio Intermunicipal – G5" realizada no dia 25/08/2021, de modo que ele passou a ser tanto o gestor das contas como o gestor atual da entidade, conforme art. 9º da Instrução Normativa n. 169/2021, que regulamentou a Prestação de Contas do exercício financeiro de 2021; (iv) a responsabilidade pela ausência de prestação de contas deve recair exclusivamente sobre João Carlos Bonato, inclusive no que toca à regularização das contas referentes ao período entre 1º/01/2021 a 24/08/2021, em que o consórcio esteve sem presidente; (v) conforme o entendimento exarado pela CGM no bojo da Tomada de Contas Ordinária do Consórcio referente ao exercício de 2020 (Autos n. 28068/22, peça 83), é impossível responsabilizar os prefeitos dos municípios consorciados pelas contas, uma vez que estas dependeriam da regularização do envio ao SIM-AM dos exercícios anteriores – esse mesmo entendimento deve ser aplicado no caso das Contas de 2021; (vi) naqueles autos, a CGM condicionou a responsabilização subsidiária dos prefeitos dos municípios consorciados a partir de 2021 à hipótese de que "não haja a formalização de um responsável legal pelo Consórcio", todavia, já ocorreu formalização de um responsável legal pelo Consócio através da eleição do presidente João Carlos Bonato, de modo a afastar a responsabilização subsidiária dos demais prefeitos consorciados; (vii) a CGM entendeu que o item "Ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno" está abrangido pelo item "TCO – Deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei", que, por sua vez, já foi imputado ao atual presidente do Consórcio na Instrução n. 4.036/2024 (peça 85) e, por estar abrangida por tipificação imputada à terceiro, não pode também recair sobre o prefeito de Jacarezinho; (viii) o prefeito nunca agiu como ordenador de despesas ou praticou qualquer ato de gestão do consórcio, de modo que não pode ser responsabilizado pela ausência de prestação de contas.
Na peça 106, o município de Santo Antônio da Platina, por meio de seu prefeito José da Silva Coelho Neto (gestão de 1º/01/2017 a 31/12/2024), apresenta petição contendo os seguintes argumentos: (i) é consorciado desde 2017 e sempre nutriu a expectativa de que o consórcio regularizasse a situação e pudesse retomar as suas atividades ou então encerrá-las com todas as contas regularizadas; (ii) muitas reuniões foram feitas com esse intuito, tal qual a realizada em 2023, em que consta a manifestação dos participantes no sentido de regularizar a situação do consórcio para na sequência extingui-lo; (iii) vem sendo empenhado esforço do atual presidente do consórcio e dos municípios consorciados para viabilizar a sua extinção; (iv) os presidentes que passaram pela gestão do consórcio fizeram várias tratativas com o TCE-PR para viabilizar a correção das prestações de contas do consórcio, além de se manifestarem no sentido de realizar um Termo de Ajuste de Gestão; (v) fica evidenciada a vontade dos municípios consorciados de regularizarem as contas do consórcio para sua posterior extinção, corrigindo equívocos, visando a uma administração transparente e eficiente.
Por meio do Despacho n. 1.913/24-GCMRMS (peça 112), autorizei a dilação de prazo pleiteada na peça 104.
Na peça 114, o município de Joaquim Távora, por meio de seu então prefeito Reginaldo Vilela (gestão de 1º/01/2021 a 31/12/2024), apresenta manifestação, contendo as seguintes alegações: (i) em 06/06/2018, o Município formalizou o pedido de desligamento do consórcio através de ofício enviado por e-mail e devidamente recebido por Renê Fernando Choppa Sobrinho; (ii) em 14/04/2020, foi promulgada a Lei Municipal n. 1.535, que ratificou a decisão de retirada definitiva do Município do consórcio e, em 20/04/2022, o diretor-executivo do consórcio emitiu declaração, assegurando que a municipalidade se encontrava oficialmente desligada do consórcio desde o final do ano de 2019; (iii) a ata da Assembleia Geral dos Prefeitos, pretérita à ratificação por Lei, encontra-se sob a guarda do consórcio, pois, após a retirada do Município, este não participou de qualquer atividade ou deliberação subsequente relativa ao consórcio; (iv) o atual gestor assumiu a Prefeitura em 1º/01/2021, quando o Município não mais integrava o consórcio; (v) os relatórios contábeis revelam que não há registros de empenhos ou pagamentos realizados pelo Município no exercício de 2021, o que comprova a desfiliação e a ausência de responsabilidade financeira ou administrativa relativa ao consórcio nesse período. Assim, requereu a exclusão da municipalidade do presente feito.
Na peça 129, João Carlos Bonato, então prefeito do município de Ribeirão Claro (gestão de 1º/01/2021 a 31/12/2024) e presidente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema – G5, manifesta-se, alegando que: (i) apesar da previsão estatutária (art. 8º, § 1º, do Estatuto do Consórcio) de que haverá eleição para presidente do consórcio a cada dois anos, não houve eleição, bem como não ocorreu a apreciação das contas; (ii) todos os prefeitos e os municípios consorciados são responsáveis pelos atos e pelas omissões do referido consórcio de forma solidária, em respeito ao art. 12 da Lei Orgânica deste TCE-PR e ao art. 36 do Estatuto do Consócio "G5"; (iii) o consórcio em tela não está em atividade há anos e muitos são os desafios enfrentados para sua extinção; (iv) não há falar em uso indevido do dinheiro público ou dano ao erário, pois inexistem valores repassados e/ou serviços prestados pelo consórcio; (v) inexiste interesse dos municípios integrantes em permanecer consorciados e em manter o consórcio ativo, razão pela qual foram realizadas reuniões visando à sua extinção; (vi) a atualização do SICAD no que toca aos demais responsáveis (tais como contador, tesoureiro, controlador interno e presidente da comissão de licitação) não é viável, pois, diante das inúmeras pendências do consórcio, ele não consegue fazer as contratações necessárias para solucioná-las; (vii) as escriturações contábeis deixadas pelos antigos gestores não condizem com os demais documentos existentes; (viii) não há falar em omissão, infração, desfalque, desvio ou dano ao erário, mas, sim, em atraso na prestação das contas por motivos de força maior, considerando as inconsistências entre a escrituração contábil e os extratos bancários anteriores, o que dificulta prosseguir com os processos de prestação de contas dos anos 2021, 2022, 2023 e 2024, de modo que não se pode atribuir qualquer responsabilidade pessoal ao atual presidente, devendo todos os prefeitos dos municípios consorciados integrar o presente feito.
Na peça 141, o município de Ribeirão Claro, por meio de seu atual prefeito, Lisandro José Néia Baggio (gestão de 1º/01/2025 a 31/12/2028), apresenta manifestação, contendo os seguintes argumentos: (i) assumiu interinamente a Presidência do Consórcio até ser realizada nova eleição, razão pela qual não tem conhecimento sobre as deliberações ocorridas ao longo dos anos pelas diversas administrações do CIG5 e que, por esse motivo, as últimas decisões tomadas em reunião extraordinária ocorrida em 21/11/2024 serão providenciadas conforme deliberado, com o intuito de buscar a extinção da associação da forma mais rápida possível; (ii) é sua intenção convocar reunião extraordinária do consórcio para decidir os parâmetros da contratação, via certame licitatório, de advogado, contador e empresa fornecedora de serviços de software responsável pelo lançamento das prestações de contas junto ao TCE-PR; (iii) não é possível responsabilizar o atual prefeito, pois ele não participou de qualquer ação relativa ao consórcio; (iv) todas as providências necessárias para a solução do caso serão tomadas com o intuito de extinguir o Consórcio Intermunicipal G5, principalmente com respeito à solicitação de documentos junto à Direção-Executiva; (v) a atual gestão municipal não teve qualquer relação com o consórcio; (vi) a extinção do consórcio é necessária, tendo em vista que ele se encontra inativo desde 2018; (vii) as prestações de contas do ano de 2021 e seguintes foram prejudicadas em decorrência de inconsistências de informações contábeis provenientes da gestão antecedente (da Presidência de Sergio Eduardo Emygdio de Faria no período de 31/12/2017 a 31/12/2020); (viii) a opção pela extinção do Consórcio Intermunicipal G5 é unânime entre os membros; (ix) não lhe deve ser atribuída a imposição de sanções, uma vez que não há prejuízo de ordem financeira ao erário ou aos consorciados, assim como inexistente a prática de ato

doloso com o intuito de fraudar, desfalcar ou desviar a finalidade do ente; (x) a nova gestão desconhece os motivos que originaram a falta de informações para a realização da prestação de contas.
A Coordenadoria de Contas, na Instrução n. 272/25-CCONTAS (peça 148), opina pela irregularidade das contas, com aplicação de multa administrativa, pois:
[...] embora tenha sido apresentada (sic) diversas justificativas, em especial a dificuldade de pessoal para dar sequência nas ações para a regularização do Consórcio perante o Tribunal, [...] não foram enviados documentos que comprovassem a sua regularização.
Em que pese tenha sido reiterada a dificuldade de atualização dos dados cadastrais junto ao Tribunal, as justificativas não afastam o apontamento.
O Ministério Público de Contas, no Parecer n. 475/25-2PC (peça 149), da lavra da Procuradora Katia Regina Puchaski, opina pela irregularidade das contas, sem prejuízo das multas sugeridas pela Coordenadoria de Contas.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Corroboro parcialmente o entendimento da unidade técnica e do Ministério Público de Contas.
Sobre a Ausência de Prestação de Contas, que motivou a determinação para que os interessados juntassem a "Prestação de Contas Anual de 2021, nos moldes estabelecidos pela Instrução Normativa nº 169/21", em que pese todos tenham trazido inúmeras justificativas, sobretudo relacionadas à dificuldade de pessoal para viabilizar as ações tendentes a regularizar o Consórcio perante este Tribunal, fato é que nenhum dos interessados enviou a prestação de contas anual, tampouco a prestação de contas de extinção.
Entre 1º/01/21 e 24/08/21 a Presidência do CIG5 ficou vacante, sendo os municípios consorciados à época: Ribeirão Claro, Jacarezinho, Carlópolis e Santo Antônio da Platina.
A partir de 25/08/2021, João Carlos Bonato é eleito presidente do CIG5, portanto, responsável legal e, a partir desse momento, gestor das contas e gestor na data da Prestação de Contas.
É importante ressaltar que nenhum documento ou informação referente à Prestação de Contas Anual de 2021 foi enviado a este Tribunal, mas já se passaram mais de três anos do prazo limite para a entrega.
O art. 25 da Lei Orgânica estipula que gestores de entes como os consórcios devem entregar as prestações de contas, anualmente, até o dia 30 de abril:
Art. 25. Os demais gestores e responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, na esfera estadual e municipal, prestarão contas, anualmente, até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao das referidas contas, como previsto nesta lei e no Regimento Interno, além de Resoluções específicas do Tribunal de Contas.
Da mesma forma segue o disposto no art. 225, parágrafo único:
Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.
Parágrafo único. Para as sociedades de economia mista, empresas públicas, consórcios intermunicipais e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, o prazo final será 30 de abril, relativo ao exercício financeiro anterior.
Claramente, os referidos dispositivos legais foram desrespeitados, uma vez que o gestor do consórcio deixou de prestar contas dentro do prazo, pois até a presente data não há registros de que as contas tenham sido prestadas.
Na mesma linha, as remessas de informação ao SIM/AM não são encaminhadas a esta Corte de Contas desde 2017.
Igualmente, a Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n. 4.036/24-CGM (peça 85), entende pela responsabilização de todos os prefeitos dos municípios consorciados no período em que a presidência do consórcio esteve vaga, e pela responsabilização do seu presidente no período após sua eleição, nos seguintes termos:
Neste cenário, considerando que no período que o cargo de Presidente esteve vacante (entre 01/01/21 e 24/08/21) as remessas do SIM/AM não foram enviadas, que no SICAD não constava um responsável pela Contabilidade no período e tampouco que havia a preocupação, demonstrada, dos entes consorciados em nomear um responsável pelo Controle Interno, evidencia à Coordenadoria a falta de medidas que poderiam ter sido tomadas por todos os Prefeitos dos Municípios integrantes para que tais questões fossem corrigidas, o que leva ao entendimento de que as multas administrativas listadas acima, no que se refere à "Irregularidade das Contas" e "Ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno" devem ser aplicadas a todos eles (com exceção de Joaquim Távora, caso regularmente comprovada sua retirada antes de 2021). Já em relação às multas prevista para o achado "TCO – Deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei", entende a equipe técnica que podem ser aplicadas apenas ao Presidente do Consórcio, Sr. João Carlos Bonato, pois era ele o responsável por enviar a PCA 2021 até o prazo limite de 30/04/22, o que não aconteceu.
Todavia, apesar de haver flagrante ilegalidade em deixar de cumprir com a Agenda de Obrigações do Tribunal – a exemplo do não encaminhamento de remessas ao SIM/AM desde 2017 e da ausência de prestação de contas no prazo regulamentar há vários anos –, para a aplicação de sanções, o art. 22 da LINDB deve ser considerado. De acordo com esse artigo, na interpretação de normas relativas à gestão pública, é preciso levar em conta os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, bem como as exigências das políticas públicas sob sua responsabilidade.
No presente caso, a dificuldade de prestar contas por parte dos prefeitos dos municípios consorciados (no período em que a presidência do CIG5 esteve vacante) e pelo então presidente eleito foi imensa, tendo em vista que a gestão anterior do consórcio deixou de prestar contas e de alimentar o sistema do Tribunal com informações durante muitos anos.
O cenário encontrado pelos gestores dos municípios partícipes e pelo novo presidente do CIG5 foi caótico, pois viram-se mergulhados em um problema criado pela gestão anterior do consórcio, a de Sergio Eduardo Emygdio de Faria (presidente do CIG5 de 24/7/2015 a 31/12/2020).
O processo de Tomada de Contas Ordinária n. 856.482/19, de relatoria do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares da Fonseca, refere-se à ausência de prestação de contas do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema no exercício de 2017.
Já nos autos supramencionados, a unidade técnica apontou (peça 147 dos Autos n. 856482/19) o fato de que todos os exercícios de responsabilidade de Sergio Eduardo Emygdio de Faria foram objeto de tomadas de contas ordinárias perante este Tribunal de Contas, tendo sido as mesmas irregularidades ora discutidas recorrentes durante toda a administração. A unidade chegou, inclusive, a listar, naquela oportunidade, as Tomadas de Contas Ordinárias referentes aos exercícios de 2015 a 2020, conforme se extrai:

TCO	Estágio Atual do Processo	Trânsito em Julgado?
2015 (autos 750640/16)	Foi publicado o Acórdão nº 190/19 – S2C, o qual julgou as Contas Irregulares, tendo como responsável o Sr. Sergio Eduardo Emygdio de Faria, por ausência de encaminhamento do Balanço Patrimonial emitido pela Contabilidade e/ou da respectiva publicação; emitiu Ressalva quanto à entrega com atraso dos dados do SIM/AM, bem como dos documentos que compuseram a prestação de contas; e aplicou 2 (duas) multas administrativas ao Gestor das Contas (em função de atraso na entrega de remessas do SIM/AM e devido a entrega dos documentos que compõem a PCA com atraso). Foi formulado Recurso de Revista, o qual foi conhecido, mas teve negado seu provimento (Acórdão nº 1818/20 – STP).	Sim (Certidão de Trânsito em Julgado nº 364/21 – STP).
2016 (autos 737010/17)	Foi publicado o Acórdão nº 3296/21 – S1C, o qual julgou as Contas Irregulares, tendo como responsável o Sr. Sergio Eduardo Emygdio de Faria, em razão de a) ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno, b) divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM-AM, c) ausência de publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO, no exercício de 2016, d) ausência de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2016 e e) não comprovação da divulgação em meio eletrônico de acesso público do orçamento do Consórcio, do contrato de rateio, das demonstrações contábeis e dos demonstrativos fiscais, realizados no exercício de 2016; após ressalva em relação a a) resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS, b) entrega dos dados do SIM-AM com atraso e c) entrega dos documentos que compõem a prestação de contas com atraso; e aplicou 7 (sete) multas administrativas ao Gestor das Contas (pelo descumprimento do prazo para apresentação da prestação de contas, devido ao atraso na entrega de remessas do SIM/AM e para cada item identificado como irregular).	Sim (Certidão de Trânsito em Julgado nº 106/22 – S1C).
2017 (autos 856482/19)	O processo em exame.	Não.
2018 (autos 38242/20)	Foi publicado o Acórdão nº 3103/21 – S2C, o qual decidiu sobrestar o processo até a emissão de decisão definitiva em relação à Tomada de Contas Ordinária relativa ao exercício de 2017 (autos 856482/19), o processo em exame.	Não.
2019 (autos 740603/20)	Foi publicado o Acórdão nº 3322/22 – S1C, o qual julgou as Contas Irregulares, tendo como responsável o Sr. Sergio Eduardo Emygdio de Faria, em razão da ausência de prestação de contas e da não comprovação do uso dos recursos repassados; e condenou o Gestor das Contas à restituição integral do montante recebido pela entidade no exercício (R$ 70.500,00). Alguns Recursos foram abertos: Recurso de Revista (Acórdão nº 2456/23 – STP), Recurso de Revisão (Acórdão nº 471/24 – STP) e Embargos de Declaração (Acórdão nº 1044/24 – STP), sendo que todos foram conhecidos, mas tiveram o provimento negado.	Sim (Certidão de Trânsito em Julgado nº 526/24 – STP).
2020 (autos 28068/22)	Foi publicado o Acórdão nº 1134/24 – S2C, o qual julgou as Contas Irregulares, tendo como responsável o Sr. Sergio Eduardo Emygdio de Faria, em razão de deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei e por deixar de apresentar, no prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos; aplicando duas multas administrativas, em função das irregularidades, ao Gestor das Contas.	Sim (Certidão de Trânsito em Julgado nº 425/24 – S2C).

Assim, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema apresentou, durante a gestão de Sergio Eduardo Emygdio de Faria, sérias dificuldades para apresentar as Prestações de Contas regulamente a esta Corte. As contas de 2015, 2016, 2017[1], 2019 e 2020 foram julgadas irregulares e já transitaram em julgado, com destaque para o exercício financeiro de 2019, em que o presidente do Consórcio foi, inclusive, condenado à restituição de valores no importe de R$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais).
Aliás, a última remessa do SIM-AM encaminhada à Corte remonta ao exercício de 2017 (o Balanço Patrimonial de 31/12/2017 apresentado ao TCE-PR apresenta quase R$ 2 milhões em Ativos). Mas, nestes autos, não há qualquer abordagem específica do montante atual dos bens.
Não há como deixar de considerar que foi com esse cenário de absoluta desordem que os ora interessados se depararam. Uma situação que não foi criada por eles, mas, sim, pela irresponsabilidade do gestor que os antecedeu. Ainda assim, os prefeitos dos municípios consorciados vêm dispendendo esforços para tentar regularizar a situação do consócio perante este Tribunal para, na sequência, extinguí-lo.
Pelo que narram os interessados, portanto, o consórcio se encontra inoperante há longa data, sem nem sequer ter pessoal para fazer a atualização de dados no sistema. Tanto é assim que o presidente interino do Consórcio, atual prefeito do município de Rio Claro, afirmou que busca meios para contratar um advogado e um contador que possam regularizar a situação do consórcio junto a esta Corte de Contas e que cuidem de sua extinção.
Assim, no que concerne à ausência de Prestação de Contas do ano de 2021, levo em consideração, primeiramente, a situação calamitosa que os interessados precisaram enfrentar.
Em segundo, considero que, até 31/12/2020, o ente foi gerido por Sérgio Eduardo Emygdio de Faria e que o Consórcio passou oito meses sem presidente (de 1º/01/21 a 24/08/21). Diante do cenário instaurado, levando em consideração o art. 22 da LINDB, não entendo adequado responsabilizar a totalidade dos prefeitos dos municípios consorciados pela prestação de contas dos meses em que o consórcio esteve sem gestor.
João Carlos Bonato assumiu a Presidência do Consórcio, após eleição, em 25/08/2021. Embora o contexto deva ser considerado, na qualidade de gestor, ele tinha a obrigação de prestar contas referentes ao exercício de 2021.

Todavia, com base no art. 22 da LINDB, aplico a João Carlos Bonato tão somente a multa administrativa do art. 87, III, a, em razão da ausência de prestação de contas. Por essa razão, entendo pela irregularidade do presente item.

No que toca à Ausência de Atualização do SICAD, que motivou a determinação para que os interessados juntassem aos autos a "atualização completa do cadastro do Consórcio Intermunicipal no Sistema de Cadastro de Pessoas - SICAD do TCE/PR, nos termos da Instrução Normativa nº 86/12", é importante trazer a lume a atual conjuntura cadastral do ente junto a este Tribunal, bem como a real situação em que se encontra.

A atual situação dos dados cadastrais do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema no SICAD é a seguinte:



Observa-se que os dados estão absolutamente desatualizados e que a situação cadastral da entidade se encontra ativa.

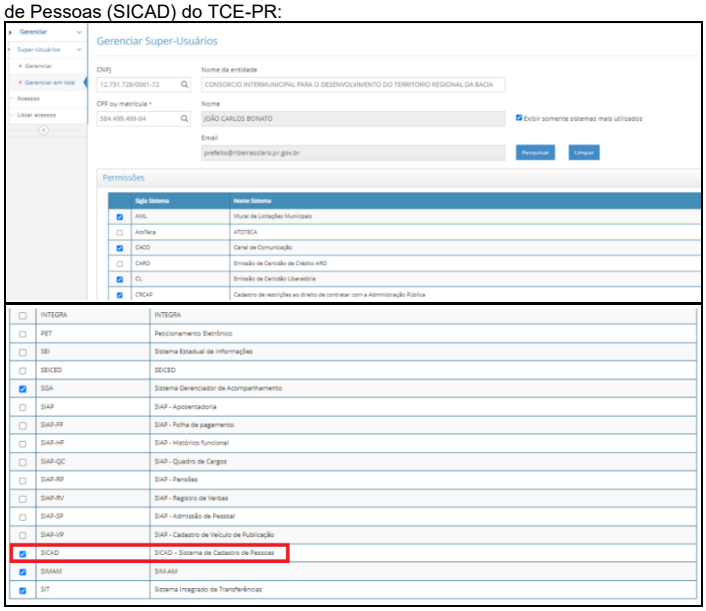
Em que pese a desatualização das informações no sistema do TCE-PR, foi possível constatar, por meio da documentação apresentada no presente feito, que Sergio Eduardo Emygdio de Faria presidiu o Consórcio G5 no período de 31/12/2017 a 31/12/2020. Todavia, no período entre 1º/01/2021 e 24/08/2021, o consórcio esteve sem presidente.

A "Ata de Reunião Extraordinária para a Condução da Presidência Interina do Consórcio Intermunicipal – G5", de 25/08/2021, elucida que, a partir de tal data, João Carlos Bonato, prefeito de Ribeirão Claro, passou a presidir o ente.

Atualmente, é o prefeito de Ribeirão Claro, Lisandro José Néia Baggio, cuja gestão se iniciou em 1º/01/2025, quem assumiu interinamente a Presidência do Consórcio, até ser realizada nova eleição.

Foram apresentados documentos e esclarecimentos pelos interessados, bem como reafirmada em inúmeras oportunidades a dificuldade do consórcio em atualizar os seus dados cadastrais junto ao TCE-PR, sobretudo com relação ao registro dos demais responsáveis (tais como contador, tesoureiro, controlador interno e presidente da comissão de licitação). Tal fato decorre das pendências oriundas de exercícios anteriores. Além disso, os interessados demonstram esforço para regularizar os dados.

Todavia, constata-se que João Carlos Bonato possui acesso ao Sistema de Cadastro de Pessoas (SICAD) do TCE-PR:



O sistema aponta que sua situação se encontra desatualizada.

Assim, mesmo considerando os obstáculos e as dificuldades reais do gestor (em homenagem ao art. 22 da LINDB), neste caso, João Carlos Bonato possuía, durante sua gestão como presidente do CIG5, acesso ao Sistema de Cadastro de Pessoas (SICAD), de modo que poderia, minimamente, ter realizado a alteração/atualização dos dados relativos ao consórcio, o que, inclusive, teria facilitado o andamento do presente processo.

Nesse aspecto, em razão da falta de atualização do SICAD, entendo necessária a aplicação da multa administrativa prevista no art. 87, IV, g, a João Carlos Bonato, considerando que não atendeu ao que determina o art. 24 da Instrução Normativa n. 86/12 do Tribunal de Contas.

Assim, as justificativas não são aptas para afastar o apontamento, tendo em vista que é obrigação do gestor da entidade manter o cadastro atualizado junto a esta Corte de Contas.

Assim, subsiste irregularidade no presente ponto.

Sobre a continuidade do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema, que motivou a determinação para que os interessados juntassem aos autos a "cópia da Ata da Assembleia Geral de Prefeitos em que deliberam sobre o interesse em continuar ou não com as atividades do CIG5, e sobre eventual encerramento definitivo da entidade", nos esclarecimentos que foram prestados, ficou evidente que não há interesse dos municípios consorciados na manutenção do Consórcio G5, razão pela qual foram realizadas reuniões com o fito de extingui-lo, conforme se constata das atas juntadas, notadamente da "Ata da Reunião Extraordinária, convocada para tratar dos procedimentos para encerramento das atividades e extinção do Consócio Intermunicipal G5" (peça 130), realizada em 21/11/2024.

Já na "Ata de reunião extraordinária para a regularização do Consórcio Intermunicipal G5" (peça 111), de 14/06/2023, encontra-se registrada a convergência dos consorciados no que toca à necessidade de regularizar a situação do consórcio para, na sequência, poder extingui-lo.

De fato, como bem afirmaram os interessados, foram muitas as tratativas dos gestores do Consórcio com esta Corte de Contas, no intuito de corrigir as prestações de contas.

Como as atas das últimas reuniões foram devidamente juntadas pelos interessados, entendo que o item foi atendido.

Sobre as medidas tomadas no eventual caso de extinção do CIG5 – que motivou a expedição de determinação aos interessados para que, "caso aprovada a extinção", listassem, "de forma detalhada, as medidas que estão tomando ou irão tomar, com apresentação de documentação comprobatória, para buscar dar atendimento ao que prevê a Instrução Normativa nº 161/2021 do TCE/PR, que trata da Prestação de Contas de Extinção" –, ficou clara a intenção dos consorciados de realizar a extinção do consórcio nas informações prestadas e na documentação anexada pelos interessados.

Tal intuito se encontra expressamente consignado na ata da reunião extraordinária ocorrida em 21/11/2024 (peça 130), na qual está registrado que serão tomadas as medidas necessárias para extinguir o Consórcio G5 com a maior celeridade possível. Desse modo, o item foi sanado.

A responsabilização dos Prefeitos dos Municípios de Guapirama e de Joaquim Távora motivou a determinação para que os interessados juntassem aos autos:

[...] cópia da Ata da Assembleia Geral de Prefeitos, realizada de forma pretérita à publicação da Lei Municipal n. 1535/20 de Joaquim Távora e Lei Municipal n. 896/23 de Guapirama, na qual se deliberou sobre as suas respectivas retiradas do Consórcio, bem como sobre suas responsabilidades remanescentes [...].

Nas peças 19, 53, 60 e 97, o município de Guapirama, por meio de seu prefeito Edui Gonçalves (gestão de 1º/01/2021 a 31/12/2024), apresenta manifestação, informando que o Município integrou o Consórcio Intermunicipal G5 até o ano de 2014 e que, em setembro de 2014, ocorreu o último repasse para o convênio.

Nas peças 91 a 95, a municipalidade junta aos autos o relatório contábil referente a despesas de 2014, a declaração de desligamento do Município, o Contrato de Rateio n. 01/2014 e a Ata de reunião do Conselho realizada em 08/12/2014.

O município de Joaquim Távora se manifesta à peça 114, por meio de seu prefeito Reginaldo Vilela (gestão de 1º/01/2021 a 31/12/2024), afirmando que, em 06/06/2018, o Município formalizou o pedido de desligamento do consórcio através de ofício enviado por e-mail e devidamente recebido por Renê Fernando Choppa Sobrinho (peça 115).

Menciona que, em 14/04/2020, foi promulgada a Lei Municipal n. 1.535 (peça 116), que ratificou a decisão de retirada definitiva do Município do consórcio, e, em 20/04/2022, o diretor-executivo do consórcio emitiu declaração, assegurando que a municipalidade se encontrava oficialmente desligada desde o final do ano de 2019.

Diz que a ata da Assembleia Geral dos Prefeitos, anterior à ratificação por Lei, encontra-se sob a guarda exclusiva do consórcio e que, após a retirada do Município, este não participou de qualquer atividade ou deliberação subsequente relativa ao ente.

Anexa aos autos cópia do e-mail contendo a solicitação para saída do consórcio, a lei municipal que ratifica a retirada do Município, declaração do diretor-executivo do Consórcio Intermunicipal G5 assegurando que o Município se desligou em 2019 e relatório do portal "govbr" demonstrando que o consócio se encontra sem movimentação.

A unidade técnica e o Ministério Público de Contas entendem que:

[...] muito embora se comprove a retirada dos municípios do Consócio, não foi localizada a Ata da Assembleia Geral de Prefeitos, realizada de forma pretérita à publicação da Lei Municipal n. 1535/20 de Joaquim Távora e Lei Municipal n. 896/23 de Guapirama, na qual se deliberou sobre as suas respectivas retiradas do Consórcio, bem como sobre suas responsabilidades remanescentes, conforme recomendado na análise anterior [...].

Desse modo, ambos mantêm o entendimento pela irregularidade do item.

A Coordenadoria de Gestão Municipal entende que "dois documentos são imprescindíveis para atestar que a retirada atendeu plenamente os aspectos legais, a saber, (1) Ato formal de seu representante na Assembleia Geral de Prefeitos e (2) Ratificação, mediante Lei, da retirada do ente consorciado".

De fato, o art. 11 da Lei n. 11.107/2005 dispõe que: "A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei".

Entretanto, conforme mencionou a própria Coordenadoria de Contas, foi comprovada a retirada dos municípios de Guapirama e de Joaquim Távora do consócio anteriormente a 2021.

Ambos os municípios juntaram documentos que possuem validade jurídica para comprovar a sua retirada do Consórcio G5, tais como a lei municipal que ratifica a saída, declaração do diretor-executivo do Consórcio e e-mail contendo a formalização do pedido de exclusão.

Trata-se de documentos aptos a demonstrar o desligamento dos municípios do consórcio, de modo que, mesmo com a ausência da "Ata da Assembleia Geral de Prefeitos, realizada de forma pretérita à publicação da Lei Municipal n. 1535/20 de Joaquim Távora e Lei Municipal n. 896/23 de Guapirama, na qual se deliberou sobre as suas respectivas retiradas do Consórcio", ambas as municipalidades buscaram meios de comprovar sua exclusão do Consócio.

Em que pese não tenha sido o documento requerido por este Tribunal, os demais foram aptos a comprovar a exclusão dos municípios anteriormente ao ano de 2021.

Em casos como o presente, é necessário fazer valer o princípio da verdade real, também aplicado ao Direito Administrativo, de acordo com o qual a Administração Pública precisa ir além da versão apresentada pelos interessados, buscando a realidade dos fatos (do que realmente aconteceu) para embasar suas decisões, assegurando que elas sejam justas e baseadas em evidências concretas, e não

apenas em alegações formais.
Nesse sentido, preleciona a doutrina[2]:
O entendimento do princípio da realidade parte de considerações bem simples: o Direito volta-se à convivência real entre os homens e todos os atos partem do pressuposto de que os fatos que sustentam suas normas e demarcam seus objetivos são verdadeiros.
São os fatos que regularmente ocorrem ou podem ocorrer, na natureza física ou convivencial, e só excepcionalmente, e por disposição expressa, a ordem jurídica acolhe ficções ou presunções.
Em outros termos, a vivência do Direito não comporta fantasias; o irreal tanto não pode ser a fundamentação de um ato administrativo quanto não pode ser o seu objetivo (MOREIRA NETO, 2002).
A vinculação da Administração aos fatos verdadeiros afigura-se como meio de evitar a insegurança social, uma vez que garante ao cidadão que a norma não ignora o contexto real em que se insere. Desse modo, trazer à tona a veracidade das circunstâncias fáticas que circunscrevem a conduta pública é missão essencial do Estado e daqueles que realizam o controle de juridicidade de seus atos.
Nessa linha, é valido trazer a lume um trecho do Parecer n. 14.568 da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais[3]:
Qualquer entendimento em sentido contrário ignoraria a realidade administrativa a que se destinam as regras [...]. E não há dúvida de que não pode qualquer norma administrativa ignorar o mundo dos fatos a que se refere. Sendo assim, deve a interpretação privilegiar o que restou evidenciado na prática administrativa, atentando-se para a veracidade das circunstâncias empíricas.
Trata-se do princípio da realidade segundo o qual cabe ao Direito sintonizar-se com o caso concreto, uma vez que as normas jurídicas foram criadas exatamente para reger os fatos, deles não podendo se afastar. Máximas sobre a incidência da lei como "lex domicilii, lex rei sitae e locus regit actum" trazem a idéia basilar de que a norma aplicável é a que tem ligação mais próxima com a pessoa, causa ou questão jurídica em tese. No Direito Administrativo, incide, igualmente, a necessidade de se aproximar a norma da realidade "sub examine". Daí ser indispensável que prevaleça o que sucedeu no terreno dos fatos, excluída a possibilidade de incidência de norma desvinculada da realidade em questão. O sistema jurídico jamais pode governar com ignorância das circunstâncias concretas a cuja regulação se destina (CARVALHO, 2005).
Assim, aos membros deste Tribunal de Contas, que exercem o controle de juridicidade de atos públicos, compete afastar formalismos e buscar a verdade material[4]:
A autoridade administrativa, na busca da verdade material, não está sujeita a formalismos rígidos ou a obediência a formas sacramentais. Diante da atuação da autoridade administrativa, não vigora o princípio da verdade formal, em que as formas dos atos, prazos, distribuição de ônus de prova e a sistematização dos procedimentos são rigorosamente previstos e obedecidos. Em busca da verdade dos fatos, afasta-se os formalismos em prol da busca da verdade material e correta aplicação do princípio da legalidade (FRAGA).
Desse modo, no presente caso, por mais que os interessados de fato devessem ter juntado a "Ata da Assembleia Geral de Prefeitos, realizada de forma pretérita à publicação da Lei Municipal n. 1.535/20 de Joaquim Távora e da Lei Municipal n. 896/23 de Guapirama, na qual (sic) se deliberou sobre as suas respectivas retiradas do Consórcio", conforme solicitado por este Tribunal, não há como desconsiderar os documentos que eles anexaram nem o fato de que eles se prestam a comprovar a retirada de ambos os municípios do Consócio antes de 2021.
Por esse motivo, aceito os documentos que foram juntados pelos interessados e entendo que são aptos a comprovar a exclusão dos municípios de Guapirama e de Joaquim Távora do Consórcio G5, em respeito ao princípio da verdade material.
Não seria correto, razoável ou proporcional imputar sanções a ambos os municípios ou a seus gestores por fatos ocorridos em 2021, pois foi comprovado que nesse ano já não mais integravam o consórcio.
Ademais, seria um formalismo exagerado aceitar tão somente a ata da reunião do consórcio como meio de prova, uma vez que existem outros documentos capazes de demonstrar a exclusão dos municípios.
A Lei Federal de Processo Administrativo dispõe em seu art. 2º:
Art. 2o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
[...]
VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;
IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados; [...].
O referido dispositivo regulamenta a necessidade de aplicação do formalismo moderado por parte da Administração.
De acordo com a doutrina[5]:
As exigências formais de caráter extravagante e desnecessárias alijam os cidadãos do universo democrático que se espera da atividade administrativa, motivo pelo qual o formalismo empregado à atividade do Estado somente deve ser aquele estritamente necessário para o fim a que se destina o ato e que deve, outrossim, garantir os direitos dos cidadãos com adequado grau de certeza e segurança (SANTOS, 2020).
Assim, o prestígio ao formalismo exacerbado evidentemente causaria prejuízo indevido aos interessados e incongruência com a realidade, uma vez que a documentação por eles juntada, em que pese não tenha sido exatamente a exigida pelo TCE-PR, é igualmente apta a comprovar o que se almejava.
Assim, em razão da aplicação do princípio do formalismo moderado, aceito como prova válida os documentos juntados pelos municípios de Guapirama e de Joaquim Távora, pois a formalidade não pode servir como obstáculo para concretizar a finalidade dos atos administrativos.
Ademais, para a responsabilização do agente público, impõe-se a necessária ponderação das dificuldades concretas enfrentadas pelo gestor, conforme dispõe o art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), o qual estabelece que, na interpretação de normas relativas à gestão pública, devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, bem como as exigências das políticas públicas sob sua responsabilidade, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
Vejamos:
Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
[...]
§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
Nesse contexto, destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o município de Guapirama tem uma população de 4.626 (quatro mil seiscentos e vinte e seis) habitantes e o município de Joaquim Távora, de acordo com sua Prefeitura, tem cerca de 11.000 (onze mil) habitantes, sendo, portanto, classificados como municípios de pequeno porte, com limitações estruturais e restrições de acesso a recursos variados.
Tais circunstâncias deveriam ser devidamente consideradas no exame da conduta de ambos os gestores, sob pena de se impor responsabilização dissociada da realidade administrativa local e em descompasso com os parâmetros legais previstos para a atuação do agente público.
Desse modo, entendo por excluir qualquer responsabilidade dos gestores dos municípios de Guapirama e de Joaquim Távora, pelo fato de ambos já não mais fazerem parte do Consórcio Intermunicipal G5 no ano de 2021.
Assim, não há irregularidade no presente ponto.
No que concerne à possibilidade de formalização de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), comentada por alguns dos interessados nos contraditórios apresentados, corroboro o entendimento da unidade técnica no sentido de não ser possível.
De acordo com o art. 13, IV, da Resolução n. 59/2017 do TCE-PR, que regulamenta o referido expediente, a celebração de TAG não se revela viável quando implica o descumprimento de disposição constitucional ou legal.
O CIG5, de forma reiterada, deixou de cumprir com a Agenda de Obrigações do Tribunal (a exemplo da falta de envio de remessas do SIM/AM desde 2017 e do não encaminhamento da Prestação de Contas dentro do prazo regulamentar há muitos anos).
O Consórcio propôs a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão (conforme Autos n. 622506/17), mas ele foi indeferido por esta Corte de Contas, tendo em vista que, na época, a entidade já apresentava problemas com o envio de remessas do SIM/AM, situação que permanece atualmente.
Desse modo, é inviável a realização de TAG.
3 VOTO
Diante do exposto, VOTO pela procedência da presente Tomada de Contas Ordinária e pela consequente irregularidade das contas do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema referentes ao exercício de 2021, nos termos do art. 16, III, da Lei Complementar n. 113/2005, com as seguintes medidas a serem adotadas:
a) aplicação da multa do art. 87, III, a, da LC n. 113/05 a João Carlos Bonato (então presidente do consórcio) por deixar de prestar contas anuais dentro do prazo fixado em lei, em infringência ao art. 23, § 1º, da LC n. 113/05 e ao art. 25 do Regimento Interno do TCE-PR;
b) aplicação da multa do art. 87, IV, g, da LC n. 113/05 a João Carlos Bonato (então presidente do consórcio) em razão da falta de atualização do Sistema de Cadastro de Pessoas (SICAD), em infringência ao art. 24 da Instrução Normativa n. 86/12.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e demais providências.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I- Julgar procedente a presente Tomada de Contas Ordinária e pela consequente irregularidade das contas do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema referentes ao exercício de 2021, nos termos do art. 16, III, da Lei Complementar n. 113/2005, com as seguintes medidas a serem adotadas:
II- aplicar a multa do art. 87, III, a, da LC n. 113/05 a João Carlos Bonato (então presidente do consórcio) por deixar de prestar contas anuais dentro do prazo fixado em lei, em infringência ao art. 23, § 1º, da LC n. 113/05 e ao art. 25 do Regimento Interno do TCE-PR;
III- aplicar a multa do art. 87, IV, g, da LC n. 113/05 a João Carlos Bonato (então presidente do consórcio) em razão da falta de atualização do Sistema de Cadastro de Pessoas (SICAD), em infringência ao art. 24 da Instrução Normativa n. 86/12; e
IV- encaminhar, após o trânsito em julgado, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e demais providências.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.
Plenário Virtual, 18 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 16.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. Embora não conste do quadro anteriormente colacionado, as contas de 2015, 2016 e 2017 foram julgadas irregulares por meio do Acórdão n. 1.309/25-S2C.
2. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Legitimidade e Discricionariedade. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
3. CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. Parecer n. 14.568, de 19/10/2005. Consultoria Jurídica da AGEMG. Disponível em: https://advocaciageral.mg.gov.br/legislacao/parecer-14-568-aprovado-pelo-advogado-geral-de-19-10-2005/. Acesso em: 4 set. 2025.
4. FRAGA, Henrique Rocha. Os princípios da legalidade, da verdade material e do inquisitório perante a atividade administrativa de lançamento tributário. Disponível em: Os Princípios da Legalidade, da Verdade Material e do Inquisitório perante a atividade administrativa de lançamento tributário | Jusbrasil. Acesso em: 4 set. 2025.
5. SANTOS, Gustavo Ferreira. A Amplitude do Formalismo Moderado na Lei Federal de Processo Administrativo. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance, n. 13, ano 4, p. 101-128. São Paulo: RT, abr.-jun. 2020.

PROCESSO Nº:-457896/25
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, CLEVERSON FRANCISCO DAS CHAGAS, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, NELSON TOTH
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 2586/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Embargos de Declaração. Omissão. Embargos declaratórios acolhidos sem efeito modificativo da decisão.

1 RELATÓRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS opôs embargos de declaração para suprir possível omissão contida no Acórdão n. 1.794/25 da Primeira Câmara (peça 21).

Alega o órgão ministerial que não foi apreciado o pedido de expedição da seguinte determinação ao Município:

[...] ao Ente para que, ao final de cada exercício, divulgue, em seu Portal da Transparência, o competente Relatório de Controle Interno Anual abrangendo todas as ações empreendidas e áreas objeto de acompanhamento, detalhando a formação acadêmica do respectivo Controlador, para o ulterior fim de oportunizar aos cidadãos e a este órgão de controle externo o amplo acesso às informações relativas à conformidade, eficiência e legalidade da gestão administrativa e financeira.

Pelo Despacho n. 1.314/25 (peça 26), recebi os embargos em juízo sumário e prévio de admissibilidade, determinando a sua autuação.

2 FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do Despacho n. 1.314/25 (peça 26), reitero o conhecimento dos Embargos de Declaração diante da presença dos requisitos de admissibilidade.

Quanto ao pleito, entendo que assiste razão à parte embargante, pois, do teor do Acórdão n. 1801/25, não houve apreciação da determinação constante no Parecer n. 368/25 (peça 18).

O objetivo principal dos Embargos de Declaração é aprimorar a decisão proferida, eliminando quaisquer contradições, obscuridades ou dúvidas existentes. Esse recurso também é utilizado para suprir omissões e corrigir erros materiais que possam ter ocorrido na decisão.

Todavia, tendo em perspectiva que o Relatório do Controle Interno não é mais uma exigência na documentação constante da remessa anual de contas no âmbito desta Corte, não encontro razões para que seja imposta essa obrigação à Câmara Municipal no Portal da Transparência, razão pela qual rejeito a sugestão de determinação do órgão ministerial.

3 VOTO

Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento e acolhimento dos embargos de declaração para reconhecer as omissões apontadas no Acórdão n. 1.794/25 – S1C (peça 21). Contudo, quanto ao mérito, não acolho o pedido do órgão ministerial constante no Parecer n. 368/25 (peça 18), pelos motivos acima expostos.

Após o trânsito em julgado, encaminha-se à Diretoria de Protocolo para o encerramento e arquivamento do processo, nos termos dos arts. 398, §1°, e 168, VII do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:

I- Conhecer e acolher os embargos de declaração para reconhecer as omissões apontadas no Acórdão n. 1.794/25 – S1C (peça 21). Contudo, quanto ao mérito, não acolher o pedido do órgão ministerial constante no Parecer n. 368/25 (peça 18), pelos motivos acima expostos; e

II- encaminhar, após o trânsito em julgado, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e arquivamento do processo, nos termos dos arts. 398, §1°, e 168, VII do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Plenário Virtual, 18 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 16.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-442020/25
ASSUNTO:-PROCESSO DE SERVIDOR DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MAURICIO DE BITTENCOURT LAROCCA, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADO / PROCURADOR:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, JACSON LUIZ PINTO, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, YARA MARIA MIRANDA
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 2587/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Processo de servidor do Tribunal. Abono Permanência. Deferimento.

1 RELATÓRIO

Trata-se de requerimento formulado pelo servidor MAURICIO DE BITTENCOURT LAROCCA, matrícula n. 50.202-2, ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, lotado na Diretoria de Gestão de Pessoas, contendo solicitação de abono permanência, com base na Emenda Constitucional Estadual n. 45/19.

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), por meio da Instrução n. 23/25 (peça 7), informa que, conforme registros funcionais, o servidor contava em 22/07/2025 com (a) 37 anos, 10 meses e 28 dias de tempo total de contribuição, (b) 31 anos, 03 meses e 05 dias de tempo no serviço público e no cargo que ocupa, e (c) possui 60 anos de idade.

Entende, assim, que o requerente cumpre todos os requisitos necessários e perfaz o direito ao abono de permanência a partir de 21/07/2025, em conformidade com o art. 5º da Emenda Constitucional n. 45/19.

A Diretoria Jurídica, em seu Parecer 207/25 (peça 8), manifestou-se pelo deferimento do abono, com amparo no art. 40, § 19, da Constituição da República e no art. 5º da Emenda Constitucional Estadual n. 45/2019.

Disponibilizados os autos à PARANAPREVIDÊNCIA, este (peça 17), entende não haver óbice ao deferimento do pedido.

Por fim, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no Parecer n. 250/25-PGC (peça 19), acompanhou integralmente as manifestações precedentes, opinando pelo deferimento do pedido.

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO

Consoante o Estatuto dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Lei n. 19.573/18, a aposentadoria sob qualquer modalidade se dará nos prazos e nas formas previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e em demais normas regulamentadoras.

Observo que o direito à percepção do abono de permanência por servidor público efetivo, cuja exigência prévia é o atendimento dos requisitos à aposentadoria, tem previsão no art. 40, § 19, da Constituição Federal[1], bem como nos artigos 1º, § 20 e 4º, § 6º, II, da Emenda Constitucional Estadual n. 45/19[2].

Conforme consta nos autos, tanto a PARANÁPRÊVIDENCIA como as unidades técnicas desta Corte que apreciaram o pedido não se opuseram à concessão do abono.

Dessa forma, considerando a implementação em 21/07/2025 do último requisito, relativo à idade, acompanho as instruções técnicas e proponho o deferimento do pedido de abono permanência.

3 VOTO

Ante o exposto, VOTO pelo deferimento do requerimento de abono permanência ao servidor MAURICIO DE BITTENCOURT LAROCCA.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Diretoria de Gestão de Pessoas para as providências cabíveis, ficando autorizado, desde logo, o encerramento do processo e o arquivamento dos autos.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:

I- Deferir o requerimento de abono permanência ao servidor MAURICIO DE BITTENCOURT LAROCCA; e

II- encaminhar, após o trânsito em julgado, os autos à Diretoria de Gestão de Pessoas para as providências cabíveis, ficando autorizado, desde logo, o encerramento do processo e o arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Plenário Virtual, 18 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 16.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. *Art. 40 O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*
[...]
§ 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

2. *"Art. 1.º O art. 35 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte alteração: Art. 35. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos do Estado do Paraná terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*
§ 20. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do Estado, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
Art. 4.º Assegurado o direito de opção pela regra disposta no artigo 5º, o servidor estadual que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo, até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, poderá aposentar-se voluntariamente pela regra do somatório da idade e do tempo de contribuição, quando preencherem, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1°;
II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;
III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;
V - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.
[...]
§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:
[...]

II - para o servidor público não contemplado no inciso I, o cálculo do benefício utilizará a média aritmética simples das remunerações adotados como base para contribuições ao regime próprio de previdência social, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência".

PROCESSO Nº:-180002/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
INTERESSADO:-JOSE WALDECYR CASTALDELLI, MARCOS ROBERTO RIBEIRO DA COSTA
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 2588/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, exercício de 2024. Julgamento pela REGULARIDADE COM RESSALVA das contas.

1 RELATÓRIO

As contas da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, relativas ao exercício de 2024, de responsabilidade de JOSE WALDECYR CASTALDELLI, foram encaminhadas a este Tribunal em cumprimento às disposições e determinações legais.

A Coordenadoria de Contas emitiu a Instrução n. 1203/25 (peça 20), concluindo pela regularidade das contas, ressalvando, porém, o encaminhamento intempestivo da declaração de ciência do relatório anual de Controle Interno, entendimento compartilhado pelo Ministério Público de Contas em seu Parecer n. 735/25 – 5PC (peça 21).

2 VOTO

Ante o exposto, acompanhando a Coordenadoria de Contas e o Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 16, II, da Lei Complementar n. 113/2005, proponho que esta Corte JULGUE regulares com ressalva as contas relativas ao exercício de 2024 da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, de responsabilidade de JOSE WALDECYR CASTALDELLI.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros, autorizando-se o posterior encerramento do processo e o arquivamento dos autos.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:

I- Julgar regulares com ressalva as contas relativas ao exercício de 2024 da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, de responsabilidade de JOSE WALDECYR CASTALDELLI; e

II- encaminhar, após o trânsito em julgado, os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros, autorizando-se o posterior encerramento do processo e o arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Plenário Virtual, 18 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 16.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-180290/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA
INTERESSADO:-ANDRE VILALVA LEAL, RAFAEL ABNER SEVERINO
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 2589/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, exercício de 2024. Julgamento pela REGULARIDADE COM RESSALVA das contas.

1 RELATÓRIO

As contas da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, relativas ao exercício de 2024, de responsabilidade de ANDRE VILALVA LEAL, foram encaminhadas a este Tribunal em cumprimento às disposições e determinações legais.

A Coordenadoria de Contas emitiu a Instrução n. 1176/25 (peça 19), concluindo pela regularidade das contas, ressalvando, porém, o encaminhamento intempestivo da declaração de ciência do relatório anual de Controle Interno, entendimento compartilhado pelo Ministério Público de Contas em seu Parecer n. 672/25-2PC (peça 20).

2 VOTO

Ante o exposto, acompanhando a Coordenadoria de Contas e o Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 16, II, da Lei Complementar n. 113/2005, proponho que esta Corte JULGUE regulares com ressalva as contas relativas ao exercício de 2024 da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, de responsabilidade de ANDRE VILALVA LEAL.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros, autorizando-se o posterior encerramento do processo e o arquivamento dos autos.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:

I- Julgar regulares com ressalva as contas relativas ao exercício de 2024 da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, de responsabilidade de ANDRE VILALVA LEAL; e

II- encaminhar, após o trânsito em julgado, os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros, autorizando-se o posterior encerramento do processo e o arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Plenário Virtual, 18 de setembro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 16.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-544019/25
ASSUNTO:-PROCESSO DE SERVIDOR DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-EVALDO LUIS MORENO SILVA
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 2781/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Processo de Servidor do TCE-PR. Averbação de tempo de serviço. Possibilidade para fins de aposentadoria. Artigo 46, § 4º, da Lei Estadual n° 19.573/18. Deferimento.

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de requerimento administrativo apresentado por EVALDO LUIS MORENO SILVA, servidor ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo desta Corte de Contas, por meio do qual solicita a averbação do tempo de serviço, a partir da data de sua posse, relativa ao período de 05/01/1985 a 20/05/1988, conforme certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Por intermédio da Instrução nº 36/25-DGP (peça 5), a Diretoria de Gestão de Pessoas, após informar que o peticionário tomou posse e entrou no exercício de suas funções em 30/01/1995, atestou que, quanto à averbação requerida, nada consta em seus assentamentos funcionais.

A Diretoria Jurídica, mediante o Parecer nº 251/25-DIJUR (peça 6), opinou favoravelmente à averbação, exclusivamente para fins de aposentadoria, nos termos do artigo 46, § 4º, da Lei Estadual nº 19.573/18.

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo deferimento do pedido, de modo que o tempo de serviço seja averbado para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme previsão do artigo 46, § 3º, I, da Lei Estadual nº 19.573/18 (Parecer nº 258/25-PGC, peça 7).

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Conforme relatado, postula o servidor a averbação do período laborado entre 05/01/1985 e 20/05/1988.

O Órgão Ministerial opinou pelo cômputo do tempo de serviço para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, consoante previsão do artigo 46, § 3º, I, da Lei Estadual nº 19.573/18 (Estatuto dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Ocorre que referido dispositivo assim estabelece:

Art. 46. Computar-se-á para todos os efeitos legais o tempo de serviço prestado à Administração Direta do Estado do Paraná, desde que remunerado.

[...]

§ 3º. Computar-se-á apenas para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade:

I - o tempo de serviço público federal, municipal e estadual prestado aos demais Estados da Federação;

Porém, na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS (peça 3), constou expressamente a seguinte observação:

PERIODO DE 05JAN1985 A 20MAI1988 INDENIZADO POR DECISAO JUDICIAL PROCESSO 50046800320244047000 XX TRATA-SE DE PERíODO LABORADO NA MIAMI UNIVERSITY ABRANGIDO POR ACORDO INTERNACIONAL

Desse modo, acompanho a manifestação da DIJUR no sentido de que, para o caso em tela, deve ser aplicado o artigo 46, § 4º, da Lei Estadual nº 19.573/18, o qual dispõe:

Art. 46. Computar-se-á para todos os efeitos legais o tempo de serviço prestado à Administração Direta do Estado do Paraná, desde que remunerado.

[...]

§ 4º. Computar-se-á apenas para efeitos de aposentadoria o tempo de serviço prestado na iniciativa privada.

Fato é que houve o reconhecimento, por parte do INSS, do tempo de contribuição, sendo que tal período ainda não consta nos assentamentos funcionais do requerente.

Concluo, portanto, pelo deferimento do pleiteado, devendo ser averbado o período em questão, apenas para efeitos de aposentadoria.

3. DO VOTO

Ante o exposto, VOTO pelo deferimento do pedido do servidor Evaldo Luis Moreno Silva, a fim de que seja averbado o período de 05/01/1985 a 20/05/1988, para efeitos de aposentadoria.

Após o trânsito em julgado, realizem-se os registros pertinentes, ficando autorizado, desde logo, o posterior encerramento e arquivamento dos autos junto à Diretoria de Gestão de Pessoas[1].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

I- Deferir o pedido do servidor Evaldo Luis Moreno Silva, a fim de que seja averbado o período de 05/01/1985 a 20/05/1988, para efeitos de aposentadoria; e

II- após o trânsito em julgado, realizar os registros pertinentes, ficando autorizado, desde logo, o posterior encerramento e arquivamento dos autos junto à Diretoria de Gestão de Pessoas[2].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 2 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 17.

IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

***1**. Instrução de Serviço nº 116/2017, anexo 2, fluxo 2.*
***2**. Instrução de Serviço nº 116/2017, anexo 2, fluxo 2.*

TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

PROCESSO Nº - 663255/24
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICIPIO DE COLOMBO
INTERESSADO - HELDER LUIZ LAZAROTTO, LILIAN APARECIDA DE OLIVEIRA, MEDMASTER SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
PROCURADOR -
DESPACHO - 1444/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Embora o Município de Colombo tenha sido devidamente intimado para cumprir o disposto na Instrução 136/25-CAIS, a fim de demonstrar o integral cumprimento da decisão consubstanciada no Acórdão 1163/25-STP, entende-se que a ausência de manifestação caracteriza uma escolha deliberada do Ente. Ressalte-se que é de conhecimento geral que o descumprimento de decisão constitui impedimento à emissão de certidão liberatória.
À Coordenadoria de Medidas Executórias para os acompanhamentos de estilo.
GCFAMG em 30 de setembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 424382/24
ASSUNTO - RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ
INTERESSADO - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA, CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ, JOSE ANTONIO COLOMBO, JOSÉ DE JESUS ISÁC, JOSÉ DEVALMIR DOS SANTOS, JOSÉ MARCELO PIOVAN GUIMARÃES, LUIS FELIPE VICENTINI, MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA, MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ
PROCURADOR - MARIO HENRIQUE MALAQUIAS DA SILVA
DESPACHO - 1446/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
A Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (Instrução 522/25 – Peça 107) noticia que os Municípios de Santa Mariana e Santana do Itararé, bem como as respectivas Câmaras, ainda não comprovaram integralmente o cumprimento da decisão materializada no Acórdão 1329/25-STP.
Tal medida significa que o julgamento passará a figurar como pendência, impedindo a obtenção de certidão liberatória pelas Municipalidades e pelas Câmaras, consoante previsão do art. 95, da LC/PR 113/05.
Desta feita, remeto os autos à Diretoria de Protocolo para que realize a comunicação eletrônica de ciência (sem prazo para cumprimento, uma vez que nenhuma obrigação está sendo criada a partir deste despacho) dos mencionados Municípios e Câmaras, para que tomem pleno conhecimento do andamento do presente processo.
Posteriormente, os autos deverão imediatamente ser recambiados à CMEX para os acompanhamentos de estilo.
Caso os Entes ora comunicados tenham dúvidas em relação ao procedimento a ser adotado, poderão entrar em contato com a Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar para esclarecimentos.
GCFAMG em 30 de setembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 189383/24
ASSUNTO - PENSÃO
ENTIDADE - CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO - ALCIDES DE OLIVEIRA SANTOS, CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, ELZA DEMORI SANTOS, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
PROCURADOR -
DESPACHO - 1448/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Defiro o pedido de dilação do prazo para apresentação das medidas corretivas relativas ao ato de pessoal objeto deste expediente (Peça 29) em 30 dias.
Conforme expressa previsão do art. 389 do RITCE/PR, a prorrogação se dá sem solução de continuidade, isto é, o novo prazo se inicia no dia seguinte ao término do anterior e não da publicação do presente despacho.
Devolva-se à Diretoria de Protocolo.
GCFAMG em 1 de outubro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO Nº: 573000/25
ENTIDADE: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
INTERESSADO: 5ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 1617/25
Trata-se de Representação apresentada pela 5ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, em face da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, na pessoa de seu representante legal, Sr. Luiz Fernando Garcia da Silva.
A parte representante afirmou que a Demanda de Fiscalização do Integra nº 478, decorrente do Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2024-2025, teve por objetivo verificar se as alterações contratuais na execução da obra denominada "Cais Leste - Moegão" (Contrato nº 005/2023) evitaram operações ensejadoras de superfaturamento.
Argumentou que, durante a auditoria, foi constatada a existência de irregularidades no decorrer da execução contratual, culminando nos seguintes achados:
Achado 1: "Superfaturamento, por meio da antecipação dos pagamentos à contratada em relação aos critérios de medição e pagamento previstos no edital", uma vez que os pagamentos estão sendo realizados em desacordo com os critérios originalmente determinados no instrumento convocatório;
Achado 2: "Aceite de soluções mais econômicas do que as contratadas, em contraposição ao edital e sem que haja reequilíbrio econômico-financeiro da avença em favor da Administração", tendo em vista a ausência de avaliação dos impactos econômico-financeiros das alterações ao projeto básico e consequente ausência do reequilíbrio econômico-financeiro em prol da APPA.
Noticiou que, após análise preliminar, encaminhamento dos achados e respostas do gestor, a equipe de auditoria confirmou tais achados de fiscalização.
Ao final, requereu o julgamento pela procedência da Representação, a fim de que sejam expedidas as seguintes determinações à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA:
Determinação 1.1: Anular o 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2023, em relação às cláusulas de alteração dos critérios de medição e pagamento, com vistas a utilizar os critérios previstos em edital, imediatamente a partir da decisão;
Determinação 1.2: Apurar os pagamentos antecipados em relação aos critérios de medição e pagamento do Edital, bem como o ganho de capital adquirido pela contratada a partir da 14ª medição até que se finalize as compensações, no prazo de 15 dias úteis, a partir da decisão;
Determinação 1.3: Elaborar plano de ação para, nas medições subsequentes do

Contrato n.º 005/2023, compensar os pagamentos realizados de forma antecipada em relação aos critérios de medição e pagamento estabelecidos no edital e o ganho de capital adquirido pela contratada em relação aos valores antecipados, no prazo de 15 dias úteis, a partir da decisão;
Determinação 1.4: Compensar nas medições subsequentes, de acordo com o plano de ação efetuado, os pagamentos contratuais antecipados em relação aos critérios de medição e pagamento estabelecidos no edital, até a data de conclusão do contrato, a partir da decisão;
Determinação 1.5: Compensar nas medições subsequentes, de acordo com o plano de ação efetuado, o ganho de capital adquirido pela contratada em relação aos valores antecipados e a adquirir, enquanto pendente saldo adiantado, até a data de conclusão do contrato, a partir da decisão;
Determinação 1.6: Utilizar, nas medições subsequentes, os critérios de medição e pagamento originalmente previstos no Termo de Referência do Edital de Licitação Pública n.º 6/2022, imediatamente, a partir da decisão;
Determinação 2.1: Avaliar o impacto econômico-financeiro de todas as alterações realizadas nas concepções do projeto básico referente ao contrato n.º 005/2023, que não se tratam de meros detalhamentos dos sistemas e procedimentos construtivos, no prazo de 30 dias, a partir da decisão;
Determinação 2.2: Aditar o contrato para compatibilizar o valor do objeto às novas concepções do projeto básico executadas pela empresa e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato n.º 005/2023 em prol da Administração, no prazo de 30 dias, a partir da decisão.
Juntou documentos visando demonstrar a materialidade das irregularidades apontadas (peças 4/19).
Por força do Despacho nº 3970/25-GP (peça 22), os autos vieram a este Gabinete, para regular processamento.
É o relatório.
O exame dos elementos processuais revela que a Representação deve ser recebida, na medida em que foram preenchidos os requisitos dos artigos 30[1] da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e dos artigos 275 a 277 do Regimento Interno.
Desse modo, recebo o expediente, salientando que, diante da possível ocorrência de ilegalidades, em se tratando de juízo de admissibilidade, a existência de incertezas quanto à efetiva demonstração de situações contrárias ao ordenamento jurídico não se resolve em favor das partes representadas, mas sim do interesse público.
O processamento do expediente vem a possibilitar que as inconformidades noticiadas sejam detidamente examinadas pela unidade técnica competente, Ministério Público de Contas e Plenário deste Tribunal.
Ante o exposto, decido:
I - Receber a presente Representação;
III - Remeter os autos à Diretoria de Protocolo para que:
a) promova a citação, por meio de ofício com Aviso de Recebimento - AR, dos abaixo elencados para que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da juntada do AR, apresentem suas razões de defesa e prestem informações e documentos que possam elucidar, em definitivo, os apontamentos descritos na exordial:
i) Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA;
ii) Sr. Luiz Fernando Garcia da Silva, Diretor-Presidente da APPA;
b) inclua na autuação do feito, na condição de "representados", os acima elencados.
Decorrido o prazo de resposta, encaminhem-se os autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo e, em seguida, ao Ministério Público de Contas, para as respectivas manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 26 de setembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.

PROCESSO Nº: 618415/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE TERRA RICA
INTERESSADO: JOSE HENRIQUE ARAUJO FERVENCA, MUNICÍPIO DE TERRA RICA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1638/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, proposta por JOSÉ HENRIQUE DE ARAÚJO FERVENÇA em face do MUNICÍPIO DE TERRA RICA.
O representante afirmou que o Município de Terra Rica lançou o Edital de Concorrência Eletrônica nº 13/2025, referente ao Processo Administrativo nº 185/2025, cujo objeto consiste na "Concessão de Uso para Exploração Econômica do Balneário da Prainha Municipal do Garimpo"; que a abertura do certame está agendada para 09/10/2025.
Alegou, em síntese, que a concessão pretendida está materialmente viciada e representa grave e iminente lesão ao patrimônio público e à moralidade administrativa.
Argumentou que a ilegalidade reside no próprio objeto da licitação, pois houve vultoso e recente investimento público, tendo sido investidos aproximadamente R$ 1.350.000,00; que as obras, recém concluídas, valorizaram o ativo público, dotando-o de infraestrutura nova e completa, incluindo quiosques, rampa náutica, pista de caminhada e portaria; que, de forma paradoxal, o futuro concessionário receberá uma estrutura pronta e renovada para exploração lucrativa, sem ter arcado com os custos de sua implantação e modernização; que a própria lei que autorizou a concessão (originada do Projeto de Lei nº 088/2023) foi alvo de intensa controvérsia na Câmara Municipal.
Externou que o edital em questão seria um instrumento para algo contrário ao interesse público, configurando uma manobra para entregar o patrimônio público valorizado à exploração privada, em flagrante prejuízo ao erário e para a população que financiou as melhorias.
Sustentou que o edital viola o princípio da moralidade administrativa; que há desvio de finalidade, pois, "ao transferir o ativo valorizado para um particular que irá auferir lucro, a Administração Pública desvia a finalidade do gasto original, transformando-o em um subsídio direto para a atividade privada"; que há configuração de enriquecimento ilícito do futuro concessionário e lesão ao erário, na medida em que este receberá um ativo de alto valor econômico sem a correspondente contrapartida de investimento; que há nulidade do ato por vício de objeto.
Por fim, requereu:
a) O recebimento e o processamento da presente Representação;
b) A concessão de MEDIDA CAUTELAR, inaudita altera parte, para determinar ao Município de Terra Rica a SUSPENSÃO IMEDIATA do Edital de Concorrência Eletrônica nº 13/2025 (Processo nº 185/2025), abstendo-se de realizar a sessão de abertura e de praticar quaisquer atos subsequentes até a decisão de mérito por esta Corte;
c) A notificação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Terra Rica para que, no prazo regimental, apresente as justificativas para a realização do certame, especialmente quanto à moralidade e à economicidade de conceder um bem público recém-reformado com vultosos aportes públicos;
d) No mérito, que seja julgada procedente a presente Representação para: d.1) Confirmar a medida cautelar e declarar a NULIDADE do Edital de Concorrência Eletrônica nº 13/2025 e de todos os atos dele decorrentes, por vício material de objeto, violação aos princípios da moralidade administrativa, desvio de finalidade e lesividade ao erário; d.2) Determinar a apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa às ilegalidades apontadas, com a aplicação das sanções cabíveis.
É o relatório.
Configurado o feito como Representação, o peticionário deveria ter anexado seu documento de identidade e comprovante de endereço, consoante artigo 34[1] da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e artigo 276, caput e §1°[2], do Regimento Interno desta Corte.
Desse modo, conforme artigo 354[3] do Regimento Interno, visando ao saneamento do processo, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo a fim de que, nos termos regimentais, promova a intimação de JOSÉ HENRIQUE DE ARAÚJO FERVENÇA para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente documento de identificação e comprovante de endereço, sob pena de não recebimento do expediente por falta de requisito de admissibilidade.
Publique-se.
Curitiba, 30 de setembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.
__2__. Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
§ 1º. O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.
__3__. Art. 354. O Relator determinará todas as providências e diligências, proferindo os despachos interlocutórios necessários ao saneamento do processo, ressalvadas as hipóteses de delegação previstas neste Regimento.

PROCESSO N.º: 286064/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
INTERESSADO: CLARICE LOURENCO THERIBA, CLAUDIA APARECIDA GALI, GIOVANI MAFFINI, INSTITUTO CONFIANCCE, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, RITA MARIA SCHIMIDT
PROCURADOR/ADVOGADO: GILBERTO RODRIGUES BAENA, JAQUELINE MARQUES DE SOUZA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI, VINICIUS JOSÉ BESCIAK, FELIPE GAN
ASSUNTO: RECURSO DE AGRAVO
DESPACHO: 1639/25
Tratam os presentes autos de recurso de agravo formulado pelo Ministério Público de Contas contra a decisão monocrática consubstanciada no Despacho nº 57/25-GCAZ, que determinou "a baixa de responsabilidade de GIOVANI MAFFINI, INSTITUTO CONFIANCCE, CLAUDIA APARECIDA GALI, referente à Certidão de Débito 544/2020, advinda de sanção de restituição de valores determinada no item 'II – a' do Acórdão nº 783/17 – S1C (peça 93), tendo em vista a extinção da Execução Fiscal nº 0001991-93.2021.8.16.0150, diante do acolhimento da Exceção de Pré-Executividade" (autos 190470/09, peça 281, grifo nosso).
O Acórdão 783/17 da Primeira Câmara,[1] referido no despacho agravado, julgou irregular a prestação de contas de transferência examinada e, no item especificamente indicado no despacho agravado, determinou a restituição de valores, nos seguintes termos:
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I - Julgar irregular a prestação de contas referente aos Termos de Parceria nºs 67/2007, 86/2007, 87/2007, 88/2007, 89/2007 e 90/2007, celebrado entre o Município de Santa Helena e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Instituto CONFIANCCE, CNPJ nº 07.317.015/0001-27, referente ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da senhora Rita Maria Schimidt, CPF 431.049.329-72, do senhor Giovani Maffini, CPF 740.505.249-53, da senhora Clarice Lourenço Theriba, CPF 810.046.309-30 e da senhora Cláudia Aparecida Gali, CPF 661.361.219-72;
II - determinar:
a) o recolhimento integral dos recursos repassados, no valor de R$ 10.762.673,25 (dez milhões, setecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos), devidamente corrigidos a partir de 31/12/2008, data do repasse (peça 3, fls. 6), solidariamente entre o Instituto Confiancce – Curitiba, a senhora Cláudia Aparecida Gali e o senhor Giovani Maffini, com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar n. 113/2005[2];
[...]
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros NESTOR BAPTISTA e FABIO DE SOUZA CAMARGO e o Auditor SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas VALERIA BORBA.
Sala das Sessões, 7 de março de 2017 – Sessão nº 6. (Grifos no original.)
O Tribunal Pleno, no Acórdão 2405/25 (peça 9), adotando o entendimento que propus

em voto divergente, deu provimento ao recurso de agravo, para que este Tribunal tão somente suspenda a sanção de restituição de valores indicada no item II, "a", do Acórdão nº 783/17 da Primeira Câmara e registrada pela Coordenadoria de Medidas Executórias nos termos da Informação 3275/2020- CMEX,[3] sem proceder à baixa de responsabilidades neste momento, acompanhando-se no mais, o voto do Conselheiro Augustinho Zucchi, quanto às medidas a serem adotadas pelo Tribunal com o intuito de resguardar a validade e a eficácia do Acórdão nº 783/17 da Primeira Câmara e as competências deste Tribunal de Contas.[4]

Na sequência, o, sr. Giovani Maffini, opôs embargos de declaração (peças 12 a 15), alegando a existência de omissões, contradições e obscuridade no acórdão embargado.

Considerando que preenchem os requisitos previstos nos artigos 69[5] e 76[6] da Lei Orgânica, recebo os referidos embargos, com os efeitos previstos no último dos aludidos dispositivos.

Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para autuação dos embargos de declaração (peças 12 a 15) – inclusive com a inserção dos advogados constantes da procuração à peça 15 – e distribuição a este relator, nos termos do artigo 490, § 1º, do Regimento Interno.[7]

Após, retornem.

Publique-se.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

IVAN LELIS BONILHA

Conselheiro Relator

_____

__1__. Autos 190470/09, peça 93.

__2__. Art. 18. Quando julgar as contas irregulares, havendo dano, o Tribunal de Contas condenará o responsável ao recolhimento da dívida, atualizada monetariamente e com os acréscimos legais devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe multa nos termos da lei, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

__3__. Autos 190470/09, peça 173.

__4__. Ementa: Recurso de agravo. Prestação de contas de transferência. Restituição de valores. Execução fiscal. Certidão de dívida ativa declarada nula pelo Poder Judiciário, com fundamento na incompetência da Corte de Contas para apreciar, em caráter definitivo, atos de gestão do chefe do Poder Executivo municipal. Ausência de participação deste Tribunal de Contas e do Estado do Paraná no processo judicial. Nulidade absoluta da decisão. Não cabimento da baixa de responsabilidades. Provimento do recurso de agravo. Cabimento da suspensão da sanção de restituição de valores. Necessidade de adoção de medidas com o intuito de resguardar a validade e a eficácia do Acórdão 783/17 da Primeira Câmara e as competências deste Tribunal de Contas. Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA (voto vencedor), JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e o Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO.

Os Conselheiros MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI (vencido), apresentaram voto pelo não provimento do recurso de agravo.

__5__. Art. 69. A petição recursal, acompanhada das razões, será dirigida ao Relator, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.

Parágrafo único. Nos municípios do interior, para efeito de tempestividade, será considerada a data de postagem no correio como a de sua interposição, nos termos do Regimento Interno.

__6__. Art. 76. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:

I – contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou,

II – omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

§ 1º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado competente.

§ 2º A interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo para interposição de recursos contra a decisão embargada, desde que tempestivos

__7__. Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão: [...]

§ 1º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado em que foi proferida essa mesma decisão.

PROCESSO N.º: 266605/04
ENTIDADE: APMF DO COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL BELLEGARD DE CURITIBA
INTERESSADO: AIRTON AIRES DE MIRANDA, ANA SERES TRENTO COMIN, APMF DO COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL BELLEGARD DE CURITIBA, FLÁVIO JOSÉ ARNS, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE
PROCURADOR/ADVOGADO: GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS KLOSS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
DESPACHO: 1641/25

Trata-se da fase de cumprimento do Acórdão 2573/13 da Segunda Câmara (peça 87), que julgou regulares as contas apreciadas na presente prestação de contas de transferência, relativa ao Convênio nº 2303/1998, referente aos exercícios financeiros de 1998 a 2010, tendo por objeto a execução de obras de melhoria no Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard de Curitiba.

O acórdão deliberou por "Recomendar ao atual titular da Secretaria de Estado da Educação que promova, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), o registro patrimonial da obra, inclusive averbando-a junto à matrícula do imóvel, conforme disciplinam as Leis nº 6.015/73 (art. 167, II) nº 8.212/91 (art. 30, VI, 47, II, e 49, § 1, combinados com o Decreto nº 3.048/99)".

Conforme relato da 2ª Inspetoria de Controle Externo, "O histórico processual revela inúmeras prorrogações de prazo concedidas entre 2014 e 2023, variando de 60 a 180 dias, com base no art. 386, inciso II, do Regimento Interno do TCE-PR" (peça 271, p. 2).

Por meio do Despacho 1614/24 (peça 260), diante das informações contidas na petição juntada à peça 255 pela Secretaria de Estado da Educação, relatando a adoção de medidas administrativas no sentido do cumprimento da decisão deste Tribunal, e considerando que a 2ª Inspetoria de Controle Externo (Informação 94/24, peça 259) não se opôs à concessão da dilação de prazo para o cumprimento da decisão, deferi a prorrogação de prazo por 180 (cento e oitenta) dias.

Chegado o fim do prazo concedido, a SEED prestou novas informações (peça 264) e a Coordenadoria de Medidas Executórias encaminhou os autos a este relator "para deliberar sobre o encaminhamento dos autos para análise da Inspetoria responsável pela fiscalização da entidade" (peça 265).

Por meio do Despacho 1170/25 (peça 266), encaminhei os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) para instrução quanto ao cumprimento da decisão (Acórdão 2573/13-2C, peça 87) e, caso não tivesse sido cumprida, quanto ao cabimento de dilação de prazo para tanto, à luz da recente manifestação da Secretaria de Estado da Educação (peça 264).

A CAGE apresentou a seguinte análise técnica (Instrução 2659/25, peça 268):

Em análise ao conteúdo na petição juntada pela Secretaria de Estado da Educação, entendemos que não houve o cumprimento da Determinação, tendo em vista que a decisão proferida, nos termos do item III, do Acórdão nº 2573/13-S2C (Peça nº 87), foi expressa para que aquela pasta apresentasse promovesse a regularização do registro patrimonial da obra, inclusive averbando-a junto à matrícula do imóvel.

Ocorre que mesmo após 13 anos desde o julgamento da prestação de contas da transferência voluntária, não se vislumbra essa medida, tão somente busca justificar os reincidentes atrasos, pois consta da mesma petição, quadro 01 (fls. 2 a 4 da peça 264) as reiteradas prorrogações, as quais, adicionadas a atual, já somam 22, tendo sido multiplicando o prazo da determinação inicial em 26 vezes.

Com base em tais fundamentos, a unidade técnica concluiu que:

1- A SEED não cumpriu a decisão proferida;

2- Inexiste razoabilidade à extrapolação do prazo da determinação em 26 vezes, com duração de 13 anos após o julgamento; e

3- A incapacidade de cumprimento indica possibilidade de morosidade e ineficiência dos serviços públicos.

Por fim, a coordenadoria sugeriu os seguintes encaminhamentos:

1- Considerar descumprida a determinação, asseverando as medidas por meio de imposição medidas punitivas aos gestores da SEED no período de 2014 até o presente momento, a exemplo da multa prevista no art. 87, III, f, descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas, e art. 87, IV, h;

2- Considerando as funções do Município quanto aos trâmites burocráticos necessários ao registro, definir novo e derradeiro prazo para que a SEED conclua o processo e realize os registros patrimoniais adequados, nos termos da determinação contida no item III, do Acórdão nº 2573/13-S2C (Peça nº 87), para o qual sugerimos as seguintes extensões:

I- Citação do Município de Curitiba para que agilize os trâmites de sua competência, podendo ser incluído no polo passivo, ou sujeito a penalidade, caso não se manifesta ou não conclua seus trâmites em prazo razoável;

II- Ainda, caso não se cumpra a determinação em novo prazo derradeiro, imposição medidas punitivas ao gestor da SEED pelo descumprimento da decisão, a exemplo da multa prevista no art. 87, III, f, descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas, e art. 87, IV, h, considerando a mora injustificável, se houver novas investidas protelatórias sem a solução definitiva da recomendação.

03- Por derradeiro, considerando que a decisão não impacta especificamente em uma transferência, uma vez a prestação de contas foi julgada regular, mas trata da necessidade de adoção de medidas administrativas para a regularização da obra, e também, a capacidade regimental limitada desta CAGE quanto a opinar em determinações para a gestão da Secretaria de Estado da Educação-SEED, ou quanto avaliação específica de obras, sugerimos, ainda, o envio deste processo para pronunciamento da 2ª Inspetoria de Controle Externo, conforme as competências regimentais contidas nos incisos I, III e VI, do art. 157, e/ou para a Coordenadoria de Obras Públicas, conforme suas competências contidas nos incisos XI, XII, e parágrafo único, do art. 175-M, do Regimento Interno, além outras unidades que por ventura se entender pertinente.

Diante do contido no item 03 da Instrução 2659/25-CAGE (peça 268),[1] encaminhei os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para instrução quanto ao cumprimento da decisão (Acórdão 2573/13-2C, peça 87) e, caso não tivesse sido cumprida, quanto ao cabimento de dilação de prazo para tanto, à luz da recente manifestação da Secretaria de Estado da Educação (peça 264), sem prejuízo à indicação de outras eventuais diligências ou medidas que considerasse pertinentes (peça 269).

A inspetoria opinou por baixa de responsabilidade, consoante a seguinte conclusão de sua instrução técnica (peça 271):

Verifica-se que a prestação de contas foi julgada regular, a multa foi quitada pela ex-Secretária da Educação, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, restando tão somente a apreciação da recomendação não cumprida.

Por todo o exposto, passados mais de 26 anos e 11 meses da celebração do convênio, entende-se desarrazoável a aplicação de multas, bem como a conversão da recomendação em determinação legal.

Eventual conversão em determinado agora pode gerar sim perda de efetividade da sanção ou efetiva dificuldade na produção de provas.

Assim, com as vênias de estilo, a 2ª Inspetoria de Controle Externo defende que seja dada BAIXA DE RESPONSABILIDADE em face da recomendação contida no Acórdão nº 2573/13-2C (peça 87) e arquivada a prestação de contas.

Acatadas as recomendação desta unidade, caso assim entenda o Douto Relator, ao seu alvitre, que seja oficiado ao FUNDEPAR, comunicando que a decisão do Tribunal de Contas do Paraná não impede que aquela entidade tome as providências por ela informadas nas peças 263 e 264.

Encaminhe-se ao Ministério Público para manifestação acerca do cumprimento da decisão (Acórdão 2573/13-2C, peça 87), haja vista a atribuição prevista no artigo 149, inciso IV, da Lei Orgânica.[2]

Após, retornem.

Publique-se.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

IVAN LELIS BONILHA

Conselheiro Relator

_____

__1__. "03- Por derradeiro, considerando que a decisão não impacta especificamente em uma transferência, uma vez a prestação de contas foi julgada regular, mas trata da necessidade de adoção de medidas administrativas para a regularização da obra, e também, a capacidade regimental limitada desta CAGE quanto a opinar em determinações para a gestão da Secretaria de Estado da Educação-SEED, ou quanto avaliação específica de obras, sugerimos, ainda, o envio deste processo para pronunciamento da 2ª Inspetoria de Controle Externo, conforme as competências regimentais contidas nos incisos I, III e VI, do art. 157, e/ou para a Coordenadoria de Obras Públicas, conforme suas competências contidas nos incisos XI, XII, e parágrafo único, do art. 175-M, do Regimento Interno, além outras unidades que por ventura se entender pertinente."

__2__. Art. 149. Competem ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:

[...]

IV – velar supletivamente pela execução das decisões do Tribunal, promovendo as diligências e atos necessários junto às autoridades competentes, para que a Fazenda Pública receba

importâncias atinentes às multas, alcance, restituição de quantias e outras imposições legais, objeto de decisão do Tribunal;

PROCESSO N.º: 109839/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADO: MAURICIO LENSE, MUNICÍPIO DE GUARATUBA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO: 1650/25

Por meio deste expediente, o Município de Guaratuba informa a instauração de tomada de contas especial relativamente ao "FATO nº 1 do Relatório do Diagnóstico Situacional, oriundo da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento de Guaratuba, que trata das divergências históricas das conciliações e dados do SIM-AM" (peça 3).

Os autos 110071/25 e 110128/25, também sob minha relatoria, versam sobre outros fatos contidos no mesmo relatório.

Em atenção à Instrução 211/25 da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar – CAIS (peça 9), determinei a intimação do Município de Guaratuba, na pessoa de seu representante legal, para que apresentasse, no prazo de 15 (quinze) dias, o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria nº 0002/2025, bem como a decisão administrativa final do Município no procedimento (peça 10).

Em resposta, o Município informou que "em razão da complexidade técnica dos fatos apurados e das diligências em andamento, foi editada a Portaria nº 15.538, de 31 de julho de 2025, que prorrogou por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pelas Portarias/Resoluções PMG nº 0001/2025 a 0011/2025" (peça 14).

Segundo o Município, "A decisão administrativa encontra respaldo no art. 198 da Lei Estadual nº 20.656/2021, o qual admite prorrogação do prazo para a conclusão da Tomada de Contas Especial, tendo como justificativa técnica para a prorrogação foi formalmente apresentada pela Comissão em 30/07/2025, ressaltando a necessidade de: 1. complementação de bases de dados fiscais e contábeis; 2. apoio técnico-jurídico especializado da Procuradoria Geral do Município; 3. cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa; 4. observância das diligências externas e interinstitucionais ainda em andamento".

Por fim, informou estar "à disposição para apresentar o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial dentro do prazo prorrogado pela Portaria mencionada".

A CAIS afirmou que "o caput do art. 198 da Lei Estadual nº 20.656/21[1] estabelece que o procedimento de Tomada de Contas Especial deveria ser concluído no prazo máximo de quatro meses, sem possibilidade de prorrogação, conforme determinado em seu parágrafo único" e remeteu os autos a este relator para deliberação (peça 15).

Embora a regra indicada preveja prazo máximo para a conclusão da tomada de contas especial pelo ente de origem, não prevê a consequência de sua extrapolação. No caso, a Administração municipal promoveu a motivada prorrogação do prazo inicialmente previsto, conforme denota a peça 14.

Ademais inexiste nos autos indicativo de que o prazo estabelecido seja excessivo ou gere prejuízo aos interessados ou ao interesse público.

Considerando que a portaria de instauração da tomada de contas especial é datada de 03/02/2025 (peça 4), que o prazo previsto no artigo 198 da Lei Estadual nº 20.656/21 é de 4 meses e que a prorrogação efetivada pela nova portaria municipal (peça 14) é de 6 meses (180 dias) contados do término do prazo originalmente fixado, considero apropriado, com fundamento nos artigos 351, caput,[2] e 427[3] do Regimento Interno, o sobrestamento do feito até 03/12/2025, data até a qual o Município deverá juntar aos presentes autos o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria nº 0002/2025, bem como a decisão administrativa final do Município no procedimento.

Oportunamente, encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para certificação da comunicação do sobrestamento ao Colegiado.

Durante o sobrestamento, o processo deverá permanecer na CAIS, unidade responsável pela instrução do presente feito.

Publique-se.

Curitiba, 1 de outubro de 2025.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Art. 198. O procedimento de tomada de contas especial deverá ser concluído em até quatro meses, contados da data de sua instauração, devendo a comissão processante observar os seguintes prazos:
I - quinze dias para apresentação de defesa e juntada de documentos;
II - quinze dias para produção complementar de provas e saneamento do feito;
III - quinze dias para esclarecimentos complementares, quando solicitados pela comissão;
IV - quinze dias para emissão de relatório conclusivo da tomada de contas especial e ciência do relatório à autoridade administrativa competente.
Parágrafo único. Os prazos previstos nos incisos I a IV do caput deste artigo poderão ser prorrogados, a critério da comissão processante, não ultrapassado o prazo máximo de que trata o caput deste artigo.
__2__. Art. 351. O Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho, de ofício ou por provocação da unidade instrutiva ou do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o sobrestamento do julgamento ou da apreciação, a citação, a intimação dos responsáveis, ou outras providências consideradas necessárias ao seu saneamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
Parágrafo único. Distribuídos, os processos serão encaminhados diretamente às unidades administrativas competentes, ressalvadas as hipóteses que comportem o juízo de admissibilidade.
__3__. Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
§ 1º Da decisão de sobrestamento deverá constar, de forma específica e detalhada, o fato que enseje o sobrestamento e a indicação de sua relevância para o deslinde do processo.
§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 3º Se o sobrestamento resultar de ordem judicial, a Diretoria Jurídica ficará responsável pelo acompanhamento do processo do qual se originou essa determinação. (Redação dada pela Resolução n° 2/2006)
§ 4º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 5º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 6º O processo que der causa a sobrestamento deverá ser identificado no sistema, com a indicação do número de processos sobrestados em decorrência deste, e a ele deverá ser garantido tratamento prioritário pelas unidades. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º: 110071/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADO: MAURICIO LENSE, MUNICÍPIO DE GUARATUBA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO: 1651/25

Por meio deste expediente, o Município de Guaratuba informa a instauração de tomada de contas especial relativamente ao "FATO nº 8 do Relatório do Diagnóstico Situacional, oriundo da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento de Guaratuba, que trata do Remanejamento orçamentário – Abertura de Créditos" (peça 3).

Os autos 109839/25 e 110128/25, também sob minha relatoria, versam sobre outros fatos contidos no mesmo relatório.

Em atenção à Instrução 208/25 da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar – CAIS (peça 9), determinei a intimação do Município de Guaratuba, na pessoa de seu representante legal, para que apresentasse, no prazo de 15 (quinze) dias, o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria nº 0008/2025, bem como a decisão administrativa final do Município no procedimento.

Em resposta, o Município informou que "em razão da complexidade técnica dos fatos apurados e das diligências em andamento, foi editada a Portaria nº 15.538, de 31 de julho de 2025, que prorrogou por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pelas Portarias/Resoluções PMG nº 0001/2025 a 0011/2025" (peça 14).

Segundo o Município, "A decisão administrativa encontra respaldo no art. 198 da Lei Estadual nº 20.656/2021, o qual admite prorrogação do prazo para a conclusão da Tomada de Contas Especial, tendo como justificativa técnica para a prorrogação foi formalmente apresentada pela Comissão em 30/07/2025, ressaltando a necessidade de: 1. complementação de bases de dados fiscais e contábeis; 2. apoio técnico-jurídico especializado da Procuradoria Geral do Município; 3. cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa; 4. observância das diligências externas e interinstitucionais ainda em andamento".

Por fim, informou estar "à disposição para apresentar o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial dentro do prazo prorrogado pela Portaria mencionada".

A CAIS afirmou que "o caput do art. 198 da Lei Estadual nº 20.656/21[1] estabelece que o procedimento de Tomada de Contas Especial deveria ser concluído no prazo máximo de quatro meses, sem possibilidade de prorrogação, conforme determinado em seu parágrafo único" e remeteu os autos a este relator para deliberação (peça 15).

Embora a regra indicada preveja prazo máximo para a conclusão da tomada de contas especial pelo ente de origem, não prevê a consequência de sua extrapolação. No caso, a Administração municipal promoveu a motivada prorrogação do prazo inicialmente previsto, conforme denota a peça 14.

Ademais inexiste nos autos indicativo de que o prazo estabelecido seja excessivo ou gere prejuízo aos interessados ou ao interesse público.

Considerando que a portaria de instauração da tomada de contas especial é datada de 03/02/2025 (peça 4), que o prazo previsto no artigo 198 da Lei Estadual nº 20.656/21 é de 4 meses e que a prorrogação efetivada pela nova portaria municipal (peça 14) é de 6 meses (180 dias) contados do término do prazo originalmente fixado, considero apropriado, com fundamento nos artigos 351, caput,[2] e 427[3] do Regimento Interno, o sobrestamento do feito até 03/12/2025, data até a qual o Município deverá juntar aos presentes autos o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria nº 0008/2025, bem como a decisão administrativa final do Município no procedimento.

Oportunamente, encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para certificação da comunicação do sobrestamento ao Colegiado.

Durante o sobrestamento, o processo deverá permanecer na CAIS, unidade responsável pela instrução do presente feito.

Publique-se.

Curitiba, 1º de outubro de 2025.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Art. 198. O procedimento de tomada de contas especial deverá ser concluído em até quatro meses, contados da data de sua instauração, devendo a comissão processante observar os seguintes prazos:
I - quinze dias para apresentação de defesa e juntada de documentos;
II - quinze dias para produção complementar de provas e saneamento do feito;
III - quinze dias para esclarecimentos complementares, quando solicitados pela comissão;
IV - quinze dias para emissão de relatório conclusivo da tomada de contas especial e ciência do relatório à autoridade administrativa competente.
Parágrafo único. Os prazos previstos nos incisos I a IV do caput deste artigo poderão ser prorrogados, a critério da comissão processante, não ultrapassado o prazo máximo de que trata o caput deste artigo.
__2__. Art. 351. O Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho, de ofício ou por provocação da unidade instrutiva ou do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o sobrestamento do julgamento ou da apreciação, a citação, a intimação dos responsáveis, ou outras providências consideradas necessárias ao seu saneamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
Parágrafo único. Distribuídos, os processos serão encaminhados diretamente às unidades administrativas competentes, ressalvadas as hipóteses que comportem o juízo de admissibilidade.
__3__. Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
§ 1º Da decisão de sobrestamento deverá constar, de forma específica e detalhada, o fato que enseje o sobrestamento e a indicação de sua relevância para o deslinde do processo.
§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 3º Se o sobrestamento resultar de ordem judicial, a Diretoria Jurídica ficará responsável pelo acompanhamento do processo do qual se originou essa determinação. (Redação dada pela Resolução n° 2/2006)
§ 4º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)

§ 5º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 6º O processo que der causa a sobrestamento deverá ser identificado no sistema, com a indicação do número de processos sobrestados em decorrência deste, e a ele deverá ser garantido tratamento prioritário pelas unidades. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º: 110128/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADO: MAURICIO LENSE, MUNICÍPIO DE GUARATUBA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO: 1652/25

Por meio deste expediente, o Município de Guaratuba informa a instauração de tomada de contas especial relativamente ao "FATO nº 10 do Relatório do Diagnóstico Situacional, oriundo da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento de Guaratuba, que trata da Situação das Licitações e atraso no envio de informações" (peça 3).

Os autos 109839/25 e 110071/25, também sob minha relatoria, versam sobre outros fatos contidos no mesmo relatório.

Em atenção à Instrução 209/25 da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar – CAIS (peça 9), determinei a intimação do Município de Guaratuba, na pessoa de seu representante legal, para que apresentasse, no prazo de 15 (quinze) dias, o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria nº 0010/2025, bem como a decisão administrativa final do Município no procedimento.

Em resposta, o Município informou que "em razão da complexidade técnica dos fatos apurados e das diligências em andamento, foi editada a Portaria nº 15.538, de 31 de julho de 2025, que prorrogou por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pelas Portarias/Resoluções PMG nº 0001/2025 a 0011/2025" (peça 14).

Segundo o Município, "A decisão administrativa encontra respaldo no art. 198 da Lei Estadual nº 20.656/2021, o qual admite prorrogação do prazo para a conclusão da Tomada de Contas Especial, tendo como justificativa técnica para a prorrogação foi formalmente apresentada pela Comissão em 30/07/2025, ressaltando a necessidade de: 1. complementação de bases de dados fiscais e contábeis; 2. apoio técnico-jurídico especializado da Procuradoria Geral do Município; 3. cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa; 4. observância das diligências externas e interinstitucionais ainda em andamento".

Por fim, informou estar "à disposição para apresentar o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial dentro do prazo prorrogado pela Portaria mencionada".

A CAIS afirmou que "o caput do art. 198 da Lei Estadual nº 20.656/21[1] estabelece que o procedimento de Tomada de Contas Especial deveria ser concluído no prazo máximo de quatro meses, sem possibilidade de prorrogação, conforme determinado em seu parágrafo único" e remeteu os autos a este relator para deliberação (peça 15).

Embora a regra indicada preveja prazo máximo para a conclusão da tomada de contas especial pelo ente de origem, não prevê a consequência de sua extrapolação. No caso, a Administração municipal promoveu a motivada prorrogação do prazo inicialmente previsto, conforme denota a peça 14.

Ademais inexiste nos autos indicativo de que o prazo estabelecido seja excessivo ou gere prejuízo aos interessados ou ao interesse público.

Considerando que a portaria de instauração da tomada de contas especial é datada de 03/02/2025 (peça 4), que o prazo previsto no artigo 198 da Lei Estadual nº 20.656/21 é de 4 meses e que a prorrogação efetivada pela nova portaria municipal (peça 14) é de 6 meses (180 dias) contados do término do prazo originalmente fixado, considero apropriado, com fundamento nos artigos 351, caput,[2] e 427[3] do Regimento Interno, o sobrestamento do feito até 03/12/2025, data até a qual o Município deverá juntar aos presentes autos o Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria nº 0010/2025, bem como a decisão administrativa final do Município no procedimento.

Oportunamente, encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para certificação da comunicação do sobrestamento ao Colegiado.

Durante o sobrestamento, o processo deverá permanecer na CAIS, unidade responsável pela instrução do presente feito.

Publique-se.

Curitiba, 1º de outubro de 2025.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Art. 198. O procedimento de tomada de contas especial deverá ser concluído em até quatro meses, contados da data de sua instauração, devendo a comissão processante observar os seguintes prazos:*
I - quinze dias para apresentação de defesa e juntada de documentos;
II - quinze dias para produção complementar de provas e saneamento do feito;
III - quinze dias para esclarecimentos complementares, quando solicitados pela comissão;
IV - quinze dias para emissão de relatório conclusivo da tomada de contas especial e ciência do relatório à autoridade administrativa competente.
Parágrafo único. Os prazos previstos nos incisos I a IV do caput deste artigo poderão ser prorrogados, a critério da comissão processante, não ultrapassado o prazo máximo de que trata o caput deste artigo.
2. *Art. 351. O Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho, de ofício ou por provocação da unidade instrutiva ou do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o sobrestamento do julgamento ou da apreciação, a citação, a intimação dos responsáveis, ou outras providências consideradas necessárias ao seu saneamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
Parágrafo único. Distribuídos, os processos serão encaminhados diretamente às unidades administrativas competentes, ressalvadas as hipóteses que comportem o juízo de admissibilidade.
3. *Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.*
§ 1º Da decisão de sobrestamento deverá constar, de forma específica e detalhada, o fato que enseje o sobrestamento e a indicação de sua relevância para o deslinde do processo.
§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 3º Se o sobrestamento resultar de ordem judicial, a Diretoria Jurídica ficará responsável pelo acompanhamento do processo do qual se originou essa determinação. (Redação dada pela Resolução n° 2/2006)
§ 4º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 5º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 6º O processo que der causa a sobrestamento deverá ser identificado no sistema, com a indicação do número de processos sobrestados em decorrência deste, e a ele deverá ser garantido tratamento prioritário pelas unidades. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º: 364700/00
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
INTERESSADO: ANTONIO FRANCA BENJAMIM, ANTONIO LUIZ BAU, GILMAR MOURA, LUIZ YOSHIO SUZUKE, MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, RICARDO ENDRIGO
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1654/25

1. Considerando o contido na Informação nº 5453/25 da Coordenadoria de Medidas Executórias (peça nº 204), na Instrução nº 527/25 da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar (peça nº 206) e no Parecer nº 900/25-5PC do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (peça nº 207), autorizo, nos termos do art. 514[1] do Regimento Interno, a baixa de responsabilidade do Município de Medianeira relativamente ao item I da Resolução nº 7961/02-TP.
2. Encaminhe-se à Coordenadoria de Medidas Executórias, para a expedição da correspondente certidão de quitação e os devidos registros.
3. Não havendo outras medidas executórias a serem adotadas, desde logo declaro encerrado este processo, determinando o oportuno arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo, nos termos do art. 398, § 1º2, e do art. 168, VII3, ambos do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.
Curitiba, 1 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.*
2 Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de
gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e
certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação
dada pela Resolução n° 24/2010)
3 Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação
dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-540218/25
ASSUNTO:-REQUERIMENTO INTERNO
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1221/25

Em nova oportunidade, retorna o feito a este Gabinete, versando sobre requerimento interno oriundo do Gabinete do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, por meio do qual, diante dos eventuais impactos patrimoniais, sociais e operacionais sobre o procedimento de desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), requereu:

(i) a concessão de medida cautelar, de ofício, a fim de suspender o referido procedimento de privatização, tendo em vista as informações de que está previsto para o mês de novembro deste ano, o respectivo leilão;
(ii) a realização de audiência pública neste Tribunal de Contas para discussão do tema; e
(iii) a realização de estudos nesta Corte com vistas à regulamentação do fluxo de processos de concessão e desestatização, contemplando a intervenção do controle externo, oriundos de Municípios e do Estado do Paraná.

Em razão de designação de equipe de trabalho, feita pelo Gabinete da Presidência, para realização de auditoria e acompanhamento do referido processo de desestatização, da qual resultou expediente de representação em trâmite nesta Casa, sob a minha relatoria, determinei (Despacho n.º 1077/2025, peça 5) o encaminhamento do presente à 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ICE), para manifestação preliminar quanto à aparente conexão entre os dois processos.

Em resposta, dada pela Informação n.º 39/2025 (peça 7), a 4ICE asseverou:

"De fato, informa-se que há conexão entre os processos. As preocupações objetivas1 presentes no Relatório que acompanha a postulação (Peça 02, fls. 02-10) encontram-se, de alguma forma, materializadas nos 05 (cinco) Achados de Auditoria que compõem a Representação 51.723-2/25, que, inclusive, também apresenta pedido de expedição de cautelar" (fls. 1).

Consoante o apregoado pela unidade técnica há conexão entre os presentes autos e a referida representação em trâmite nesta Casa, a qual, desde já, informo que teve medida liminar concedida, suspendendo o referido processo de privatização, restando prejudicado o primeiro pedido ("a concessão de medida cautelar, de ofício, a fim de suspender o procedimento de desestatização da Companhia").

No que concerne à realização de estudos visando à regulamentação dos processos de concessão e desestatização, salvo melhor juízo, trata-se de medida cujo resultado seria veiculado por instrução normativa, cuja expedição, nos termos do artigo 193 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná[1] (RITCEPR), é competência do Presidente, competindo a esse o exercício de tal prerrogativa.

Quanto ao pedido de realização de audiência pública, é cediço que o assunto ostenta saliente importância, de modo a gerar preocupações, questionamentos e múltiplos entendimentos acerca da desestatização de uma empresa de singular vulto como a CELEPAR, o que justificaria a realização de uma audiência pública, permitindo ofertar melhores subsídios a este Tribunal de Contas, legitimando ainda mais a sua eventual

decisão, além de arejar o debate com a participação da sociedade civil.
Ante o exposto, cumpre determinar o encaminhamento dos presentes autos à Presidência desta Casa para deliberar:
(a) acerca da realização de estudos visando à regulamentação dos processos de concessão e desestatização, diante do previsto no artigo 193 do RITCEPR;
(b) caso haja interesse dessa Presidência, ouvida a 4ICE para verificar a oportunidade e conveniência, sobre a organização e realização da audiência pública requerida, em data a ser oportunamente fixada pelo Gabinete da Presidência, com a expedição de convite, caso assim entenda, para participação da sociedade e dos servidores e instituições indicados no Ofício n.º 39/2025 (peça 2)[2].
Curitiba, 22 de setembro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
1. Instrução Normativa é o ato do Presidente destinado à execução das Resoluções do Tribunal, vinculando os jurisdicionados de que trata o art. 3º, da Lei Complementar nº 113/2005, os membros e os demais servidores do Tribunal.
2. Governador do Estado do Paraná, Sr. Carlos Massa Ratinho Junior; Senado Federal, na pessoa de seu representante legal, Sr. Senador Davi Alcolumbre; - Comissão de Fiscalização e Controle, na pessoa de seu representante legal; Senador Sr. Sergio Moro, autor da iniciativa de convocação da audiência pública já realizada; Senador Sr. Flávio Arns; Senador Sr. Oriovisto Guimarães; Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Sr. Alexandre Curi; Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior, Sr. Fabio Oliveira; - Diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dado, Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior; Diretor-presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, Sr. André Gustavo Souza Garbosa; Representante da Comissão de Empregados da CELEPAR, Sr. Jonsue Trapp Martins; Sindicato dos Trabalhadores em Informática e Tecnologia da Informação do Paraná, na pessoa de seu representante legal; Polícia Federal, na pessoa de seu representante legal; Serviço Federal de Processamento de Dados, na pessoa de seu representante legal; Agência Brasileira de Inteligência, na pessoa de seu representante legal; Secretaria de Segurança Pública, na pessoa de seu representante legal; Secretaria de Educação, na pessoa de seu representante legal; Secretaria da Fazenda, na pessoa de seu representante legal; Secretaria da Saúde, na pessoa de seu representante legal; Secretaria da Justiça, na pessoa de seu representante legal; Secretaria da Administração e da Previdência, na pessoa de seu representante legal; Controladoria Geral do Estado do Paraná, na pessoa de seu representante legal; Ministério Público do Estado do Paraná, na pessoa de seu representante legal; Procuradoria Geral do Estado, na pessoa de seu representante legal; e Casa Civil, na pessoa de seu representante legal.

PROCESSO Nº:-596543/25
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR:-PAULO JORDANESSON FALCAO DE CARVALHO MARCOS
DESPACHO:-1226/25
Trata-se de denúncia apresentada por P.J.F.C.M, versando sobre possíveis irregularidades e ilegalidades identificadas no processo de migração e tratamento dos dados da S.E.S.P. e no processo de desestatização da C.T.I.C.P., apurados no Procedimento Preparatório n.º 0046.24.227866-4, do M.P.E.P.
Entre os principais pontos destacados, constam:
(i) suposta criação de estrutura de "data center fake" com o objetivo de viabilizar a privatização da C.T.I.C.P.;
(ii) contratações com empresa privada estrangeira (I.B.S.S.T) para operar sistemas críticos da S.E.S.P.;
(iii) potencial afronta ao disposto no artigo 4º, § 4º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
(iv) indícios de duplicidade contratual e ausência de estudos técnicos preliminares;
(v) riscos à segurança pública, à economicidade e à legalidade administrativa; e
(vi) parecer da P.G.E, indicando restrições constitucionais à transferência de competências da C.T.I.C.P. após eventual privatização.
Tais apontamentos podem ser objeto de esclarecimentos por parte da representada, razão pela qual se concede oportunidade para manifestação preliminar, com vistas à adequada formação do juízo de admissibilidade.
Diante do exposto, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para imediata inclusão na autuação e intimação da C.T.I.C.P., por meio de contato telefônico e e-mail, com certificação nos autos, para que apresente manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis. O não atendimento implicará na apreciação das medidas cautelares independentemente de sua prévia oitiva, nos termos do artigo 282, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
Após, retornem os autos para análise do juízo de admissibilidade e do pedido de tutela de urgência.
Curitiba, 22 de setembro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-617486/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1269/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, formulada por ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA EPP em face do Município de Pontal do Paraná, em razão de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n° 44/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de cartão alimentação aos agentes públicos municipais.
O representante insurge-se contra a previsão expressa no edital de aceitação de taxa de administração negativa (item 1.5 do edital), o que configuraria afronta ao Prejulgado n° 34[1] deste Tribunal de Contas, que veda a aplicação de taxas negativas quando se tratar de empregados públicos submetidos ao regime celetista.
Aduz, ainda, a necessidade de divisão do objeto em dois lotes diversos, considerando o caráter da relação jurídica estabelecida entre o Município de Pontal do Paraná e seus servidores, em que uma parcela é regida por estatuto próprio, e uma segunda parte é regida por regime celetista.
Ao final, requer a concessão da medida cautelar para suspender o certame e, no mérito, a reforma do edital.
Ao analisar a matéria, em juízo preliminar, não se vislumbram elementos suficientes que permitam, nesse momento, apreciar o pedido cautelar e realizar o juízo de admissibilidade do feito.
Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para intimar o Município de Pontal do Paraná, por contato telefônico e e-mail com certificação nos autos, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 48 horas, apresente manifestação preliminar quanto aos fatos que servem de substrato a presente representação, esclarecendo as questões suscitadas na inicial, e juntando cópia integral dos autos do processo licitatório.
Nessa oportunidade, o Município deve esclarecer, em especial, se a licitação é destinada exclusivamente aos servidores públicos estatutários ou se abrange também empregados públicos celetistas ou contratados temporariamente via PSS.
Curitiba, 30 de setembro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
1. I - A proibição estabelecida no art. 3°, I e III, da Lei n° 14.442/22 aplica-se apenas aos órgãos e entidades da Administração Pública cujo quadro de pessoal seja formado por empregados públicos, submetidos ao regime celetista, ficando vedada, por conseguinte, nesses casos, a aceitação de taxas de administração negativas em licitações para a contratação de pessoas jurídicas para o gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartões ou instrumentos congêneres; II - Quanto aos demais entes da Administração Pública, que concedem o auxílio-alimentação ou benefício de nomenclatura similar com base em previsão estatutária, não se aplica a restrição do art. 3°, I e III, da Lei n° 14.442/22, admitindo-se a taxa de administração negativa nas respectivas licitações para este objeto.

PROCESSO Nº:-86610/22
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
INTERESSADO:-ANTONIO FRANCA BENJAMIM, COORDENADORIA DE AUDITORIAS, MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1274/25
I. Considerando o contido na Instrução n.º 39/25, da Coordenadoria de Auditorias (peça 66), atestando o cumprimento da obrigação, autorizo a baixa de responsabilidade do MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, referente à determinação contida no Acórdão n.º 2068/23-STP (peça 30).
II. Encaminhe-se à Coordenadoria de Medidas Executórias para expedição da Certidão de Quitação de Obrigação em favor do responsável pelo cumprimento, nos termos do artigo 514 do Regimento Interno e registro.
III. Após, à Diretoria de Protocolo – DP para encerramento e arquivamento do processo, nos termos dos artigos 398, §1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
Curitiba, 1º de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 587510/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
INTERESSADOS: GERSO FRANCISCO GUSSO, L F PEDROZO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 1300/25
Retornam os autos de Representação da Lei de Licitações, com pedido de concessão de medida cautelar, formulada por L F Pedrozo Engenharia e Arquitetura – ME, contra atos do Município de Três Barras do Paraná, relativos à Concorrência Eletrônica nº 08/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de unidades habitacionais com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.
A representante alega que foi inabilitada indevidamente, sob o fundamento de ausência de vínculo formal dos profissionais constantes dos atestados apresentados, insuficiência quantitativa e irregularidade no balanço patrimonial. Sustenta que tais exigências não encontram amparo na Lei nº 14.133/2021, nem na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, representando restrições desproporcionais à competitividade do certame
Requer, em síntese: (i) o recebimento da representação; (ii) a concessão de medida cautelar para suspender o certame; (iii) a intimação do Município para apresentar informações; (iv) ao final, a declaração de ilegalidade das exigências e a habilitação da empresa.
Previamente a apreciação do pedido cautelar e do juízo de admissibilidade, determinei a intimação do Município de Três Barras do Paraná, para que apresentasse manifestação preliminar acerca da presente Representação da Lei de Licitações.
Por sua vez, o Município representado trouxe manifestação preliminar a fim de argumentar que a apresentação de atestados sem comprovação de vínculo atual ou relação direto com o objeto da licitação não satisfaz a exigência legal nem o previsto no edital; que grande parte dos atestados apresentados não apresentam pertinência com o requerido no certame e que os relacionados não suprem os quantitativos necessários; que a representante deixou de apresentar os termos de abertura e de encerramento do Livro Diário; que tal exigência se baseia nas boas práticas recomendadas por órgãos de controle e fomento, tal qual o PARANCIDADE - entidade vinculada ao Governo do Estado do Paraná, responsável por assessorar os municípios na execução de obras e serviços financiados por operações de crédito - o qual apresenta em suas minutas padrão de editais as mesmas exigências feitas pelo Representado; que esta própria Corte de Contas utiliza da mesma exigência em seus certames.
No tocante ao juízo de admissibilidade, com fundamento no art. 32, XII, do Regimento Interno[1] e art. 30 da Lei Complementar n.º 113[2], compreendo pelo recebimento da demanda para apuração mais aprofundada das supostas irregularidades apontadas. Nesse juízo preliminar, a existência de incertezas quanto à efetiva ocorrência dos fatos narrados na denúncia se resolve exclusivamente em favor do interesse público.
Contudo, em relação ao pedido cautelar de suspensão do certame, em sede de cognição sumária, deixo de deferir a medida, conforme fundamentação a seguir

exposta.
O artigo 300 do Código de Processo Civil, é claro ao tratar dos elementos necessários à concessão de tutela de urgência, sendo necessário que reste evidenciada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Igualmente, o artigo 53 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas dispõe o seguinte:
O Tribunal poderá determinar a aplicação de medidas cautelares, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Regimento Interno. (Redação dada pela Lei Complementar n. 213/18)
Em relação à probabilidade do direito, é necessário que a parte denunciante demostre que a pretensão é plausível, que há probabilidade da existência do direito.
Nas palavras dos processualistas Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart[3]:
Para obter a tutela cautelar, o autor deve convencer o juiz de que a tutela do direito provavelmente lhe será concedida. A admissão de uma convicção de verossimilhança, como suficiente à concessão da tutela cautelar, decorre do perigo de dano e da consequente situação de urgência, a impor solução e tutela jurisdicional imediatas.
Embora a Representação tenha apontado indícios de irregularidades, o Município logrou apresentar justificativas técnicas consistentes para as exigências editalícias, amparadas inclusive em decisões desta Casa de Contas.
Importa ressaltar que, segundo entendimento consolidado deste Tribunal e do Tribunal de Contas da União, o fumus boni iuris deve ser evidenciado de forma clara, com demonstração inequívoca da ilegalidade ou afronta direta à legislação. No caso dos autos, a existência de justificativas técnicas e recomendações institucionais a respeito das exigências de atestados de capacidade técnica operacional da empresa licitante e termo de abertura e encerramento do Livro Diário enfraquece o caráter de verossimilhança necessário à concessão da medida excepcional. Trata-se de controvérsia que demanda instrução probatória, análise mais detida e eventual cotejo técnico para aferir a pertinência ou não das exigências questionadas, não se revelando adequada a suspensão sumária do certame.
Não se verifica, portanto, ilegalidade manifesta e inequívoca apta a ensejar a suspensão imediata do certame. Trata-se de matéria que demanda análise de mérito e instrução complementar, não comportando juízo sumário restritivo das atividades administrativas.
O Representante não demonstrou indícios suficientes de risco concretos ou danos irreversíveis para afastar o interesse público na continuidade da execução do contrato administrativo.
O periculum in mora, para justificar a suspensão, deve traduzir risco concreto, imediato e de difícil reparação ao interesse público ou aos licitantes. A jurisprudência deste Tribunal tem entendido que é preciso demonstrar que a manutenção do ato trará dano efetivo, irreversível ou de difícil recomposição, situação não configurada na hipótese presente, especialmente porque o Município trouxe fundamentos técnicos robustos para a manutenção do certame.
Destaca-se que a jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido de que a suspensão de certames licitatórios constitui medida excepcional, admitida apenas quando demonstrada, de plano, a nulidade flagrante do edital ou risco grave e imediato à Administração ou aos licitantes, o que não se configura no presente caso.
Ainda, há de se apontar que a licitação já se encontra concluída, conforme extraído do sítio eletrônico do Município[4], tendo sido o contrato assinado na data de 10 de setembro de 2025.
Assim, não se encontram plenamente caracterizados os requisitos do art. 282 do Regimento Interno para o deferimento da tutela cautelar pretendida.
Diante do exposto, com fundamento no art. 282 do Regimento Interno, indefiro o pedido cautelar de suspensão do certame, formulado na presente Representação da Lei de Licitações, por ausência da demonstração concomitante dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.
Contudo, para melhor análise de mérito dos apontamentos de possíveis irregularidades destacadas pela Representante à peça 3, entendo pelo recebimento da presente Representação para melhor apreciação técnica e o seu regular trâmite.
Portanto, considerando que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar n.º 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, entendo pelo RECEBIMENTO da presente Representação, para aprofundamento do mérito que envolve a presente Representação, e INDEFIRO o pedido de medida cautelar pelas razões expostas.
Diante do exposto, decido:
1) RECEBER o presente expediente como Representação da Lei de Licitações, nos termos da fundamentação e com fundamento no art. 32, inciso XII, do Regimento Interno[5], para melhor apreciação técnica e o seu regular trâmite, quanto a Concorrência Eletrônica n.º 08/2025, do Município de Três Barras do Paraná.
2) Encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para:
(i) AUTUAÇÃO, como interessados:
- MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ;
- GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito do Município;
-VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING, Agente de Contratação;
(ii) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno[6], do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, por meio de seu representante legal, GERSO FRANCISCO GUSSO e VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING, Agente de Contratação, para que se manifestem sobre os termos desta Representação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, juntando aos autos os documentos que entenderem relevantes para o deslinde do feito.
Transcorrido o prazo para a apresentação de defesa, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e ao Ministério Público de Contas para manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 25 de setembro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
__2__. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.
__3__. ARINONI, Luis Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Processo Cautelar. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, pg. 29.
__4__. https://tresbarras.govbr.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&visao=2&anoproc=2025&nrproc=72&cdTipoLicitacao=20&licitacaoCompartilhada=0&numpaghist=1 <Acesso em 25/09/2025.
__5__. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: (...)
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria; (Incluído pela Resolução nº 58/2016)
__6__. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo: (Redação dada pela Resolução n° 2/2006) (...)
II - em 10 (dez) dias ser despachada pelo Conselheiro Relator, que mandará citar o responsável para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II, do art. 35, da Lei Complementar n° 113/2005; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

PROCESSO N.º: 610457/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE CORBÉLIA
INTERESSADOS: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, MUNICÍPIO DE CORBÉLIA
PROCURADORES: RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, THIAGO RAMOS PEREIRA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 1308/25
Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda., em face do Edital de Credenciamento n.° 06/2025 promovido pelo Município de Corbélia, que visa à contratação de "empresas especializadas na prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de Vale-Alimentação, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético com chip de segurança e senha individual, e aplicativo compatível com sistemas IOS e Android com funcionalidade para pagamento via QR Code, para recarga mensal destinada à aquisição de gêneros alimentícios e refeições pelos servidores da Prefeitura Municipal de Corbélia/PR. A contratação também abrangerá a operacionalização dos benefícios sociais instituídos pelos programas "Mesa Cheia" (Lei Municipal nº 1.289/2025) e "Mãe Corbeliense" (Lei Municipal nº 1.288/2025), por meio de cartões específicos destinados à aquisição de alimentos e itens essenciais por famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como a disponibilização de cartões voltados ao reembolso de despesas de viagens realizadas por motoristas a serviço do Município, conforme regulamentação do Decreto Municipal nº 003/2025".
Em sua petição inicial, a representante afirma sua intenção em participar do procedimento licitatório promovido, contudo compreende que a modalidade escolhida – o credenciamento – está equivocada, dado o critério de escolha, a exigência de rede prévia e o pagamento pós-pago, que direcionam o certame e prejudicam a ampla concorrência.
Discorre que o credenciamento, fundamentado no art. 74 da Lei n.º 14.133/2021, opera a contratação de um número ilimitado de interessados para prestação do serviço ou fornecimento do produto, que obedecerá a uma ordem alternada de distribuição objetiva dos contratos aos credenciados. O instituto é aplicado às hipóteses de inexigibilidade de licitação, sendo adequado aos casos em que não é viável a competição.
Argumenta que, no caso do objeto contratado, é possível a competição.
Sustenta que a licitação não se destina apenas para o cartão alimentação dos servidores da prefeitura, mas também para outros programas sociais, bem como para um fundo rotativo, havendo a junção de três licitações em uma só. Portanto, defende que a modalidade correta ao caso seria o Pregão.
Discorre também que o critério de escolha previsto no edital é incompatível com a legislação vigente, implicando em direcionamento do certame para grandes empresas. De igual modo, a exigência de que a empresa que se credenciar deverá apresentar rede credenciada direcionaria o certame para aquelas empresas que têm a quantidade de estabelecimentos exigida no edital.
Tais exigências seriam excessivas, afrontado aos princípios da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade.
O representante também se insurgiu contra a forma de pagamento estabelecida no edital, afirmando que deveria estar previsto o pagamento de forma pré-paga.
Por todo o exposto, pede pela suspensão liminar do procedimento licitatório, cujas inscrições de credenciamento encontram-se com a data limite de 29/09/2025.
É o relatório.
Previamente à apreciação do pedido cautelar e do juízo de admissibilidade, com fundamento no artigo 404 do Regimento Interno[1], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda à intimação do Município de Corbélia, na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente manifestação preliminar acerca da presente Representação, especialmente quanto à escolha pela modalidade de credenciamento, aos riscos de direcionamento do certame, e à forma de pagamento estabelecida no edital.
Publique-se.
Curitiba, 26 de setembro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.
Parágrafo único. A decisão do órgão colegiado ou do Relator que adotar a medida cautelar determinará também a oitiva da parte, para que se pronuncie em até quinze dias, ressalvada a hipótese do caput.

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO N°: 824476/23
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR: ADRIANA SIQUEIRA FAUSTO VAZ DE LIMA, ADRIANO MARCOS MARCON, ALEXANDRE HERLIN, ANA CLAUDIA GRIGGIO, ANA LUIZA COSTA MARTINS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANDRE PEREIRA DE MORAIS GARCIA, ANTONIO CARLOS PETTO JUNIOR, ARTHUR LISKE, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, BRUNA GIALORENCO JULIANO SPINOLA LEAL COSTA, CAIO MARIO FIORINI BARBOSA, DANIEL GUSTAVO MAGNANE SANFINS, DANIELA SHULLER DE ALMEIDA, DEBORA LUCIA TIEMY SATO DE MOURA, DENISE FILIPPETTO, DOUGLAS NADALINI, DUARTE GARCIA, SERRA NETTO E TERRA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, ELIANE RIBEIRO GAGO, ELIZABET NASCIMENTO POLLI, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, FERNANDA BENDER COLLODEL, FERNANDO BLASZKOWSKI, FERNANDO MASSARDO, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, FLAVIO CASCAES DE BARROS BARRETO, FRANCISCO RIBEIRO GAGO, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, GABRIELA BRAZ AIDAR, GABRIELA ORDINE FRANGIOTTI, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, GUSTAVO ROBERTO CAVALCANTE DO CARMO, INÁCIO HIDEO SANO, ISABELLA MARQUES DE CASTRO CORREALI, IVO KRAESKI, IZABELI DOMBROSKI, JANCELINE LABEGALINI SOARES, JAYR VIEGAS GAVALDAO JUNIOR, JESSICA YASMIN ALVES HACHEM, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOAQUIM BARBOSA DE ALMEIDA SPINDLER, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JOSE ANTONIO COSTA ALMEIDA, JOSE CARLOS BAPTISTA PUOLI, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, JOSIANE BECKER, JULIA CAFFARO GIUZIO DANTAS, JULIA MORO BONNET, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, JULIANA MORAIS, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, LARISSA DE MATTOS MACEDO ABREU, LARISSA RAMOS PONTONI, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, LUCAS TAVELLA MICHELAN, LUCIANA GUERRA FOGAROLLI, LUCIANO SILVA DE LIMA, LUIS EDUARDO MENEZES SERRA NETTO, LUIZ ARTHUR KLAS GINESTE DA CONCEICAO, LUMA ROLLI CARNEIRO, MANUELA REZENDE DE CARVALHO, MARCELLA CORREA MARTINS, MARCELO TERRA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, MARIA BEATRIZ SILVA E SOUZA, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARIANNA MORATO CAETANO IZARIAS, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, MARIO DE BARROS DUARTE GARCIA, MATEUS TORRES PENEDO NAVES, MAURICI ANTONIO RUY, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, MOEMA REFFO SUCKOW, PAOLA MARTINELLI SZANTO MENDES DOS SANTOS, PAULO ROBERTO FOGAROLLI FILHO, RAFAEL STEC TOLEDO, RAPHAEL BITTAR ARRUDA, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, RAQUEL GUERREIRO BRAGA, RENATA LORENA MARTINS DE OLIVEIRA, ROBERTO JUNQUEIRA DE SOUZA RIBEIRO, RODRIGO SCALAMANDRE DUARTE GARCIA, RUBIA MARA CAMANA, SAMIR WINTER, VALERIA FIORI DA SILVA, VERONICA FILIE MACIEL, WILSON DE TOLEDO SILVA JUNIOR
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1741/25

I. Mediante a petição intermediária n. 611640/25, o INSTITUTO ÁGUA E TERRA solicita a dilação do prazo para apresentação de sua manifestação, requerida pelo relator no Despacho n. 1420/25 (peça 106).
II. Em conformidade com o parágrafo único do art. 389 do Regimento Interno[1], autorizo a prorrogação do prazo em 15 (quinze) dias.
III. Retornem os autos à Diretoria de Protocolo para acompanhamento.
IV. Apresentada a resposta, encaminhem-se à 1ª Inspetoria de Controle Externo para nova instrução.
V. Publique-se.
Gabinete, 29 de setembro de 2025.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Assessor Especial de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____
1. Art. 389 (...) Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.
2. Instrução de Serviço n. 171/23, parcialmente alterada pela Instrução de Serviço n. 189/25.

PROCESSO N°: 826664/19
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO: AIRTON MOREIRA PINTO, DEBORA DOS ANJOS DANGUI, FABIANO MELO DOS SANTOS, FELIPE FURTADO FERREIRA, GLAUCIO BADUY GALIZE, HENRIQUE RODOLFO THEOBALD, HISSAM HUSSEIN DEHAINI, LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, MARCELO DAMBROSKI, MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, NEILOR DE CARVALHO PAES, THAIS DE ANDRADE FONSECA
PROCURADOR: DANIEL FERREIRA, GELSON LUIZ MEZZOMO, LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, MIGUEL FERREIRA FILHO, SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 1751/25

I. Mediante a petição intermediária n. 624105/25, o MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, representado pelo seu Procurador-Geral, GELSON LUIZ MEZZOMO, solicita a dilação do prazo para apresentação de sua manifestação, solicitada pelo relator no Despacho n. 1544/25 (peça 225).
II. Em conformidade com o parágrafo único do art. 389 do Regimento Interno[1], autorizo a prorrogação do prazo em 15 (quinze) dias.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para acompanhamento.
IV. Apresentada a resposta, ou vencido o prazo, retornem a este Gabinete.
V. Publique-se.
Gabinete, 1 de outubro de 2025.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Assessor Especial de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____
1. Art. 389 (...) Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.
2. Instrução de Serviço n. 171/23, parcialmente alterada pela Instrução de Serviço n. 189/25.

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO Nº:-172570/24
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO:-AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, IVAN FERREIRA DE MELO, LUIZ PEREIRA KEPPEN, ROSINHA APARECIDA FERREIRA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 81/25

Ato de Inativação. Pela Legalidade e Registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Augustinho Zucchi, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. Julgar pela legalidade e registro o ato de concessão de aposentadoria, Portaria n.º 1229/2024 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José dos Pinhais, de 01/03/2024, deferido a Sra. ROSINHA APARECIDA FERREIRA, PROFESSORA, após 26 anos, 04 meses e 17 dias, no valor mensal de R$ 6.953,88 (seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos) em conformidade com o disposto no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005 e art. 298, II, do Regimento Interno
Tendo em vista a Instrução 13244/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP)[1] e o Parecer 869/25 do Ministério Público de Contas (MPC)[2], ambos favoráveis à legalidade e registro do ato;
2. Determinar as seguintes medidas:
a) Publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
b) Após, à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento.
É a decisão.
Gabinete, em 29 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
1. Peça n° 14.
2. Peça n° 17.

PROCESSO Nº:-738875/24
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S.
INTERESSADO:-ALMIR DE ALMEIDA, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S., EDALVO FERREIRA DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 82/25

Admissão de Pessoal. Pelo Registro e Determinação.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Augustinho Zucchi, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. Julgar pela legalidade e registro de admissão complementar de pessoal realizada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA/AMERIOS 12ª R.S para provimento de vagas efetivas do seu quadro de pessoal, relativa ao Edital de Concurso Público nº 01/2015, publicado em 15/12/2015, por meio de Teste Seletivo estando em conformidade com o artigo 37, IX da Constituição Federal, com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005, e art. 298, I, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução nº. 2810/2025 - COAP (peça 19) e o Parecer nº. 857/25 - Ministério Público de Contas (peça 22), ambos favoráveis ao registro do Ato com a Determinação de que o Consórcio, em futuros certames, atente-se aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018.;
2. Determinar a publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
3. Encaminhar à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) para os fins do art. 175-R, incisos I, alínea a do Regimento Interno desta Corte; e após a Diretoria de Protocolo (DP) para o Encerramento e Arquivo, nos termos regimentais.
Publique-se.
Gabinete, em 29 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO Nº:-157388/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-BENEDITA GOMES DE LIMA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 83/25

Revisão de Proventos. Legalidade e registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Augustinho Zucchi, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno desta Corte de Contas, DECIDE:
1. Julgar pela legalidade e registro de revisão de proventos de aposentadoria, Portaria nº 10.342, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu nº 5.178,

de 11/03/2025, revisando a Portaria n° 4.755/14, deferido a Sra. BENEDITA GOMES DE LIMA, CPF: 337.577.631-49, AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, com proventos mensais e integrais no valor de R$ 1.558,69 (mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005, e art. 298, II e art. 428, II, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução 14661/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP)[1] e o Parecer 828/25 do Ministério Público de Contas (MPC)[2], ambos favoráveis à legalidade e registro do Ato;
2. Determinar a publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
3. Encaminhar à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) para os fins do art. 175-R, inciso I, b, Regimento Interno desta Corte;
4. Após, à Diretoria de Protocolo (DP) para o Encerramento e Arquivo, nos termos regimentais.
É a decisão.
Gabinete, em 30 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Peça n° 12.*
2. *Peça n° 13.*

PROCESSO N º:-254548/23
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-ADILIA COMERCIO DE REFEICOES E SERVICOS, BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEICOES LTDA - FILIAL, CASSAROTTI FOODS - SERVIÇOS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E EVENTOS LTDA, DEPARTAMENTO DE POLICIA PENAL, DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, ELISANDRO PIRES FRIGO, FRIZZO - COZINHA INDUSTRIAL LTDA, HUDSON LEONCIO TEIXEIRA, JOSE DIONISIO FRANCO, MARCOS ANTONIO CAPPELETTI, MJ GLOBAL TEC COMERCIO E SERVICOS LTDA, NUTRICOL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - FILIAL, OSVALDO MESSIAS MACHADO, REGINALDO PEIXOTO, RISOTOLANDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, RRX FORNECIMENTO DE REFEICOES LTDA, SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, VERDE MAR ALIMENTACAO LTDA.
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-CAIO DI GIOSIA LOURENÇO, EVELISE MARTIN DANTAS CASSAROTTI, FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA, GABRIEL SILVA CAMPOS, HANNAH DA COSTA HEXSEL RIBEIRO, JOAO PAULO DA COSTA BRUCE JUNIOR, LAURO ARTHUR GUIMARAES DE SA RIBEIRO, MARIA AUGUSTA ROST, MARIANA OZAKI MARRA DA COSTA, MELISSA RIBEIRO DOS SANTOS, MURILLO ALVAREZ ALVES, RAPHAEL ALEXANDRE SILVESTRI, RICARDO BARRETTO DE ANDRADE, RICARDO JOSÉ DAGOSTIM
DESPACHO:-1350/25
Retornam os autos a este gabinete para análise das peças acostadas pelo Sr. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA (peça 191) e pelos procuradores da empresa SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA (peça 196).
Defiro a prorrogação de prazo solicitada pelo Sr. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA (peça nº 191), por mais sessenta dias, contados a partir de 26/09/2025.
Após decorrido o prazo da prorrogação retornem os autos à 6ª ICE, para manifestação.
No que concerne à renúncia ao mandato protocolada pelos mandatários na peça 196, a partir dessa data as intimações devem ser encaminhadas à empresa SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA e seu representante legal.
Encaminhe-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências necessárias.
Gabinete, em 26 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-607898/25
ORIGEM:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1353/25
DESPACHO
Tratam os autos de denúncia de cidadão em face de concurso público.
O denunciante alega em síntese que: para a vaga de afrodescendente foi-lhe exigida declaração de afrodescendente, e que este procedimento não é exigido pela lei de cotas do Paraná e, ainda, que contactou com a SEAP, MP-PR e FGV e foi informado da sua desnecessidade (sic), contudo, noticia a existência de Parecer 02/21 da PGE e ADC 41 do STF que o exigem a heteroidentificação.
Informa que candidatos negros foram reprovados em concursos pesquisados; junta resposta da Ouvidoria da SEAP informando a regularidade do procedimento atacado pela Denúncia; e junta resposta ao seu inconformismo.
É o breve relatório.
Respeitosamente, as explicações encartadas pelo denunciante (fls. 6 e 7, peças 02) na petição inicial, esclarecem a questão da obrigatoriedade da heteroidentificação nos termos da Lei Estadual 14.274/2003, especialmente o art. 4º:
Art. 4º Para efeitos desta lei, considerar-se-á afro-descendente aquele que assim se declare expressamente, identificando-se como de cor preta ou parda, a raça etnia negra.
Parágrafo Único - Tal informação integrará os registros cadastrais de ingresso de servidores.
Esse tema foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal que em sede de Repercussão Geral afirmou o seguinte:
ARE 1553243 RG Repercussão Geral – Mérito (Tema 1420)
Órgão julgador: Tribunal Pleno
Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE
Julgamento: 05/09/2025 Publicação: 19/09/2025
Ementa: Direito constitucional. Recurso extraordinário com agravo. Cotas em concurso público. Controle judicial de ato administrativo de heteroidentificação. Reafirmação de jurisprudência. I. Caso em exame 1. Recurso extraordinário com agravo contra acórdão de Turma Recursal do Estado do Ceará que anulou ato de comissão de heteroidentificação para permitir que candidata de concurso público concorresse às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas. II. Questão em discussão 2. A questão em discussão consiste em saber se o Poder Judiciário pode controlar o ato administrativo de heteroidentificação de candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas em concurso público. III. Razões de decidir 3. O STF, no RE 632.853, fixou tese de repercussão geral (Tema 485/RG), afirmando que "os critérios adotados por banca examinadora de um concurso não podem ser revistos pelo Poder Judiciário". A jurisprudência, contudo, admite que o Judiciário realize o juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame, ou examine a ocorrência de ilegalidade e inconstitucionalidade. 4. Na ADC 41, o STF admitiu a utilização subsidiária de heteroidentificação para controle da autodeclaração, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa. O exame do atendimento desses parâmetros pelo Poder Judiciário não viola o princípio da separação de poderes. 5. A revisão das premissas adotadas pelo tribunal de origem que resultaram na anulação do ato da comissão de heteroidentificação demanda a análise de cláusulas do edital, bem como o reexame de matéria fática. IV. Dispositivo e tese 6. Agravo conhecido para admitir em parte o recurso extraordinário e negar-lhe provimento. Teses de julgamento: "1. O Poder Judiciário pode controlar o ato administrativo de heteroidentificação de candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas em concurso público, para garantia de contraditório e ampla defesa; 2. É fática e pressupõe a análise de cláusulas do edital do concurso a controvérsia sobre a adequação de critérios e de fundamentos do ato de exclusão de candidato por comissão de heteroidentificação". (grifamos)
Roma locuta, causa finita, isto é, em face da decisão do Supremo Tribunal Federal não há a possibilidade de questionamentos que tais, ou seja, quanto a exigência, em edital, da declaração atacada pelo denunciante.
Portanto, dados os aspectos acima mencionados DEIXO DE RECEBER a presente denúncia, em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade.
Por fim, os seguintes encaminhamentos:
a) ao Ministério Público de Contas (MPjTC), para ciência;
b) ao gabinete do Relator para aguardar prazo;
c) após a certificação do prazo, apresentar em sessão plenária
d) à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Publique-se.
Gabinete, em 29 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-141808/23
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO:-RENATO FEDER, RONI MIRANDA VIEIRA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1354/25
DESPACHO
Cuidam os presentes autos da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Educação - SEED, referente ao exercício financeiro de 2022.
Considerando o contido na Instrução nº 39/25 e 59/25 da 2ª Inspetoria de Controle Externo (peças 88 e 94), e Informação nº 33/25 - CCONTAS (peça 95) encaminhe-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP)[1], por comunicação eletrônica, a fim de intimar os interessados para:
a) Que a SEED, por meio de seu representante legal, no prazo de 60 (sessenta) dias, elabore um plano de ação em conjunto com a SEAP e a SEFA, contendo as etapas a serem executadas, os prazos estimados para cada fase, e as medidas necessárias à integração dos sistemas e à efetiva conciliação contábil entre os dados do SIAFIC e os registros do GPM; e
b) Que a SEED dê ciência ao Relator (Augustinho Zucchi) quanto ao planejamento e ao cronograma elaborados para a solução definitiva da conciliação contábil dos bens móveis.
c) Após, retorne os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo (ICE) para acompanhamento.
Publique-se.
Gabinete, em 29 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Art. 168, XIII, "a" do RI. E Art. 54- III, da Lei Orgânica.*

PROCESSO N º:-200330/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE IRETAMA
INTERESSADO:-SAME SAAB
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1355/25
DESPACHO
Retornam os autos para deliberação acerca do recebimento da documentação apresentada pelo Prefeito Municipal do Município de Iretama.
Nos termos do § 1º do art. nº 357 do Regimento Interno[1], ACOLHO o contraditório apresentado por meio das Petições Intermediárias nº. 603957/25[2] e nº. 603965/25[3].
Encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para análise e manifestação.
Gabinete, em 29 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Art. 357. As alegações de defesa e as razões de justificativa serão admitidas dentro do prazo determinado na citação ou na intimação.*

§ 1º Exaurido o prazo, a admissibilidade da juntada de documentos dependerá, em todos os casos, de despacho do relator e somente será permitida antes de concluída a fase processual de instrução, ressalvada a hipótese de tratar-se de documento novo.
***2**. Peça nº 25.*
***3**. Peça nº 29.*

PROCESSO N º:-573454/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
INTERESSADO:-CARLOS ALBERTO VIZZOTTO, INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA - EPP, MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1361/25

DESPACHO

Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do art. 170, §4º, da Lei Federal n.º 14.133/24[1], formulada pela empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA – EPP em face do MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE em razão de possível irregularidade no edital de Pregão Eletrônico nº 77/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura contratação de empresa para realizar recapagem e vulcanização de pneus.

Conforme anteriormente relatado, aduz a representante que o edital do certame impôs restrição geográfica indevida ao estabelecer que empresas sediadas em outros Municípios, fora da regionalidade determinada, não poderiam participar da licitação.

Requereu, em sede de medida cautelar, a suspensão do pregão eletrônico, designado para o dia 08/09/2025.

Por meio do Despacho nº 1257/25 – GCAZ[2] determinei a prévia oitiva do Município acerca do objeto da representação, tendo o ente público apresentado esclarecimentos e trazido aos autos documentação complementar[3].

É o breve relatório.

Primeiramente, em sede de juízo de cognição sumária, a partir dos elementos de convicção examinados até o momento, julgo conveniente RECEBER esta Representação da Lei de Licitações a fim de apurar com maior acuraria os fatos retratados na inicial (Peça nº 3) e submeter a análise do caso concreto ao Plenário deste Tribunal de Contas.

Em relação ao pedido cautelar, ocorreu a perda do objeto da medida, visto que, conforme informado pelo representado (Peça 13), o Pregão Eletrônico nº 77/2025 foi declarado fracassado. A declaração de fracasso do certame, em razão da inabilitação das únicas participantes por descumprimento da cláusula de regionalidade, evidencia o potencial dano à competitividade e à economicidade do processo licitatório. Tal fato reforça a necessidade de apuração aprofundada, com vistas à correção de práticas que possam comprometer futuras contratações públicas.

Em razão disso, e tendo em vista o juízo positivo de admissibilidade do feito, remeta-se o processo à Diretoria de Protocolo para:

a) CITAR o Sr. SERGIO ANJOS, Diretor do Departamento de Serviços Públicos e signatário do Termo de Referência (Peça nº 25), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente defesa, se assim julga pertinente, quanto aos fatos narrados na exordial (Peça nº 3) desta Representação da Lei de Licitações;

b) CITAR o Sr. CARLOS ALBERTO VIZZOTTO, Prefeito Municipal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente defesa, se assim julga pertinente, quanto aos fatos narrados na exordial (Peça nº 3) desta Representação da Lei de Licitações.

Decorrido o prazo acima, com ou sem resposta da origem, encaminhe-se o feito para a Coordenadoria Geral de Fiscalização (CGF) por força do art. 32, XV, do Regimento Interno[4]. Após, remeta-o para instrução da Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e manifestação meritória do Ministério Público de Contas (MPC), conforme trâmite estabelecido nos arts. 278, § 2º[5], e 282, §2º[6], do Regimento Interno.

Por fim, retornem conclusos para julgamento.

Publique-se.

Gabinete, em 30 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

***1**. Art. 170.*
[...]
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
***2**. Peça nº 09.*
***3**. Peças nº 13 a 25.*
***4**. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:*
[...]
XV - comunicar às unidades técnicas, observada a respectiva competência, sobre a existência de processos de denúncia e representação, inclusive a representação de que trata o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.
***5**. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo:*
[...]
§ 2º Em 30 (trinta) dias, após a instrução conclusiva e da manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, ser encaminhada pelo Conselheiro Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.
***6**. Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.*
[...]
§ 2º A representação, no que couber, seguirá o mesmo procedimento previsto nesta Seção.

PROCESSO N º:-610376/25
ORIGEM:-FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS
INTERESSADO:-FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS, WOLF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1362/25

Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do artigo 170, § 4º, da Nova Lei de Licitações[1] pela empresa WOLF PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA em face da FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FEAS-PR, dando conta de possíveis irregularidades no procedimento licitatório de Pregão Eletrônico n° 96/2025, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controlador de acesso, de forma contínua, para atuação nas unidades da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses", com valor máximo de contratação de R$ 1.205.244,36 (um milhão, duzentos e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), e sessão realizada no dia 21/08/2025 às 8:40 horas.

O representante afirma que a empresa ROBERTO RIVELINO AVILA GARCIA - ME apresentou a proposta de menor valor. Não obstante, teria deixado de apresentar documentos necessários à habilitação em conformidade com o edital, com complementação posterior que não seria permitida pela legislação.

Afirma que empresa substituiu parte da documentação pelo registro no SIAFI, que não garantiria a inserção dos documentos no momento adequado, previamente ao certame, bem como que houve documentação complementada após, por meio de diligência que não poderia sanar a ausência de documentos não apresentados no momento adequado.

Defende que a aceitação de documentos fora do prazo viola a isonomia e não pode ser alcançada pela aplicação do princípio do formalismo moderado, já que se trataria de completa ausência de documentos, não complementação, embora não especifique quais documentos foram apresentados de modo extemporâneo pela empresa vencedora, sendo a representação genérica neste ponto.

A documentação que instrui a representação traz vários recursos apresentados contra a habilitação da empresa ROBERTO RIVELINO AVILA GARCIA – ME, sendo que do recurso apresentado pela empresa WOLF PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. constam como irregularidades a falta de apresentação de alvará de funcionamento, sendo que a empresa teria enviado apenas Certificado de Licenciamento Integrado, e falta de apresentação de certidão simplificada expedida pela junta comercial de sua sede para comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, aliada à alteração do contrato social com possível finalidade de burlar o limite de faturamento para enquadramento.

Dante das irregularidades requereu a procedência da representação com a revogação da licitação.

A representação está instruída com edital do certame e seus anexos, recursos administrativos apresentados contra a habilitação da empresa ROBERTO RIVELINO AVILA GARCIA – ME, respectivas contrarrazões e decisão do pregoeiro sobre os recursos.

É o suscinto relatório.

Inicialmente, considerando que a representação trata da fase de disputa e não foram trazidos documentos do certame, previamente à análise do pedido cautelar e do juízo de admissibilidade, entendo que deve ser oportunizada a manifestação prévia a municipalidade, para que preste esclarecimentos sobre o objeto da representação, bem como para que junte aos autos a íntegra do processo licitatório, além da documentação complementar que entender pertinente, nos termos do art. 404[2] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, este por analogia.

Além disso, não foram apresentados atos constitutivos da empresa representante, especificamente documento que demonstre ter a Sra. ROSIANI LOPES DE SOUZA poderes para representá-la, já que sequer seu contrato social acompanhou a representação.

À vista disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para:

1. À vista disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, por ofício, a FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FEAS-PR, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação da Lei de Licitações e junte documentos do procedimento licitatório de Pregão Eletrônico n° 96/2025, (fases interna e externa), bem como da documentação complementar que entender pertinente;
2. INTIMAR a REPRESENTANTE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos documento que demonstre ter a Sra. ROSIANI LOPES DE SOUZA poderes para representar a empresa.

Após, regressem.

Publique-se.

Gabinete, em 30 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

***1**. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.*
(...)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
***2**. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.*

PROCESSO N º:-200410/25
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
INTERESSADO:-MIGUEL DOS ANJOS DIAS, PEDRO MARTINS
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1363/25

DESPACHO

Tratam estes autos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, de responsabilidade do senhor Pedro Martins, referentes ao exercício financeiro de 2024, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n.º 172, de 11 de julho de 2022, com as alterações trazidas pela Instrução Normativa n.º 185, de 10 de abril de 2024.

Recebo a petição[1], e DEFIRO a concessão de prazo por 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 389, parágrafo único[2], do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para a apresentação de contraditório referente à Prestação de Contas Anual nº 20041-0/25

À Diretoria de Protocolo (DP) para providências.

Gabinete, em 30 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. Petição Intermediária nº518100/25 – peça 15.
2. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.
Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.

PROCESSO N º:-609181/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1364/25

DESPACHO

Tratam os autos de Representação apresentada pela Sra. LEIRIANNE DE CAIRES SARTORI, por meio da qual aponta irregularidade no reajuste dos valores de diárias promovidos pelo Poder Executivo do Município de Prado Ferreira por meio do Decreto Municipal nº 031/2025.

A representante aponta que a Lei Municipal nº 491/2018 autoriza o reajuste, desde que respeitada a inflação do período, aferida pelo INPC. No entanto, argumenta que a disposição legal não especifica a periodicidade e o decreto teria promovido reajuste superior à inflação dos últimos 12 meses. Além disso, não há indicação dos parâmetros utilizados, percentual de reajuste aplicado, memória de cálculo e impacto orçamentário.

Defende também que a medida realizada consistiria em reajuste e extrapolaria a mera correção monetária, o que violaria o princípio da legalidade.

A representação está instruída com os atos normativos relacionados aos fatos noticiados.

É o breve relato.

A análise dos autos indica a possível ocorrência de irregularidade que se encontra sob competência fiscalizatória desta Corte. Não obstante, a representação não demonstra desrespeito ao limite da correção inflacionária, mas ausência de elementos e informações que a demonstrem, as quais podem constar de procedimento administrativo que instruiu o ato normativo impugnado.

Assim, primeiramente, entendo necessária a manifestação prévia da entidade, para que preste esclarecimentos e traga aos autos o procedimento administrativo que instruiu a prolação do Decreto Municipal nº 031/2025, com as informações e comprovações necessárias a demonstrar o respeito ao limite do índice de inflação aplicado, com o período a que se refere e o respectivo impacto orçamentário, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 404 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas[1], este por analogia.

À vista disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, por ofício, o MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação, com informações específicas sobre o respeito ao limite do índice de inflação aplicado, com o período a que se refere e o respectivo impacto orçamentário, bem como encaminhe cópia do procedimento administrativo existente para instrução do Decreto Municipal nº 031/2025.

Após, regressem.

Publique-se.

Gabinete, em 30 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:
I - presidir a instrução do feito, determinando todas as providências e diligências, e proferindo as decisões preliminares necessárias àquele fim, respeitados os atos normativos do Tribunal;
(...)
Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-165696/21
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
INTERESSADO:-FRANCISCO INOCENCIO LEITE NETO, GILSON JOSE DE GOIS, MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, SIDNEI CARRILHO PELIZER
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ANDRE ELIAS BRIANESE PORTO
DESPACHO:-1365/25

DESPACHO

I. Ciente do teor da Informação nº 5446/25 - CMEX (Peça nº 122);

II. Inexistindo providência a serem adotadas por este Relator, retorne o feito a Coordenadoria de Medidas Executórias para acompanhamento da determinação imposta ao Município de Itaúna do Sul.

Gabinete, em 30 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-608908/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE LONDRINA
INTERESSADO:-ESTRUTURAL EVENTOS LTDA, MUNICÍPIO DE LONDRINA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1367/25

DESPACHO

Tratam os presentes autos de Representação da Lei de Licitações, com requerimento de medida liminar suspensiva do certame, interposta pela empresa ESTRUTURAL EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.301.109/0001-00, por intermédio de seu advogado, Dr. Nilton Roberto da Silva Simão, OAB/PR 28.180, na qual aponta supostas irregularidades na anulação do procedimento licitatório de Pregão Presencial nº 128/2025, do Município de Londrina.

A cópia do edital foi obtida pela assessoria deste gabinete no site[1] do município. Do documento, destaco as seguintes informações:

(i) Data e hora da sessão de licitação: às 13h00min do dia 20/08/2025.

(ii) Objeto: Registro de Preços para eventual locação de Equipamentos para Sonorização, Iluminação, Palcos e Equipamentos de Eventos.

(iii) Valor máximo total: R$5.781.143,90 (cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil cento e quarenta e três reais e noventa centavos).

Em breve síntese, alega a representante, em sua peça exordial, que foi surpreendida com a abertura de novo procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 151/2025) para contratação do mesmo objeto da licitação que fora vencedora (Pregão nº 128/2025).

Informou, a representante, que em razão desse fato descobriu ter ocorrido a anulação do Pregão Presencial nº 128/2025, sem que lhe tenha sido oportunizada a manifestação, nos termos do que demanda o art. 71 da Lei 14.133/21.

Esclareceu que interpôs recurso contra a decisão administrativa, porém não teria tido resposta até o momento.

Por esse motivo, entendeu, o Representante, estarem presentes os requisitos para concessão da medida liminar para suspensão do certame previsto no Edital de Pregão nº 151/2025 e para impedir o município de anular o Pregão nº 128/2025.

Os autos estavam conclusos a este Relator, com Despacho de intimação do município pronto para encaminhamento, quando a parte interpôs petição, à peça 18, com objetivo de desistir da presente Representação, considerando que a nova licitação teria ocorrido e, a representante, vencido a nova disputa.

Em que pese o pedido da parte, confrontando os documentos juntados pela parte às peças 08 e 19, verifica-se que a nova licitação obteve, para alguns itens, valores superiores aos inicialmente auferidos, o que implicaria, em tese, em prejuízo ao erário público.

Dessa maneira, é prudente a continuidade do processo para que seja esclarecida a razão da anulação do certame inicial sem intimação das partes, da realização de nova licitação e do suposto prejuízo desencadeado ao erário municipal.

Pelos fatos narrados, antes de decidir sobre o pedido liminar, ou mesmo o recebimento da Representação da Lei de Licitações, entendo prudente, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, determinar a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), a fim de, nos termos do art. 351, também do Regimento Interno, realizar a intimação do responsável legal do Município de Londrina, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente manifestação quanto às alegações da Representante.

Publique-se.

Gabinete, em 30 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. https://sei.londrina.pr.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOOsdRDgKOTtYkpTOQj3nJiohlrKP57u-XUwjprX4cVAB40n8DBhDtPomQssGlS9o8-1mDG8mKSWMVDdbLpTlOYKUTS6lWMyZhugOi-mP

PROCESSO N º:-609556/25
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE PALOTINA
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE PALOTINA
ASSUNTO:-CONSULTA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1369/25

Trata-se de consulta formulada por Thiago Henrique Linares Mostachio, Presidente da Câmara Municipal de Palotina, por meio da qual requer a manifestação deste Tribunal de Contas sobre as seguintes questões: 1) É admissível a concessão de revisão geral anual aos subsídios dos vereadores, com fundamento no art. 37, X, da Constituição Federal, considerando a regra específica do art. 29, VI, da Constituição Federal que trata da fixação dos subsídios? 2) À vista dos precedentes deste Tribunal (Acórdãos nº 328/2008 e nº 5537/2015), pode a Câmara Municipal manter o pagamento da revisão geral anual aos subsídios dos vereadores até o julgamento definitivo do Tema nº 1192 de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal? 3) A ausência de fixação de novo subsídio para a legislatura 2025-2028 no exercício de 2024 permite a aplicação da revisão geral anual em 2025?

Considerando estarem presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no artigo 311 do Regimento Interno, visto que formulada em tese e por autoridade legítima, além de versar sobre dúvida referente a matéria de competência deste Tribunal e de estar instruída com a documentação necessária – inclusive parecer jurídico (peça n.º 04), RECEBO a consulta em epígrafe.

Com isso, nos termos do artigo 313, §2°, do Regimento mencionado, encaminhem-se os autos à Escola de Gestão Pública (EGP), a fim de obter informações acerca de decisões com efeito normativo atreladas ao tema em destaque.

Após, retornem a este Gabinete.

Gabinete, em 30 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-645486/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
INTERESSADO:-COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, ISMAEL BATISTA, MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1370/25

DESPACHO

Tendo em vista a determinação do Acórdão 2209/25 – STP (peça 30) pela suspensão imediata do pagamento dos honorários sucumbenciais aos servidores exclusivamente comissionados, concedo prazo de 15 (quinze) dias, para comprovação da citada suspensão, bem como, a comprovação de que os ocupantes de cargos comissionados encontram-se exclusivamente no exercício das atividades de chefia, assessoramento e direção, consoante preceito constitucional, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 87, III, "f" da LOTC3 ao agente público.

Determino o encaminhamento para a Diretoria de Protocolo (DP) para devidas

providências.
Gabinete, em 30 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-612298/25
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO:-FUNDAÇÃO HARRY GUIDO GREIPEL DE PIÊN, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1372/25

DESPACHO

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pela SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, na pessoa de seu atual representante legal, o Secretário Estadual Sr. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, em razão de solicitação do Ministério Público do Estado do Paraná tendo em vista as irregularidades apontadas no Inquérito Civil nº 0124.20.000396/8 em relação à Prestação de Cotas Finais do Convênio nº 011/2014 – SIT 22747, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Harry Guido Greipel.

A petição de encaminhamento (Peça nº 3) destaca que instauração da Tomada de Contas Especial nº 002/2023 ocorreu com a publicação da Resolução SESA nº 339/2024 (Peça nº 10), além de relatar os seguintes eventos: (i) durante a fase interna, foram analisados os documentos que constam no acervo da SESA, o Relatório de Auditoria nº 035/2019 do MPPR e os documentos que constam no SIT; (ii) foram identificadas 13 (treze) irregularidades e o Tomador conseguiu apresentar documentos que sanaram 11 (onze) destas, restando 2 (duas) não sanadas, o que impossibilitou a aprovação da Prestação de Contas Finais do Convênio nº 011/2014; (iii) uma vez encerrados os prazos, a Tomada de Contas Especial, foi encaminhada para apreciação e manifestação do Controle Interno e Assessoria Jurídica; (iv) ao final, o Secretário Estadual atestou ter tomado ciência das conclusões Parecer do Controle Interno em relação ao Relatório Conclusivo e de Encerramento da Comissão de Tomada de Contas Especial, cuja decisão foi pela IRREGULARIDADE das contas.

Os autos foram instruídos com (i) encaminhamento da demanda mediante Ofício nº 2260/2025/GS/SESA (Peça nº 3); (ii) cópia do Ofício nº 196/ 2º PJ de Rio Negro / 2020 com a integra do Inquérito Civil MPPR nº 0124.20.000396-8 (Peça nº 4); (iii) cópia do Termo de Convênio nº 011/2014 (Peça nº 5); (iv) Plano de Trabalho vinculado ao Termo de Convênio nº 011/2014 (Peça nº 6); (v) cópia do Termo Aditivo nº 001/2015 ao Termo de Convênio nº 011/2014 (Peça nº 7); (vi) cópia do Protocolo nº 13.123.213-6 em que se deu a formalização do Termo de convênio nº 011/2014 (Peças º 8 e 9) e (vii) cópia da Resolução nº 339/2024 que instaurou a Tomada de Contas Especial nº 002/2023 (Peça nº 10).

É a síntese fática.

O processo de Tomada de Contas Especial tem como objetivos a apuração dos fatos e a delimitação de responsabilidades em razão da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário.

A fase interna do processo é conduzida pelo próprio ente jurisdicionado, ao qual compete, inclusive, a emissão de manifestação conclusiva sobre o mérito das contas tomadas. Já em sua fase externa, o processo deve ser encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento, com todos os elementos necessários à instrução da prestação de contas, com identificação dos responsáveis e o montante do dano identificado, incluindo as medidas administrativas e judiciais tomadas para saneamento das irregularidades, conforme disposto no art. 233, § 1º, e art. 234, do Regimento Interno, abaixo destacados:

Art. 233. Diante da omissão do dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e Municípios na forma prevista no inciso VI, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária de seu gestor, deverá adotar providências com vistas à instauração de Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano. (Redação dada pela Resolução nº 73/2019)

§ 1º Esgotadas todas as medidas ao alcance da autoridade administrativa e do órgão do controle interno, visando à apuração dos fatos irregulares, à perfeita identificação dos responsáveis e ao ressarcimento do erário, a Tomada de Contas Especial será encaminhada ao Tribunal para julgamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

Art. 234. O processo de Tomada de Contas Especial deverá ser instaurado no prazo de 30 (trinta) dias após esgotado o prazo da apresentação das contas ou da ciência do fato que ensejou a sua instauração, contendo todos os elementos e demonstrativos necessários à instrução da prestação de contas, inclusive o relatório do controle interno e especificação das medidas administrativas e judiciais tomadas para o saneamento das irregularidades encontradas. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

Parágrafo único. O prazo para remessa da Tomada de Contas Especial é de 6 (seis) meses, a contar da data para sua instauração. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

Nessa perspectiva, ao analisar os autos, constata-se que o Secretaria de Estado da Saúde não acostou a cópia dos documentos que compõem a fase interna da Tomada de Contas Especial nº 002/2023, quais sejam, todos os elementos e demonstrativos necessários à instrução da prestação de contas, inclusive o relatório do controle interno e especificação das medidas administrativas e judiciais tomadas para o saneamento das irregularidades encontradas.

Nestes termos e com fulcro no inciso I do art. 32 do Regimento Interno[1], remeta-se o feito à Diretoria de Protocolo (DP) para que promova a INTIMAÇÃO, preferencialmente por meio eletrônico, da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, na pessoa de seu atual representante legal, Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto, para que, a título de DILIGÊNCIA, apresente no prazo de 5 (cinco) dias cópia integral da fase interna da Tomada de Contas Especial nº 002/2023, nos termos requeridos pelos artigos 233 e 234 do Regimento Interno.

Para além, deve constar na comunicação processual que a sonegação de informações e de documentos requisitados por este Tribunal constitui ilícito administrativo passível de ser punido na forma da alínea "b" do inciso I do artigo nº 87 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[2].

Publique-se.
Gabinete, em 30 de setembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:
I - presidir a instrução do feito, determinando todas as providências e diligências, e proferindo as decisões preliminares necessárias àquele fim, respeitados os atos normativos do Tribunal;
2. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:
I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
[...]
b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

PROCESSO N º:-521006/20
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ
INTERESSADO:-ALTAMIRO PEREIRA SANTANA, CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ, CLAUDEMIR JOIA PEREIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1375/25

Considerando a informação nº 802/25 da CMEX de que a determinação exarada no item "II", do Acórdão n.º 2349/23 – STP (peça 47), alterado pelo Acórdão n.º 452/24 – STP (peça 60), sob responsabilidade do Município de Alto Paraná – CNPJ n.º 76.279.967/0001- 16, está em fase de cumprimento, bem como a manifestação da Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar - CAIS nº 524/25 determino as seguintes providencias:

a) intimação do Município de Alto Paraná para que apresente comprovações contínuas do devido andamento do Concurso Público n.º 001/2025, referente ao Edital de Concurso Público - PSP – n.º 001/2025 (peça 88, fls. 3 a 54).

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação do Município de Alto Paraná. Após, encaminhem-se os autos para a Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar - CAIS, para que efetue o monitoramento, nos termos do Art. art. 175-S, V, do RI.

Em tempo, entendo não ser necessária dilação de prazo, considerando que o vencimento para cumprimento da obrigação ocorrerá apenas em 12/11/2025.

Gabinete, em 1 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-529757/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ
INTERESSADO:-MEDMASTER SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ, PAULO FRANCISCO MARINHO DUTRA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1377/25

Trata-se de Representação, com pedido de medida cautelar, nos termos do art. 170, §4º[1], da Lei Federal n.º 14.133/2021, formulada por MASTER GESTÃO E SAÚDE LTDA em razão de possíveis irregularidades na condução do Chamamento Público nº 01/2025 cujo objeto é o credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços complementares de saúde, consistentes na realização de plantões médicos presenciais na especialidade de clínico geral no Hospital Municipal Nossa Senhora das Graças – São Carlos do Ivaí/PR no valor estimado de R$ 1.020.859,80 (um milhão, vinte mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

Em síntese, a Representada suscita a possível violação, dentre outros, ao inciso I do art. 9 da Lei Federal nº 14.133/2021[2] devido a limitação imposta pelo subitem II do item 2.4 do Edital[3] que restringe a participação no chamamento público somente a interessados sediados no território do Município de São Carlos do Ivaí (fls. 1 da Peça nº 3).

O jurisdicionado, mediante Petição Intermediária nº 619543/25 (Peça nº 21), informou que a municipalidade promoveu a anulação do Chamamento Público nº 02/2025 por meio do Decreto nº 384/2025 (fl. 2 da Peça nº 21), acarretado, assim, a perda superveniente do objeto desta Representação.

Nestes termos e considerando que estes autos ainda se encontra na fase postulatória, reconsidero a decisão exarada por meio do Despacho nº 1286/25-GCAZ (Peça nº 18) e manifesto-me pela NÃO ADMISSÃO desta Representação da Lei de Licitações. Diante do juízo negativo de admissibilidade, DETERMINO:

a) A remessa do processo ao Ministério Púbico de Contas (MPC) para ciência deste despacho;

b) Comunicação desta decisão ao Tribunal Pleno na forma do art. 436, parágrafo único, inciso IV, do RITCE/PR[4];

c) Com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para anotações nos termos do art. 175-L, IX, do Regimento Interno.

d) Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerrar e arquivar o processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.

Publique-se.
Gabinete, em 1 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
[...]
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
2. Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
3. *2.4. Poderão requerer adesão à proposta padrão deste certame, os interessados que:*
[...]
Seja sediada território do Município de São Carlos do Ivaí nos termos do Decreto Municipal nº 92/2025.
4. *Art. 436. Nas sessões ordinárias, será observada, preferencialmente, a seguinte ordem de trabalho:*
[...]
Parágrafo único. Incluem-se nas comunicações a que se refere o inciso II, dentre outros casos previstos nesse Regimento:
[...]
IV - Arquivamento de denúncias e representações em juízo de admissibilidade;

PROCESSO N º:-420283/25
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO
INTERESSADO:-ARMINDO RIGO, CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO, JOSÉ CARLOS ZAMPOLI, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1378/25
DESPACHO
Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ em face da decisão proferida pela Primeira Câmara deste Tribunal por meio do Acórdão nº 1571/25 (Peça nº 24), que julgou regular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Porto Barreiro, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade do Sr. José Carlos Zampoli, Presidente da entidade.
O Parquet, mediante Parecer nº 301/25-PGC (Peça nº 25), invocou o art. 68 da Lei Complementar Estadual nº 113/05[1] e manifestou a sua desistência do pelito recursal em razão da perda superveniente do seu objeto, eis que o Legislativo de Porto Barreiro comprovou que a medida requerida pelo Órgão Ministerial já foi sido adotada (fls. 3 e 4 da Peça nº 25).
Pois bem.
O §4º do art. 477 do Regimento Interno estabelece que º Após o sorteio de relator, somente o órgão julgador ad quem poderá proferir decisão terminativa do recurso, ressalvada a possibilidade do Relator, por decisão monocrática, homologar pedido de desistência do recorrente.
Nestes termos, HOMOLOGO o pedido de desistência do Recurso de Revista proposto pelo Ministério Público Estadual e, com isso, remeto o feito à Diretoria de Protocolo para subsequente encerramento e inversão de sua autuação, com a posterior remessa para o Relator originário da decisão recorrida, nos termos do §3º do Art. 32 do Regimento Interno.
Publique-se
Gabinete, em 1 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Art. 68. O recorrente poderá, a qualquer tempo, e sem a anuência dos demais interessados, desistir do recurso ou renunciar ao direito de recorrer.*

PROCESSO N º:-155881/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA
INTERESSADO:-SIDNEI FRAZATTO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1379/25
DESPACHO
Tratam estes autos de Prestação de Contas do Município de Paranapoema, de responsabilidade do senhor Sidnei Frazatto, referentes ao exercício financeiro de 2024, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n.º 172, de 11 de julho de 2022, com as alterações trazidas pela Instrução Normativa n.º 185, de 10 de abril de 2024.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), em primeira análise, efetuada por meio da Instrução n.º 725/25[1], opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, III, da Instrução Normativa n.º 172. Quanto à "Avaliação da Atuação Governamental", houve a incidência do Vetor 1 nas áreas da Transparência e Relacionamento e Administração Financeira, o que pode ensejar a irregularidade e/ou a aposição de ressalvas às contas.
Assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, o Senhor Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal do Município de Paranapoema apresentou petição e novos documentos[2], a defesa sustenta que, há fragilidades formais no Município de Paranapoema, relacionadas a manuais, fluxogramas e normas internas, decorrentes de exigências recentes voltadas ao aprimoramento administrativo. Não houve irregularidades materiais ou descumprimento de índices constitucionais, mas necessidade de ajustes de governança. Ademais, afirma que o Município já iniciou estudos para elaborar e padronizar seus manuais, prevendo implementação gradual, apesar das limitações de pessoal, e busca capacitações presenciais para apoiar o processo. As falhas não comprometeram o equilíbrio orçamentário, a execução financeira ou a legalidade da gestão, sendo reconhecidas como temporárias e sem impacto direto nas finanças.
Em nova manifestação[3] a Coordenadoria de Contas (CCONTAS) após análise dos documentos apresentados pelo interessado, manteve o teor da Instrução anterior.
Diante do exposto, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Gabinete, em 1 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Peça nº 13.*
2. *Petição Intermediária nº 604970/25 – Peças nº 24.*
3. *Instrução – 1462/25 – CCONTAS – Peça 35.*

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

Sem publicações

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

PROCESSO Nº-276608/17
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
RESPONSÁVEIS:-ALBARI GUIMORVAM FONSECA DOS SANTOS E MIGUEL CARLOS RODRIGUES DE AGUIAR (FALECIDO EM 2021)
PROCURADORES:-ALISON RODRIGO TARTARE, JANE CARLA ARAÚJO HEMIG E JAQUELINE MARQUES DE SOUZA
DESPACHO 522/25
Considerando o disposto no art. 1º, inciso VIII[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3] e considerando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Medidas Executórias e da representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[4].
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[5].
Publique-se.
Curitiba, 01 de outubro de 2025.
Marcelo da Silva Bento
Auditor de Controle Externo

_____
1. *Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:*
(...)
VIII- autorização e determinação de encerramento e arquivamento de processos, acolhendo pareceres uniformes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
2. *Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.*
3. *Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:*
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
4. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
5. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº-712302/24
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
INTERESSADO:-DARCI TIRELLI, LUCILENE CORDEIRO DA ROCHA E TEREZINHA APARECIDA RODRIGUES INACIO
DESPACHO 523/25
Considerando o disposto no art. 1º, inciso VIII[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3] e considerando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[4].
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[5].
Publique-se.
Curitiba, 01 de outubro de 2025.
Paula Fonseca Camera
Auditora de Controle Externo

_____
1. *Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:*
(...)
VIII- autorização e determinação de encerramento e arquivamento de processos, acolhendo pareceres uniformes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
2. *Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.*
3. *Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
***4**. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
***5**. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-602132/24
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO:-AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, IVAN FERREIRA DE MELO, LUIZ PEREIRA KEPPEN, ROSEMERI APARECIDA GABRIEL
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 72/25
Aprecia-se, para fins de registro, a Portaria n.º 4976/24 da Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José dos Pinhais, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 1/8/2024, que concedeu aposentadoria à senhora Rosemari Aparecida Gabriel no cargo de professora.
Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal (Instrução nº 13242/25 – peça 14) e do Ministério Público de Contas (Parecer nº 820/25 – 5PC – peça 17), que opinaram pela legalidade do ato, determino o REGISTRO do ato de inativação em tela, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à COAP para as anotações pertinentes e à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 24 de setembro de 2025.
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

PROCESSO N.º:-615220/25
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
DESPACHO N.º:-156/25
Trata-se de denúncia com pedido cautelar formulada pelo senhor M.L.G.K, que noticiou supostas violações aos princípios fundamentais da Administração Pública pelo Município de Paranaguá.
Em síntese, o denunciante alegou que os guardas municipais Abner de Oliveira Farias e Jeniffer Caroline Dina Ferreira foram considerados inaptos por decisão já transitada em julgado da comissão especial de desempenho, fato que deveria ter ensejado a imediata exoneração dos servidores.
Contudo, relatou que os referidos servidores ainda não foram exonerados por desídia dos gestores municipais e que tal omissão está gerando prejuízo ao erário, pois os servidores continuam a perceber remuneração sem respaldo legal, configurando pagamento indevido e desperdício de recursos públicos.
Diante o exposto, requereu a concessão de medida cautelar para suspensão do pagamento das remunerações dos servidores inaptos envolvidos e, ao final, para que seja apurado o prejuízo financeiro ao erário e a responsabilização dos gestores envolvidos pela prática dos atos irregulares.
É o relatório.
Antes de apreciar o pedido cautelar é pertinente a oitiva do ente municipal para apresentar seus esclarecimentos, até mesmo para cooperar com o juízo de admissibilidade da presente demanda.
Assim, salientando-se que este Despacho é de mero expediente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a citação do Município de Paranaguá e de seu gestor, conforme preconiza o art. 355, §2º do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, a fim de que o responsável possa ser ouvido sobre os fatos apontados na peça exordial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 404, do referido Regimento.
Protocolada a resposta no prazo ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, retornem os autos a este Gabinete.
Publique-se.
Curitiba, 1 de outubro de 2025.
Helton Tiago Luiz Lacerda[1]
Auditor de Controle Externo – matrícula nº 51.593-0

__1__. Por delegação do Relator, Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso, conforme Instrução de serviço n° 154/2022, publicado no D.O.T.C n° 2850 de 7/10/2022.

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

PROCESSO N.º:-142135/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-ELAINE LUCIA ROSSONI, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 78/25
Aprecia-se, para fins de registro, a Portaria nº 10.268/25, da Foz Previdência - Fozprev, publicada no Diário Oficial do Município de 14/02/2025, que concedeu revisão de proventos à servidora Elaine Lucia Rossoni (Peças 5-6).
Em consonância com a manifestação da Coordenadoria de Atos de Pessoal na Instrução nº 14340/25 – COAP (Peça 12) e do Ministério Público de Contas no Parecer nº 932/25 – 1PC (Peça 13), consignando opinativos pela legalidade do ato, determino o registro, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento e consequente arquivamento, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do referido regimento.
Publique-se.
Curitiba, 30 de setembro de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

PROCESSO N.º:-242571/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-ELZA GONCALVES DE OLIVEIRA LOCKS, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 79/25
Aprecia-se, para fins de registro, a Portaria nº 10.374, da Foz Previdência - Fozprev, publicada no Diário Oficial do Município de 20/03/2025, que concedeu revisão de proventos à servidora Elza Gonçalves De Oliveira Locks (Peças 5-6).
Em consonância com a manifestação da Coordenadoria de Atos de Pessoal na Instrução nº 17416/25 – COAP (Peça 12) e do Ministério Público de Contas no Parecer nº 975/25 - 1PC (Peça 13), consignando opinativos pela legalidade do ato, determino o registro, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento e consequente arquivamento, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do referido regimento.
Publique-se.
Curitiba, 1 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

PROCESSO N.º:-141694/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, RUBIA JAMILE HEINZ GOMES
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 80/25
Aprecia-se, para fins de registro, a Portaria nº 10.249, da Foz Previdência - Fozprev, publicada no Diário Oficial do Município de 10/02/2025, que concedeu revisão de proventos à servidora Rubia Jamile Heinz Gomes (Peças 5-6).
Em consonância com a manifestação da Coordenadoria de Atos de Pessoal na Instrução nº 14328/25 – COAP (Peça 12) e do Ministério Público de Contas no Parecer nº 892/25 – 6PC (Peça 13), consignando opinativos pela legalidade do ato, determino o registro, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento e consequente arquivamento, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do referido regimento.
Publique-se.
Curitiba, 1 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

PROCESSO N.º:-383035/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES
INTERESSADO:-IVANOR LUIZ MULLER, MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, TURFGREEN COMERCIO DE GRAMA SINTETICA E CONSTRUCAO DE QUADRA ESPORTIVA LTDA.
PROCURADOR:-BARBARA MELLER DA SILVA
DESPACHO N.º:-175/25
Diante do contido no Parecer nº 860/25 – 6PC (Peça 22), remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do Município de Teixeira Soares e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, apresentem manifestação em relação ao narrado nas Peças 6-9 e na Instrução nº 240/25 – CAIS (Peça 21).
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar - CAIS para instrução e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme preceituam os artigos 352 e 353 do Regimento Interno.

Publique-se.
Curitiba, 1 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

PROCESSO N.º:-689366/23
ASSUNTO:-PENSÃO
ENTIDADE:-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO:-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA, SANDRA ROSA HENRIQUE DA ROCHA, VALDIR GONÇALVES DA ROCHA
DESPACHO N.º:-176/25
Tendo em vista o pedido formulado na peça 28, defiro a prorrogação de prazo requerida, com fundamento no artigo 389 do Regimento Interno.
Ressalte-se que a prorrogação dar-se-á sem solução de continuidade, isto é, o novo prazo se inicia no dia seguinte ao término do anterior e não da publicação deste despacho.
À Diretoria de Protocolo, para controle de prazo e providências posteriores.
Publique-se.
Curitiba, 1 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Sem publicações

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações

TCEPR
OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 1079/25
Processo nº: 136484/24
Data e hora da redistribuição: 01/10/2025 13:42:00
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
Entidade: MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
Interessado: ALESSANDRO RIBEIRO, LEOMAR MONTEIRO
Exercício: 2023
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:
DP, em 01/10/2025
CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES
Diretora
TC51.729-1

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5035/2025
Processo Nº: 689366/23
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 10:23:03
Assunto: PENSÃO
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA, SANDRA ROSA HENRIQUE DA ROCHA, VALDIR GONÇALVES DA ROCHA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5036/2025
Processo Nº: 189383/24
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 10:35:48
Assunto: PENSÃO
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: ALCIDES DE OLIVEIRA SANTOS, CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, ELZA DEMORI SANTOS, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5037/2025
Processo Nº: 689358/23
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 10:44:41
Assunto: PENSÃO
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, FRANCISCO MIGUEL SARTI BRONER, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCELO IVAN BRONER, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, MARLENE SARTI BRONER, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5038/2025
Processo Nº: 195553/24
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 10:52:29
Assunto: PENSÃO
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, JOSE NAPOLI, LUCINEI PAZ TORQUATO, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARIA ANANDA TORQUATO NAPOLI, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5039/2025
Processo Nº: 608592/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 10:58:57
Assunto: RECURSO DE REVISÃO
Entidade: MUNICIPIO DE JURANDA
Interessado: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, JOELMA DAMASCENO DEMENECK, JOSÉ DENILSON NASCIMENTO, LEILA MIOTTO AMADEI, MUNICIPIO DE JURANDA, RODRIGO PIGNATO, TDB/VIA CONTROLADORIA MUNICIPAL LTDA, WANDERSON MOREIRA ELIZIARIO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.
Conselheiro Vice-Presidente IVAN LELIS BONILHA, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5040/2025
Processo Nº: 167860/24
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 11:12:38
Assunto: PENSÃO
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, LUIZA RIBEIRO, MARCO ANTONIO FRANZATO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA, RUBENS PERES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5041/2025
Processo Nº: 596217/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 11:17:25
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUIZ FRANCISCONI NETO, MARIA LUZIA MIOTTO POLI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:
Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5042/2025
Processo Nº: 165816/24
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 11:18:23
Assunto: PENSÃO
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, DORIVAL CRAVEIRO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARIA JOSE RODRIGUES CRAVEIRO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5043/2025
Processo Nº: 729887/22
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:01:04
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, IVONE VOLOSKI, LEONALDO PARANHOS DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5044/2025
Processo Nº: 624377/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:01:15
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICIPIO DE MARINGA
Interessado: 49.044.861 MARGARETH ALVES DE ARAUJO, MUNICIPIO DE MARINGA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5045/2025
Processo Nº: 703354/24
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:06:54
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, HELENA DA ROCHA SOARES SILVA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheira Substituta MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5046/2025
Processo Nº: 622420/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:11:02
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5047/2025
Processo Nº: 600253/24
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:12:09
Assunto: PENSÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Interessado: ADRIANO BACKES, FRIDA BRANDT KOERICH, MARCIO ANDREI RAUBER, MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, NEUSA INES KOERICH
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5048/2025
Processo Nº: 622536/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:18:44
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE CURITIBA
Interessado: CONEX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, MUNICÍPIO DE CURITIBA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5049/2025
Processo Nº: 625373/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:32:08
Assunto: CONSULTA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5050/2025
Processo Nº: 573055/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 12:34:23
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: COMPANHIA PARANAENSE DE GAS
Interessado: CINTIA REGINA MARINONI, COMPANHIA PARANAENSE DE GAS, CURITIBA CARTORIO DO DISTRITO DE SAO CASIMIRO DO TABOAO, DORA MARIA FICINSKI DUNIN PIZZATTO, FABIO AUGUSTO NORCIO, FERNANDO EUGENIO GHIGNONE, GISELE UHLMANN KOPPE, JOSE HENRIQUE DI LUCA, JOSE HENRIQUE DI LUCA - ME, JOSE ROBERTO GOMES PAES LEME E OUTROS.
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5051/2025
Processo Nº: 626108/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 13:25:37
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5052/2025
Processo Nº: 626418/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 13:29:20
Assunto: CONSULTA
Entidade: MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES
Interessado: MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5053/2025
Processo Nº: 626736/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 14:48:17
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
Interessado: MERAKI COMERCIO E SERVICOS LTDA., MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5054/2025
Processo Nº: 627350/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 14:53:14
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE PALOTINA
Interessado: MUNICÍPIO DE PALOTINA, SISGESP - SISTEMA DE GESTAO DE SERVICOS PUBLICOS LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5055/2025
Processo Nº: 628461/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 16:19:40
Assunto: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE DOURADINA
Interessado: OBERDAM JOSE DE OLIVEIRA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5056/2025
Processo Nº: 568082/25
Data e hora da distribuição: 01/10/2025 17:12:01
Assunto: PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 194 do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º-730393/21
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
INTERESSADO-FABIO DE OLIVEIRA DALECIO, MARIA APARECIDA MANINI DA SILVA, MAURILIO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3286/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18117/25 - COAP peça nº 12: - MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-406859/22
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, JOSE DE PAULA, LUZINETE MARIA DE LIMA DE PAULO, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3287/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18118/25 - COAP peça nº 18: - CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-352687/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
INTERESSADO-ALEXANDRE LUIS MARQUES DE ANDRADE PADILHA, ANA CLAUDIA LUIZ BARROS, BRENO DE OLIVEIRA BROSEGHINI, DANILO CASTAGNO DA SILVA, DIEGO MARCELO ARNDT, EDIONE DOS SANTOS PONTES, EFRAIM DE OLIVEIRA BRAZ, FABRICIO GOETTEN COUTO, FELIPE SLOBODZIAN, FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA, GABRIEL VENTURA GUIMARAES, GISELE MARTINS DA SILVEIRA, JOAO BOSCO DA SILVA, JOSIELE CAVASSANI, LISIANE TAMMY IGAMI, LOURDES DOS SANTOS SILVA, MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI, MARIA LIANA LISBOA BELO, MARIA SIMONE SOUZA DE SANTANA, MARIA WALQUIRIA LANGRAFE, MICHELE SOUZA PACHECO FARIAS, RAFAEL DA SILVA DE OLIVEIRA, ROSINEIS SAMPAIO DE ARAUJO OLIVEIRA, SCHEILA ADRIANE RUBIK, SHEILA RODRIGUES DE FREITAS, THANIA GRESKI, VANIA MENDES DE OLIVEIRA RAMOS, WELINTON CRISTIAN BAGGIO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3288/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18149/25 - COAP peça nº 12: - MUNICÍPIO DE PIRAQUARA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-284126/25
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI
INTERESSADO-DORALINA TEOTONIA ARANTES, MARCIO CESAR FALASCHI, MARIO BATISTA DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3289/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 12373/25 - COAP peça nº 20: - CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-706716/23
ORIGEM-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO-SILVANE BOTTEGA, SONIA MARIA BARCO, TAUILLO TEZELLI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3290/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 15519/25 - COAP peça nº 14: - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-407138/22
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO-ARY GIL MERCHEL PIOVESAN, CARLOS ROBERTO LOPES, JOCELAINE MORAES DE SOUZA, MARCUS VINICIUS GARCIA NEGRAO, MARLISE FLORES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3291/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18207/25 - COAP peça nº 17:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-406840/22
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, FRANCISCO MOREIRA, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, JULIA FARIA MOREIRA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3292/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18214/25 - COAP peça nº 19:
- CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-97918/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL
INTERESSADO-CAMILA SOLIGO, FELIPE GUERIOS, GIOVANE DOS SANTOS PLETSCH, MAICO DIOGO FAVERSANI, MICHELI DUBENA CADENE, THAIS DANIELE FERREIRA DALLE CORT
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3293/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 14567/25 - COAP peça nº 7:
- MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-249520/21
ORIGEM-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO-GISMONEA SANTIAGO DE SOUZA, SILVANE BOTTEGA, TAUILLO TEZELLI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3294/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18270/25 - COAP peça nº 13:
- PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-131290/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
INTERESSADO-CATHERINE NOVACOVSKI, ELISIANE RAQUEL BRAZ MATOS DOS REIS, EVERTON FELIPE DOBLER, GEIZILAINE CORREIA, HELOISA PALHAO CASTILHA, IONE JOVITA DE OLIVEIRA, JORGE PIASECKI JUNIOR, JOSE APARECIDO DE CARVALHO, KAUANY FONTOURA DO NASCIMENTO, MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI, MAYARA CAROLINA DA SILVA, OLIVERSON ROBERTO MARTINS DA SILVA, PATRÍCIA APARECIDA DA SILVA, RUPERT LINCOLN DE SOUZA, SERGIO DIEGO LIVIERI ARAUJO, THAISA REGINA FLECK, THALITA GABRIELE RODRIGUES PADILHA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3295/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18164/25 - COAP peça nº 12:
- MUNICÍPIO DE PIRAQUARA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-233050/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO-EDUARDO FORVILLE, MARGARIDA MARIA SINGER
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3296/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 15661/25 - COAP peça nº 8:
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-233203/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO-LOUISE CRISTINA SANTOS, MARGARIDA MARIA SINGER, MARJORIE MOREIRA SEIDL FRAGOSO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3297/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 15687/25 - COAP peça nº 9:
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-155248/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO-ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, BERNADETE APARECIDA VISKOSKI PODGURSKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3299/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 21) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 30/09/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-191864/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO-ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, MARLY TEREZINHA DELLA LATTA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3300/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 21) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 30/09/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.

COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-159448/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO-ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, ROSANGELA TEREZINHA TERESKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3301/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 21) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 30/09/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-68153/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO-ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, DULCINEIA JARENTCHUK BAIAK
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3302/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 22) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 30/09/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-649734/18
ORIGEM-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO-ADEMIR FRANCISCO DA COSTA, ADILE LEZME, ADRIANA INES WATANABE, ADRIANA MACUCO MATEUS, ADRIANA PAULETTO, ADRIANE EVELYN DURAES, ADRIANO BIANCHI DE MORAES, ADVALDO ALVES DE OLIVEIRA, AFONSO HENRIQUE BARROS FRANCA RYGIELSKI, AILTON CARLOS GUILHERME, ALAN SALES MARTINS, ALANA HETTWER TOPANOTTI, ALESSANDRA DANIELA ZIANTONIO SAMPAIO, ALESSANDRA DE FREITAS, ALEX KOPP DINIS, ALEX SILVA TEIXEIRA, ALEXANDRE DOMINGUES DE OLIVEIRA CHEN, ALEXANDRE LUIS SIEKLICKI, ALEXSANDRO AQUINO, ALEXSSANDRA RIBEIRO DE SOUZA, ALEXSSANDRA RODRIGUES LOPES, ALEXSSANDRO GONCALVES VILLALVA, ALINE LIDIANE DA CRUZ, ALINE LUIZA FUHR, ALINE PIEGAT DA SILVA, ALISSON ANIBAL BORGES, ALVACIR MIGUEL BIANCHI, ANA CAROLINA PEREIRA, ANA CAROLINE LIMA DA SILVA, ANA CLAUDIA MATTOS GOMES, ANA CLEIDE CARVALHO TEIXEIRA, ANA MARIA MULLER, ANA PRICILA KIIHN STEIMBACH, ANATACHI SCHWAAB MILANESE, ANDERSON ESPINDOLA MARTINAZZO, ANDERSON LEICHTWEIS, ANDERSON LEPRETTI BARBARO, ANDREIA DICKMANN, ANDREIA DO NASCIMENTO SOARES, ANDREIA REIS VALVASSORI, ANDRESSA REZENDE MAURICIO, ANDRESSA THOMAS PAULI, ANDRIZE RIBAS DA SILVA ZUBEK, ANGELICA MOZEL VITORINO, ANGELO ANTONIO DA SILVA, ANNA MARIA DE PAULA, APARECIDA SOARES DA SILVA REIS, ARLEY ROBERTO WEBER, AUGUSTO CESAR VIEIRA, BARBARA NATASHA DRECHSLER, BEATRIZ DE SOUSA SANTA CRUZ, BRUNA BARBOSA GARCIA, BRUNA DA SILVA ROCHA, BRUNA DOS SANTOS BARBOSA, BRUNA FERNANDES DA PAIXAO, BRUNA PICAGEVICZ, BRUNNO COSTA SOUZA, BRUNO HENRIQUE DA SILVA TAFFAREL, CAMILA BOSCO TIRABASSI SANTOS, CAMILA FERNANDES LISBOA, CAMILA TULER TEIXEIRA, CARMEM MARIA WIEDERGRUN, CAROLINE SIQUEIRA, CAROLINE TEXDORF BALZZAN, CELI MARIA HUNNING, CELIA APARECIDA DE SOUZA, CELMA SUELY DE ALMEIDA, CELSO LUIZ FERREIRA JUNIOR, CESAR AIRTON SCHWINGEL, CINTIA DA SILVA, CLAUDEMAR DA SILVA COSTA, CLAUDIA MAIARA PLACK MENDES, CLAUDIA VERBES ALVES, CLAUDIO MOREIRA RAMOS, CLEIDE APARECIDA GODOY DOS SANTOS, CLENIA FALESKI, CLEUCIMARA APARECIDA OBERGUER, CLEUSA THEOBALD, CRISTIAN ASSMANN OTTO, CRISTIANE DA CUNHA ASSIS, CRISTIANE DA SILVA, CRISTIANE DE CASSIA PIQUITIN, CRISTIANE FATIMA DE CAMARGO, CRISTIANE MILA, CRISTIANE PEREIRA CABRAL, CRISTIANO ALVES DE SOUZA, CRISTIANO NUNES DE MEIRAS, DAIANA SANTOS DAL COMUNI, DALILA MARIA PAVEI, DANIEL DA COSTA LIMA, DANIEL MARTINS E SOUZA, DANIEL MARTINS LOPES, DANIELA CRISTINA DALLA SANTA, DANIELA DO SOCORRO DA COSTA MOTTA, DANIELA FERNANDA BENITEZ FURTADO MOTTA, DANIELA HERMES DE LIMA, DANIELLE DE ALMEIDA BORGES FERREIRA, DAYANE MELO, DEBORA DOS SANTOS, DEISI LENNERTZ SALVADOR, DELLA MARIS FERNANDES, DIANA MONTEIRO BERNARDO TINTINO, DIEGO AMERICANO LOPES, DIOGO DA CRUZ, DOUGLAS GRACIANO DE SOUZA, EDERSON GERALDO DE SOUZA, EDGAR FERREIRA NEVES NETO, EDIANE MARCELINO DA SILVA, EDINA ANTONIA DE SOUZA SIQUEIRA, EDIVANA MARIA MONTEIRO, EDUARDO CRISTIANO DOS SANTOS MORAIS, EDUARDO DOS REIS MORAIS, EDUARDO LOVATEL, ELAINE APARECIDA DA SILVA, ELAINE COSTA DE SOUZA, ELAINE DE JESUS SANTOS FERREIRA, ELAINE DOS SANTOS GUIMARAES VIEIRA, ELAINE POPOSKI DA ROCHA, ELENIR ROSINHA LORENCETI, ELIANA ALVES VALADAO, ELIANE AVILA MARQUES, ELIANE CHAVES DE ALMEIDA, ELIANE DUTRA, ELIANE MILKA GOMES, ELIDA LUIZA ANDRADE DE JESUS, ELIEL ALVES, ELIETE DE OLIVEIRA MARTINS MAGALHAES, ELISA TAVARES, ELISABETH GRACIELA DECKER, ELISANE APARECIDA DIAS, ELISANGELA DA SILVA LAGES, ELISANGELA MACHADO ANDRADE EZEQUIEL, ELISETE OLIVEIRA, ELISEU JACIR STOCKMANN, ELISIANE JUNG, ELISMARA DO NASCIMENTO PEREIRA DA CUNHA, ELIVELTON POSSOLI, ELIZABETE PEITER, ELIZANDRA APARECIDA RODRIGUES, ELIZANIA DA ROSA MACHADO, ELIZETE DE SOUZA RIBEIRO, ELLEN KAYUMI MARIANO SAWAZAKI, ELVIO GUEDES, EMA MARICEL DELGADO, EMERSON TAVARES SILVA BARBOSA, ERICA FONTANA DA SILVA, ESTHELY BESALLIANI DIAS CRUZ, EVA JOSIELE DE ALMEIDA GARCIA, EVELIN NODARI BOGARIN, EWERTON FERNANDO ALBOQUERQUES PINHEIRO, FABIANA DA SILVA PAULA, FABIANA DOS SANTOS, FABIANA FERREIRA RODRIGUES, FABIANE FERREIRA LIMA DOS SANTOS, FABIANO ALVES DIAS BUENO, FABIO TOSHIO YAMAMOTO, FATIMA DE OLIVEIRA, FATIMA PANTA DE SOUZA, FELIPE DA SILVA CARDOSO, FELIPE GABRIEL FERNANDES SPIERING, FERNANDA FORMENTIN, FERNANDA SANTOS ROCHA, FERNANDO VIANA BATISTA, FLAVIO VALENTIN DA SILVA, FRANCIELI PRIMAZ, FRANCIELLE ARYANNE FLORES BIANCHI, FRANCIELLI BRANDALISE DE SOUZA, FRANKLYN KENNY DOS SANTOS ARAUJO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, GABRIEL DANUNZIO MYSCZAK, GABRIEL DE ANDRADE RIBEIRO, GABRIEL HENRIQUE MAI, GABRIELA DA ROCHA PACHECO, GABRIELA DA SILVA PETERS, GABRIELLE SCHUEBEL COMMARELA, GEANE CORREIA PAREDES, GENES DIAS GARCIA BARRETO DOS SANTOS, GENIRA RODRIGUES, GEOVANA DA MAIA MACHADO, GERSON CARLOS DE MORAIS, GERUZA PAULETTI, GESSY FATIMA HENQUE, GILVANO DA SILVA, GIOVANA BONOMO BAMPI, GIOVANA REGINA WEBER HOSS, GIOVANNA MAYARA SIBOWICZ, GIZELI APARECIDA POZZO, GLAICE SILVA LIMA, GUILHERME AUGUSTO MARTINS SILVA, GUILHERME CHRISTY GUIMARAES, GUSTAVO HENRIQUE GABOARDI, GUSTAVO VAZ DA SILVA, HANIELI DALFOVO DO CARMO ELIZIARIO, HERBERT DE SOUSA JUNIOR, IDE APARECIDA VAZ SCHMIDT, IELITA SANTOS DA SILVA, ILAIDE MATTE, ILAINE PEREIRA LEITE AGUIAR, ILUANA KRUL MORRO, IONE PEREIRA DE SOUZA DICK, IRMA DE PAULA PADILHA, IRONITA DOS SANTOS SILVA, ISABEL FERREIRA DA SILVA FIGUEIREDO, ISAIAS RODRIGUES, IVAM LUIZ FLORIANO PANIZZON, IVAN LUIS KAFCZINSKI, IZABEL VIEIRA JANDREY, IZABELA EMANUELE DE SOUZA, JACKSON LUIZ ROSA, JAKSON DE OLIVEIRA, JAKSON FERREIRA DA SILVA, JAMYLLE ARGENTON ALEXANDRE, JANAINA DE JESUS LOPES SANTANA, JANAINA DO PRADO DA SILVA, JANDIRA APARECIDA DOS SANTOS, JANETE MACHADO DOS SANTOS, JANNE GLAUCIA ALVES VILAS BOAS BRANDAO, JANNEYLSON MARQUES CAVALCANTI, JAQUELINE TONOLO VIEIRA, JEAN CARLOS DE OLIVEIRA REIS, JEAN CARLOS FUCHS, JEAN CARLOS PINHEIRO, JEAN JARIER DA SILVA BRAZ, JEFERSON JOSE SCHMITT, JEFERSON ZELINSKI, JEFFERSON LUIZ ROSSI DE ABREU, JESINEZ REZENDE DAS CHAGAS, JESSICA BEATRIZ VOIDELO, JESSICA MITIE GOTO, JESUS HENRIQUE SEGANTINI, JOAO JOSE DA SILVA, JOAO MARIA ALVES FERREIRA, JOAO VITOR BERVIG FIDELES PEREIRA, JOCELAINE KEILA BEHREM, JORGE RAFAEL MAIDANA, JOSE MARCIO COMMARELA, JOSE SILVA JUNIOR, JOSUE TICIANI GOMES, JOYCE DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA, JOYCE GONCALVES DA SILVA RODRIGUES, JUCIMARA GOMES DA SILVA, JULIANA FERREIRA BELLO, JULIANA MARCAL, JULIANE CARNEIRO, JULIANE GULART DO PRADO, JULIANE KOSLOWSKI FRANCA, JULIO CESAR MARTINS DE PAULA, JULIO CESAR RIBEIRO GOETZINGER, JUNISON LUIZ SIQUEIRA, JUSSARA DA SILVA NASCIMENTO ARAUJO, JUSSARA RAMOS ANTUNES, KARINA LISBOA, KARINA LUIZA MONTEIRO, KARINA NOGUEIRA PEREIRA, KARINA VAZ DE SOUZA FUCHS, KARINE ENEVAN, KARLA MORAIS SILVA, KATIA LOPES, KEITH AMANDA SANTANA, KELLY ALVES DA LUZ, KELLY DE LIMA SILVA, KELLY MARTINS RODRIGUES BARROS, KESSY JONES DLUSNIEWSKI, KETLIN JESSICA DANTAS CARNEIRO, KETLYN CAROLINE SANTOS SILVA, KEVIN HENRIQUE CASTANHA, KOY YEANJA JEN, KRISLAINE DRUM MORALES RUSSIN, LAMONYERI SAIARA DEFENDI DE PAULA, LARISSA BILIBIO RODRIGUES, LARISSA ELESSAMA URNAU DA ROSA, LARISSA PAGANOTTI LIMA, LARISSA RENATA DOS SANTOS, LAUENIFFER ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA, LAURITA CARDOSO SIQUEIRA, LEANDRO AUGUSTO CROTTI DOI, LEILIANE XAVIER AZEVEDO, LEOCI ANIZETO MADEIRA, LEONICE GRANDO SOARES, LEONILDA APARECIDA PUTON LORENZETTI, LETICIA BORGES DA SILVA, LETICIA DE SOUZA LIMA, LETICIA LAISE BET COLLA, LETICIA MEDEIROS ANTUNES, LIDIA SANT ANA PAES, LIDIANE TYMUS, LILIANE DIAS BEHREN, LINDALVA DOS SANTOS BELTRAME, LINDAURA APOLINARIO DA COSTA, LISIANE SILVA DE BRITO, LUANA CARVALHO SARAIVA, LUANA FICANHA PEREZ, LUANA METZ DANCINI, LUCAS GABRIEL SANTOS DA SILVA, LUCAS NASCIMENTO JERELI, LUCIANA FERNANDES DOS SANTOS, LUCIANA LEZCANO, LUCIANO ALBRECHT BROBOSKI, LUCIANO CANTERO DOS SANTOS, LUCILENE DA COSTA AMORIM, LUIS ANDRIEL POHLMANN MENDES, LUIS ENRIQUE PEREIRA MAIOLI, LUKAS RODRIGUES DA SILVA DE SOUZA, LURDES DA ROSA, LUSILENE FERRAZ DE SOUZA, LUZIA DA CONCEICAO DA SILVA, LUZINETE AGUSTINHO DA SILVEIRA ALMEIDA, LUZINETE DO ROSARIO COELHO, MANUELA DOS SANTOS GASPAR, MARA RAQUEL BOUCINHA, MARCELO CAETANO DA SILVA, MARCELO CORDEIRO DE SOUZA, MARCIA CRISTINA FERNANDES FARINA, MARCIA DE ARAUJO BUENO, MARCIELLE DE FATIMA RAMPELOTTI, MARCILENE DIAS DA SILVA, MARCIO GLEDSON CORREA, MARCO AURELIO DA SILVA, MARCOS ANTONIO TEIXEIRA, MARCUS VINICIUS DONDOSSOLA DE SOUZA, MARGARIDA DE OLIVEIRA, MARIA CLEONICE DO SANTOS, MARIA DE FATIMA DA COSTA, MARIA HELENA CAMPOS, MARIA JOSE DE OLIVEIRA, MARIA LUIZA DE OLIVEIRA GOMES, MARIA REGINA BISPO DO NASCIMENTO, MARIANE LUDMARA RAMOS DE ARAUJO BERTGES, MARIANE VIEIRA DO NASCIMENTO, MARIANNA MARQUES AUGUSTO, MARINA DOS SANTOS TONHOLI, MARLENE JOHN PINHEIRO DE SOUZA, MARLEY DO NASCIMENTO BRANCO, MARLIZE

PATERNOLI, MARTA FERNANDES CEZARIO, MATEUS JONATHAN ALVES, MATHEUS FELIPE URNAU DA ROSA, MATHEUS ROLIM BARBOSA, MATUSALEM NUNES FERNANDES, MAURIANE SIRLENE GONCALVES, MAVIONE DE OLIVEIRA MENDES, MAXWEL HENRIQUE DE SOUZA, MAYARA ALINE ACUNA, MAYARA MAGALHAES FELICIANO, MERI TEREZINHA RIOS, MERIDIENE KUNKEL, MIRIAN CAMPOS DA VEIGA, MIRIAN GOMES RIOS, MIRIAN KELLY DE SANTI, MONICA DE ALBUQUERQUE FERREIRA, MORGANI CRISTINA HERMANN THOMASSEN, MUNIRA CHURK LAGO, NADIA CRISTINA GARCIA DA SILVA BORTOLINI, NADIA SIPRIANO DOS SANTOS, NADIR GONCALVES AURELIO, NAIR MONTE FERRANTE, NAJARA DAYANE DIAS CHAGAS, NANCI ELIZABETH LESME LI, NATALIA CRISTINA FERREIRA MATHIAS DOS SANTOS, NELIANE APARECIDA DALPIAZ PADILHA, NELIELSON ADRIANO AGUAYO, NEUSA APARECIDA TELLES, NEUZA BOTELHO, NILSON SCHILD, NIVA TEREZINHA FRITZEN, NOELI DE FATIMA DE ALMEIDA, NOELI DE PAULA, ODAIR ALVES DOS SANTOS, OZANA DE BRITO GUIMARAES, PATRICIA BRUM BRAZ TRIFFONI, PATRICIA DA CONCEICAO, PAULO CARVALHO FERREIRA JUNIOR, PEDRO VINICIUS MENEZES LACERDA, POLIANA PAOLA ROEHRS, PRISCILA CRISTINA DA SILVA, PRISCILA DE PADUA ZIMERMAN, PRISCILA DOS SANTOS NUNES, RAFAEL DOS SANTOS DA SILVA, RAFAEL WEBER SALGADO, RAFAELA RODRIGUES DE MELLO, RAFAELA ROGEL DIAS, RAYPPER FLEGLER PEREIRA, REGIANE ENGEL, REGINA MAURICIO DA SILVA, RENATA CANEPPELE, RENATA HEISS ANTUNES, RENATA VEIGA DA ROCHA FERREIRA, RODERJAM DAVID DA SILVA, RODRIGO FERREIRA MILLER, RODRIGO SUEL SOUSA ARAUJO, ROMILDO CORREIA DOS SANTOS, ROMUALDO MANUEL DE FIGUEIREDO, ROMULO DA SILVA LEMES, RONEI OLIVEIRA DE OLIVEIRA, ROSALINA GONCALVEZ ARAUJO PENNA, ROSANE ABRAO PEREIRA, ROSANGELA GONCALVES, ROSELAINE CORREA CEZAR, ROSEMAR VIEIRA DA FONSECA, ROSENILDA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS, ROSENILDA BORGES, ROSICLEIA DA SILVA, ROSIELLE KARLYNE GRAVENHAGEN, ROSILDA APARECIDA DOS SANTOS, ROSILENE ODORICO DE OLIVEIRA, RUBIA MARA BRAGA ABRANTES, SALETE EBERHAROT DOS SANTOS, SALETE MARIA DOS SANTOS DE PAULA, SAMARA DE SOUSA PEREIRA, SAMARA KOMMERS, SAMILA ALAYNI DAMACENA DOS SANTOS, SANDRA CARNEIRO CADRENAL, SANDRA LUIZA MACHADO, SANDRA MARIA PANTOJA DE SOUZA, SANDRO RONALDO DE CASTRO, SÉRGIO MOACIR FABRIZ, SERLEI MAGALHAES, SHEILA BATISTA, SILVANA JACIRA GOMES TABORDA, SILVANA NOVAK DE OLIVEIRA SZYDLOWSKI, SILVIA LETICIA ALEXIUS, SILVIA SANTA CRUZ SUSIN, SIRLEI MENGER, SIRLENE AGUIAR BORBA, SIRLEY CHUENG NETO, SOLANGE ALMEIDA DA SILVA BOCCHI, SOLANGE CARINE DA SILVA, SOLANGE PEREIRA RODRIGUES, SOLANGE RODRIGUES DA SILVA BARADELI, SOLANGE SCHERER, SONIA FATIMA ALVES, STHEVIA PEREIRA DOS SANTOS XAVIER, SUELI RODRIGUES, SUELI TEREZINHA ROCHA, SUZANA RODRIGUES DO NASCIMENTO, TACIANE BORSATTO, TALITA AUGUSTA VAZQUEZ CABRERA, TAMARA KARLA ALVES MENDES, TANIA CAMILA DE FARIA, TARCISIO BIASUS DE OLIVEIRA, TATIANA DE FREITAS FIUZA, TATIANE ALVES DA LUZ DA SILVA, TATIANE CARNEIRO DA SILVA RIBEIRO, TATIANE POLETI VIEIRA, TAYANE VILAS BOAS RIOS, TERESINHA APARECIDA BARBOSA, THAINA GOMES, THAIS DE OLIVEIRA, THATIANA ROBERTA SOBRAL ESTORINO DA SILVA, THIAGO AYALA, THIAGO HENRIQUE BORGES, TIAGO FERREIRA SAUER, VALDIRENE MEIRA CAPETINI, VALDIRENE ROSA FRANCA, VALERIA NARCISO DE ALMEIDA CARDOSO, VANDERLEIA WASCZUK, VANDERLI MARIA DUARTE, VANESSA CRISTINA DA SILVA ESCOBAR, VANESSA LINO DE SOUZA, VANICLEIDE FERREIRA DA SILVA, VERA LUCIA DO NASCIMENTO, VERA LUCIA FONSECA DOS SANTOS, VINICIOS TASSO, VIVIAN APARECIDA DOS SANTOS, WAGNER DANTAS DE SOUZA JUNIOR, WELISSON RODRIGO MOREIRA, WELLINGTON DIOGO LONGO, WENDEL GOMES DE CASTRO, WESLEY ANDRE DE ALMEIDA, WHARLEY PAULO DO NASCIMENTO, WILKER BOLZAN AZEVEDO, WILLIAN PEFFER, WILSON CESAR CLAUDINO MARTINS, WUENDY MAYARA DE LIMA COELHO, YANNA MEDEIROS FURTADO, YARA WILHELM PIOVESANI DA SILVA, YASMIN NORBERTO KOSUHOVSKI, YUREN CALDEIRA CANTERLE, ZENILDA DO CARMO RAPE
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3304/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 101) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 03/10/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-60903/19
ORIGEM-MUNICÍPIO DE AMAPORÃ
INTERESSADO-MARCOS MARIN, TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3305/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, com pedido de segunda prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 69) o prazo decorrente da prorrogação concedida à entidade para manifestação termina em 02/10/2025.
O novo pedido de prorrogação foi protocolado em 30/09/2025 (peça nº 67).
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se extraordinariamente a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 1 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE INAJÁ
INTERESSADO: JOAO EDER AGUILAR
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 100%
PERÍODO: 1º Semestre de 2025
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 54% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, o limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/06/2025. Diante do exposto, além das restrições impostas pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal. Caso não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; bem como contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 30 de Setembro de 2025.

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

Sem publicações



TCEPR

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-369989/25
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4019/25

Tratam os autos de Requerimento Externo consistente em pedido de reanálise solicitado pelo Município de Santa Helena quanto ao apurado no procedimento de Análise da Gestão Fiscal (AGF) do 2º semestre de 2024, que constatou irregularidade pelo atraso na publicação dos demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal.

O pedido foi formulado em razão de o relatório de Análise da Gestão Fiscal, indicar "irregularidade com multa" por conta de apontamentos no item "2.b - Publicidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária" e no item "2.c - Publicidade do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo".

Nos termos da Instrução nº 175/25 (peça 7) a Coordenadoria de Contas observou que, conforme previsto no art. 52, caput, e no art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00, os relatórios deverão ser publicados até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (RREO) ou do período a que corresponder (RGF), ou seja, podem ser publicados em qualquer data nesse intervalo desde que não ultrapassem o prazo estabelecido, que no caso específico foi 30/01/2025.

Ressaltou que, "em que pese o interessado ter informado que não houve negligência ou má fé quanto ao atraso de um dia e que o atraso foi ínfimo", não foram apresentadas as justificativas de excepcionalidades que justifiquem o atraso ocorrido. Assim, considerando os elementos apresentados, a unidade técnica entendeu que as alegações não são justificativas válidas para os atrasos apurados, não se encontrando na legislação permissivos ou atenuações para atrasos pouco significativos.

Ao final, opinou pela manutenção da conclusão contida na Análise da Gestão Fiscal do 2º semestre de 2024 do Poder Executivo de Santa Helena, "que é pela irregularidade com multa em razão da publicação intempestiva do RREO e do RGF".

O feito foi encaminhado ao gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, relator da prestação de contas do exercício de 2024 (autos 199340/25), para ciência e eventuais providências que entender cabíveis.

Por meio do Despacho nº 995/25 (peça 9), o ilustre Conselheiro destacou que o parágrafo único do art. 7º da Instrução Normativa nº 81/12, que trata sobre o acompanhamento da gestão fiscal no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Paraná, dispõe que "quaisquer contestações às conclusões contidas nos atos de análise integrantes dos autos referidos no caput, deverão ser dirigidas ao Tribunal de Contas apartadamente na forma de Requerimento, quando cabível, ou no âmbito da Prestação de Contas Anual do exercício respectivo, em havendo nesta apontamento de irregularidade ou ressalva originada da análise de gestão fiscal".

Observou que ao consultar o processo de Prestação de Contas do Município de Santa Helena referente ao exercício de 2024 "não foi apontada nenhuma restrição referente à análise da gestão fiscal".

Por tal motivo, declarou ciência quanto ao teor deste expediente e considerou não haver medidas a serem por ele adotadas.

O processo retornou à Coordenadoria de Contas que, nos termos da Instrução nº 1363/25 (peça 12), primeiramente observou que a Análise de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2024 do Município de Santa Helena, cujo resultado foi "irregularidade com multa", foi elaborada de forma automatizada.

Destacou que no âmbito do processo da prestação de contas do prefeito municipal, os itens de análise referentes à "Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO" e à "Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF", não mais compõem o escopo de análise, razão pela qual o opinativo dessa unidade no processo de prestação de contas do prefeito municipal de Santa Helena (nº 199340/25), de relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, foi pela regularidade.

Esclarece que atualmente a ocorrência e a tempestividade das mencionadas publicações são analisadas somente no âmbito do cumprimento da agenda de obrigações municipais (Instrução Normativa nº 192/2024).

Assevera que, embora a ausência de publicação do RREO e do RGF possa impedir a emissão da certidão liberatória e da certidão de operação de crédito em virtude do descumprimento da agenda de obrigações, a sua publicação em atraso, como ocorreu neste caso, não configura impedimento, nos termos do §2º do art. 51 da LRF.

Observa que a multa mencionada no resultado da análise de gestão fiscal é a prevista na Lei nº 10.028/00.

Aponta, todavia, que a execução e fiscalização do pagamento de tal multa não é efetuada por esta Corte de Contas, ressaltando "que a jurisprudência dessa Corte inclusive considera a referida multa de excessivo rigor".

Ou seja, não obstante o indicativo de irregularidade registrado na Análise de Gestão Fiscal, esclarece que, em termos práticos no âmbito deste Tribunal, não há atualmente sanções impostas por esta Corte ao interessado por tal motivo, apenas o registro de que os prazos previstos na LRF não foram cumpridos e que há possibilidade de multa nos termos previstos pela Lei nº 10.028/00.

Informa, por fim, que está sendo objeto de estudo no âmbito dessa unidade uma proposta de revisão da Instrução Normativa nº 81, de 13 de dezembro de 2012, a qual necessita de aprimoramentos a fim de melhor adequação ao atual escopo de análise da prestação de contas do prefeito municipal.

Por todo o exposto, adoto o opinativo da Coordenadoria de Contas como razões de decidir para o fim de indeferir o pedido formulado pelo interessado de reanálise das conclusões apuradas no procedimento de Análise da Gestão Fiscal (AGF) do 2º semestre de 2024.

Diante disso, encaminhe-se o feito à Diretoria de Protocolo para comunicação ao Requerente, na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e seu respectivo arquivamento.

Gabinete da Presidência, 29 de setembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-612360/25
ENTIDADE:-ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE CASCAVEL
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4225/25

Retornam os autos com o Despacho nº 26/25-GP (peça 4), por meio do qual a Escola de Gestão Pública manifesta-se em atenção à solicitação formulada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Cascavel.

O diretor daquela unidade, visando dar atendimento à presente demanda, informou seu interesse e disponibilidade em participar do evento. Assim, defiro sua participação.

Diante do exposto, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao requerente, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7.º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.

Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 30 de setembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-605178/25
ENTIDADE:-1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA LAPA
INTERESSADO:-1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA LAPA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4226/25

Retornam os autos com o Despacho nº 1255/25 por meio do qual o Conselheiro José Durval Mattos do Amaral se manifesta em atenção ao requerimento formulado pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca da Lapa, bem como autoriza o acesso pelo Parquet ao processo nº 534220/25.

Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como do processo cujo acesso foi autorizado.

Outrossim, em atenção ao Ofício nº 338/2025, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.

Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 30 de setembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-612590/25
ENTIDADE:-ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO:-ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE CAMPO MOURÃO
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4227/25

Retornam os autos com o Despacho nº 27/25-GP (peça 4), por meio do qual a Escola

de Gestão Pública manifesta-se em atenção à solicitação formulada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Campo Mourão.
O diretor daquela unidade, visando dar atendimento à presente demanda, informou seu interesse e disponibilidade em participar do evento. Assim, defiro sua participação.
Diante do exposto, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao requerente, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7.º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 30 de setembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-435558/25
ENTIDADE:-ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO CENTRO DO PARANA
INTERESSADO:-ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO CENTRO DO PARANA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4228/25
Retornam os autos com a Informação nº 53/25-EGP (peça 5), por meio da qual a Escola de Gestão Pública manifesta-se em atenção à solicitação formulada pela Associacao dos Municípios do Centro do Paraná.
Diante do exposto, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao requerente, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7.º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 30 de setembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-618946/25
ENTIDADE:-Mariza Rodrigues da Silva
INTERESSADO:-MARIZA RODRIGUES DA SILVA
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO:-4230/25
Trata-se de Pedido de Acesso à Informação protocolado por Mariza Rodrigues da Silva mediante o qual requer cópia do processo nº 372900/12.
Autorizo o acesso pela interessada ao referido processo, o qual já se encontra encerrado.
Diante disso, encaminhe-se este expediente à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[1].
Após, sigam à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos à interessada, bem como dos autos nº 372900/12, assim como para envio de resposta à solicitante, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[2] da Instrução de Serviço nº 115/2017, e, em seguida, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 30 de setembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
2. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
3. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:

PROCESSO Nº:-623800/25
ENTIDADE:-TANIA MARA WESTARB
INTERESSADO:-TANIA MARA WESTARB
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4247/25
Trata-se de Requerimento Externo protocolado por Tania Mara Westarb por meio do qual apresenta cópia de etiqueta de um protocolo realizado junto a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Uma vez que a documentação encaminhada não apresenta elementos suficientes para o conhecimento objetivo do pedido da requerente, determino o encaminhamento deste expediente à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 1 de outubro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA Nº 895/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 122 da Lei Complementar nº 113/05 c/c o artigo 16, incisos X e XXVII, do Regimento Interno deste Tribunal, tendo em vista o estabelecido nos artigos 7º, 8º e 10º da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024.
RESOLVE
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício financeiro, um Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), no valor de R$ 1.860.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta mil reais), por anulação parcial de dotação, para reforço da dotação a seguir especificada:

Órgão	Unidade	P/A	Natureza	Fonte	Valor
03	01	9001	33.90.48	500	1.860.000,00
Total					1.860.000,00

Art. 2º - Fica aberto, no corrente exercício financeiro, um Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), no valor de R$ 6.140.000,00 (seis milhões, cento e quarenta mil reais), por Transposição, para reforço da dotação a seguir especificada:

Órgão	Unidade	P/A	Natureza	Fonte	Valor
03	01	9001	33.90.48	500	6.140.000,00
Total					6.140.000,00

Art. 3º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto nos artigos anteriores, o Tribunal utilizar-se-á do previsto no § 1º, inciso III, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no artigo 8º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº. 22.267, de 13 de dezembro de 2024 e no artigo 13º, inciso II, e no artigo 14º, §4º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº. 22.065, de 18 de julho de 2024, ficando anulados os valores das dotações a seguir especificadas:

Órgão	Unidade	P/A	Natureza	Fonte	Valor
03	01	3002	31.90.11	500	6.140.000,00
03	01	9001	33.91.48	500	1.860.000,00
Total					8.000.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 30 de setembro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA Nº 896/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 122 da Lei Complementar nº 113/05 c/c o artigo 16, incisos X e XXVII, do Regimento Interno deste Tribunal, tendo em vista o estabelecido nos artigos 7º e 8º da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024,
RESOLVE
Fica autorizado o repasse de R$ 8.000.000,00 (oito milhões) de reais do orçamento do exercício corrente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) para a ParanaPrevidência (PRprev), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), com o objetivo de realizar o pagamento do Auxílio Saúde aos servidores inativos do Fundo Financeiro e do Fundo de Previdência, conforme tabela abaixo:

Órgão	Unidade	P/A	Natureza	Fonte	Valor
03	01	3002	31.90.11	500	6.140.000,00
03	01	9001	33.91.48	500	1.860.000,00
Total					8.000.000,00

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 30 de setembro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA Nº 901/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005; pelo Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 355496/23,
RESOLVE
prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da Portaria nº 842/25, desta Presidência, disponibilizada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado nº 3518, de 2 de setembro de 2025, o prazo para a posse do candidato LEONARDO SANT ANNA DO VALLE DIAS, portador do CPF nº 102.017.607-54, nomeado para exercer o cargo inicial da carreira de Auditor de Controle Externo, AC, Nível M, Referência 01, na área Informática, observando-se para fins de contagem de prazo, o disposto no § 1º do artigo 19, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018.

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 1º de outubro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 902/25

O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, incisos XXXII e XL, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo n.º 618918/25, resolve

DESIGNAR

a servidora ALINE GRIGOLETTI DE LACERDA COSTA, Matrícula nº 52.446-8, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico da Presidência, Símbolo DAS4, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para substituir MARIA AUGUSTA CAMARGO DE OLIVEIRA FRANCO, Matrícula nº 50.364-9, no cargo em comissão de Secretário do Tribunal Pleno, Símbolo DAS-2, conforme artigo 62 da Lei Estadual nº 19.573, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.222 de 03 de julho de 2018, durante seu impedimento (férias) no período de 24 de novembro a 10 de dezembro, vedada a acumulação prevista no § 1º do artigo 1º da Lei Estadual 17.423/2012.

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 1 de outubro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 903/25

O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, e, por analogia, o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve

DESIGNAR

os servidores responsáveis pelo acompanhamento do convênio abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados do Convênio		
N.º 12/2025. Processo originário: 51483-0/25. Partícipe: INSTITUTO RUI BARBOSA. Objeto: Apoio financeiro e logístico à realização da Terceira Reunião Anual da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul, a ser realizada em 27 de agosto de 2025, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Recursos Financeros: R$ 20.000,0 (vinte mil reais). Vigência: de 19/09/2025 a 19/09/2026.		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS	-
Gestor	Titular da Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS	-
Controle Interno do Convênio	Gustavo Ribeiro Dortas	52.117-5
Fiscal	Evandro de Santa Cruz Arruda	50.799-7

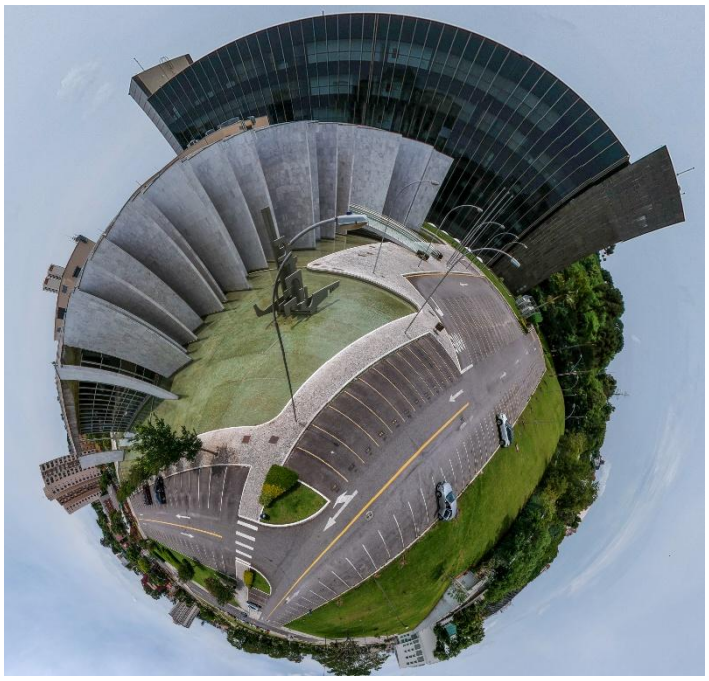
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 1º de outubro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

TCEPR

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Sem publicações









COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- José Durval Mattos do Amaral

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Procurador-Geral do MPC-PR.
- Gabriel Guy Léger

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria Augusta Camargo De Oliveira Franco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Tiago Alvarez Pedroso
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria das Graças Greco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- José Durval Mattos do Amaral

Coordenadora da Corregedoria
- Flavia Cristiane Buch

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Fernando Augusto Mello Guimarães– FAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Cássia Peixoto Doerr

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
-

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Danielle de Mello e Silva

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Carlos Eduardo de Moura

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita De Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Márcio José Assumpção

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
-

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Cinthya Pedron Caciatori

Gabinete da Presidência – GP
- Lohaide Cristine Souza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Rafael Eisfeld Santos

Escola de Gestão Pública – EGP
- Wilmar Da Costa Martins Junior

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Anderson Regis Saladino

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Vivianeli Araujo Prestes

Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN
- Ralph Nowakowski Biscouto

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Rodrigo Martins De Oliveira Silva Pinto

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wellington Glass Da Silva

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina Da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- Ten.-Cel Edivan Sharles Fragoso

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX
- Juliano Woellner Kintzel

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Marcus Vinicius Machado

Coordenadoria de Contas– CCONTAS
- Eduardo Schnorr

Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Roberto Alves Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Vinicius De Souza Oliveira

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Luiz Henrique Xavier

Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP
- Danielle Cristina Jaques Urban

Estúdio de Inovação
- Cleiton Eduardo Saturno